

MIGUEL CARVALHO



A ÚLTIMA *criada de* SALAZAR

*A vida doméstica
e os dias do fim*



Item	Value
Commodos	400,00
2.500m	200,00
Joaneta	100,00
Melancia	50,00
Commodos	500,00
S. Salazar	1.000,00
Almoço	100,00
Total	2.350,00

OFICINA
DO LIVRO

DADOS DE ODINRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [eLivros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O [eLivros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [eLivros](#).

Como posso contribuir?

Você pode ajudar contribuindo de várias maneiras, enviando livros para gente postar [Envie um livro](#) ;)

Ou ainda podendo ajudar financeiramente a pagar custo de servidores e obras que compramos para postar, [faça uma doação aqui](#) :)

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e

***poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir
a um novo nível."***

eLivros.love

Converted by [convertEPub](#)

Ficha Técnica

Título original: A Última Criada de Salazar

Autor: Miguel Carvalho

Editor: Francisco Camacho

Capa: Maria Manuel Lacerda

Fotografia: © Lucília Monteiro

Revisão: Álvaro Esteves

ISBN: 9789897410321

OFICINA DO LIVRO

uma empresa do grupo LeYa

Rua Cidade de Córdoba, n.º 2

2610-038 Alfragide - Portugal

Tel. (+351) 21 427 22 00

Fax. (+351) 21 427 22 01

© 2013, Miguel Carvalho

e Oficina do Livro - Sociedade Editorial, Lda.

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor

E-mail: info@oficinadolivro.leya.com

www.oficinadolivro.leya.com

www.leya.pt

Tenho uma preocupação constante - a preocupação das pequenas coisas.

ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR,
O Imparcial, 15 de fevereiro de 1914

E no entanto, depois de se pesquisar e percorrer exhaustivamente a figura e a vida do homem, e para além do retrato minucioso que está traçado, muitas perguntas estão sem resposta, muitas lacunas ficam por preencher, muitos ângulos continuam em trevas.

FRANCO NOGUEIRA,
Salazar, Vol. VI (1985)

*Para o Francisco, meu filho, que um dia
saberá o valor da liberdade*

Introdução

Rosália Araújo foi a última criada de António de Oliveira Salazar: entrou em São Bento em 1965, com quase 14 anos, e de lá saiu, com um interregno, após a morte do ditador, em 1970. Tinha então 19 anos.

Conheci-a em março de 2012, quando, pela primeira vez me deslocuei a Favaios, concelho de Alijó, em reportagem. Queria contar a sua história nas páginas da revista *Visão*, mas não estava certo de a ter convencido.

Nas nossas conversas prévias, pelo telefone, esta afamada padeira da região várias vezes me dissera que detestava protagonismos e não desejava que as pessoas pensassem que se estava a pôr em bicos de pés.

Creio que a convenci a desfiar as suas recordações, não pelo mediatismo inevitável das suas memórias, mas à medida que fomos conversando, olhos nos olhos.

Por causa deste livro, voltei uma, duas, três vezes a Favaios.

Guardo cerca de oito horas de gravações das nossas conversas, fora as dezenas de páginas com apontamentos.

Liguei-lhe ainda com intervalos de dias, expondo imensas dúvidas, confrontando-a com leituras, pormenores que descobrira nas obras e documentos que fazem parte da bibliografia deste livro.

Dela guardo uma amabilidade extrema e um esforço muito acima do razoável no sentido de compreender o

meu obsessivo garimpo na busca das pequenas histórias que, reveladas, talvez possam dar claridade a zonas menos frequentadas pela História.

Para um jornalista, Rosália Araújo é um diamante em bruto.

Não só guarda preciosos tesouros das vivências de São Bento nos últimos anos de vida do antigo Presidente do Conselho, mas sobretudo porque a sua memória está, no essencial, intacta, e os episódios fluem tal como ela os viveu. Pormenor importante: Rosália não reconstruiu ou reciclou as suas lembranças dos anos finais de Salazar a partir das vivências de outros, nem adotou a história oficial de determinados acontecimentos daquele tempo, que, verdade seja dita, nem sequer conhecia (a este respeito, a sua versão sobre a famosa queda da cadeira, no Forte de Santo António do Estoril, talvez seja o melhor exemplo).

Ela sabe o que viu e ouviu. O que não sabe não diz, nem faz que sabe. Nas nossas conversas nunca chamou a si interpretações estranhas à sua experiência. Nem o seu percurso de vida obedeceu a uma narrativa minada por preconceitos ideológicos.

É verdade que Salazar apreciava ter «a pequena» Rosália por perto.

É verdade que Rosália gostou de Salazar.

Não o homem de Estado, não o ditador, não a figura histórica que, no tempo e no modo, mais desafiou ódios e estimações. Mas sim o Salazar caseiro, doméstico, privado, não exageradamente íntimo, mas quase sempre entre quatro paredes, entre a cozinha e o parque, entre o escritório e o quarto, entre São Bento e o Estoril. Um mundo muito próprio, austero, gerido em grande parte por Maria de Jesus Caetano Freire, a eterna governanta, mulher que abriu as portas da

residência oficial da Calçada da Estrela a Rosália Araújo. «A História está repleta de líderes políticos cuja vida privada não teve qualquer correspondência com o seu estilo de governação», disse o jornalista e escritor Joaquim Vieira, autor de duas obras de referência sobre a vida privada do ditador.

As histórias reveladas por Rosália Araújo ajuízam essa interpretação.

No verão de 1970, Alberto Cosme do Amaral, antigo bispo auxiliar de Coimbra, homenageou, numa sessão promovida pela Obra de Santa Zita, empregadas domésticas que haviam cumprido mais de 25 anos de «casa». Disse-lhes na ocasião: «A História nunca falará de vós. Não tereis o vosso nome nas páginas da História (...) Que vos importa?! Fala de vós o Senhor que conhece o vosso heroísmo, o Senhor que conhece a vossa cruz tosca, a vossa cruz sem relevo, a vossa cruz sem adorno.»

Ora, este não é um livro de História nem de um historiador.

É um livro de um jornalista em busca das entrelinhas da História.

Por isso, este livro parte de Rosália Araújo e da sua história. Por isso, estas páginas têm a sua voz antes, durante e depois de Salazar.

Mas este não é um livro sobre a última criada de Salazar.

É, na verdade, um livro sobre Salazar e a sua esfera mais doméstica, intimista e familiar, nos últimos cinco anos da sua existência. Aqui não cabem as análises e reflexões sobre a génese, a duração e a queda da ditadura, sobre o Salazar da grande política, sobre as controvérsias de Estado ou as contradições do regime.

Aqui moram, isso sim, as máscaras, as luzes e as sombras de Salazar no seu último tempo de vida. Aqui moram as histórias que, juntas no mesmo cenário e

contexto, talvez possam iluminar um pouco mais a faceta reservada e protegida do homem e do político que governou Portugal, ininterruptamente, por 36 anos.

O testemunho de Rosália Araújo é, neste quadro, apenas uma das mãos – talvez a mais humilde e pura – que guiará o leitor pelo universo privado da ditadura e do ditador, com o País em fundo. Nem sempre ela estará presente, mas nunca estará ausente da narrativa para a qual concorrem dezenas de outras fontes, memórias e documentos, habitada por alguns episódios inéditos, desconhecidos ou pouco explorados pela História (aqui se revela, por exemplo, que aquela que é até hoje considerada a última entrevista de Salazar, não foi, afinal, a derradeira).

Se há um objetivo nestas páginas, Louis Joxe – figura, no mínimo, controversa da política francesa nas décadas de 1950 e 1960 – deu-mo involuntariamente, em forma de citação, a partir das suas memórias: «A vida de cada mortal traz apenas consigo um brilho fugaz, mas testemunhos, aparentemente humildes, acrescentados a outros, permitem ressuscitar uma época» (Louis Joxe, *Victoires sur la nuit*, Paris, Flammarion, 1981).

Se, a partir desta ideia, o leitor chegar à última página com a sensação de ter observado Salazar de perto, e as suas circunstâncias, o meu objetivo terá sido cumprido.

M. C., Porto, abril de 2013



Preâmbulo

Na estação ferroviária de Santa Comba Dão, o relógio prepara-se para acertar agulhas com as cinco da tarde. Pelo altifalante, uma voz agita a atmosfera abafada e rumorejante da plataforma: «O comboio especial, proveniente de Lisboa, em que são transportados os restos mortais do professor doutor Oliveira Salazar, chegará à primeira linha da primeira gare desta estação às dezassete horas e seis minutos.»

A expedição fúnebre deixara a Praça do Império, na capital, há quatro horas e 42 estações. A última homenagem realizara-se no Mosteiro dos Jerónimos, com o corpo em câmara ardente, e o luto durava há três dias.

O percurso fez-se depois ronceiro, sobretudo nos apeadeiros citadinos, onde o povo, curioso, pasmado e choroso, se aglomerou à passagem da *Diesel 1800*, a locomotiva que transportava o princípio do fim do regime.

Nos campos, nas colinas próximas da via-férrea, mulheres ajoelharam-se e homens tiraram os chapéus, em respeito, olhados de perto por crianças espantadas.

As carruagens passaram lentas, lotadas de flores, de individualidades de Estado, de familiares e amigos íntimos de Salazar, de jornalistas e de agentes da polícia política. Eram mais de 300 personalidades. A urna viajara ladeada por um pequeno altar, quatro tochas acesas e três cadeirões.

Após breve paragem de oito minutos em Coimbra, o comboio, lânguido, entrara finalmente no bucolismo da Beira Alta, até Santa Comba se oferecer à vista.

Na estação, debaixo de um calor sufocante a ameaçar trovoadas, aglomeram-se agora jovens da Mocidade Portuguesa, beatas inconsoláveis, homens cabisbaixos de fatos escuros e militares nas suas fardas impecáveis.

As atenções concentram-se em Marta e Laura, duas senhoras de cabelos brancos, irmãs do ditador.

Leopoldina, a terceira, não veio.

Doente, assomará lacrimosa à vidraça dali a pouco, quando o féretro se detiver por minutos, quase sem sussurros, diante da casa onde nasceu Salazar. Uma habitação despojada, de dois andares e sótão, de onde saíam amiúde o pão, a fruta e o vinho que se serviam à mesa de São Bento, a residência oficial que o Presidente do Conselho ocupara desde finais da década de 1930.

Outras duas mulheres de mantilha negra distinguem-se da multidão. Soluçantes, a governanta Maria de Jesus e a criada Rosália Araújo vão aguardar um pouco mais até que o comboio trave e a porta do vagão fúnebre se abra, com a locomotiva ainda a resfolegar.

Pouco depois a urna, transportada em ombros por militares, atravessa um estrada inclinado, revestido de azul, até ser colocada num armão militar, estacionado no largo fronteiro à estação.

D. José Pedro da Silva, bispo de Viseu, assume a liderança do funeral e dá início à última viagem de Salazar, por entre cenas dramáticas e comoventes, marcadas por desmaios e aflições.

Maria e Rosália caminham diluídas no manto negro e cinzento do cortejo soluçante. Altas patentes e gentes maltrapilhas misturam-se e comprimem-se num luto sem classes, de passada lenta, que alguns, por conveniência e ambição, já não vestem por dentro.

É sempre a subir.

São quilómetros calcorreados através de amplos troços de estrada batidos pelo sol e caminhos umbrosos cercados por altas e verdejantes latadas de videiras. Biografias e retratos de Salazar são vendidos ao longo do percurso, a preços populares.

Às 18h30 o corpo de Salazar entra, então, na modesta Igreja de Santa Cruz do Vimieiro, um templo sem estilo e atarracado onde o ditador foi batizado a 16 de maio de 1889.

Sob um tapete de capas negras de estudantes, a urna transpõe a porta estreita. Lá dentro, ecoam os cânticos do coro de sacerdotes, enquanto o bispo se entrega às orações.

O Presidente da República, Américo Tomás, ampara Marta do Resgate, irmã do falecido, antiga professora primária.

Em volta, densos pinhais. Ao longe, sementeiras de milho e tomate.

Não é ainda noite, mas cai a tarde sobre um tempo.

Estamos a 30 de julho de 1970.

Salazar faleceu há três dias. Contava 81 anos.

Nascera num povoado sem eletricidade, água encanada ou esgotos, perdido nas serras. Rural tímido, como um dia lhe chamaram, toda a vida fora um homem de feitio reservado, pouco dado a grandes confidências e desabafos.

Pendia para a mãe, menos para o pai.

Andava curvado, de pés para dentro, enfezado e tímido.

Obediente e atinado nos verdes anos, exigira o mesmo ao País em plena maturidade do Estado Novo. Lamentara-se uma vez de ter nascido distante do mar, mas permanecera eternamente cativo de Santa Comba.

Nos últimos anos de existência, afastara-se do torrão natal, espaçando cada vez mais as deslocações. Havia razões de saúde. Mas ele próprio tornara-se mortiço, acabrunhado, quase sombra numa terra onde a maioria das pessoas que conhecia haviam partido antes dele, com exceção das irmãs e do pedreiro Ilídio. Viver tornara-se um peso difícil de suportar, arrastado na segunda metade da década de 1960 como as correntes de um condenado.

Em Santa Comba, tudo lhe parecia já remoto, sem ressonância, nem comunhão. Impessoal, misterioso, desconhecido. Mesmo assim, programara regressar, com tempo e saúde, ao remanso da velha casa de aldeia, no Vimieiro. De preferência, entregue a leituras adiadas e aos lentos afazeres agrícolas e de jardinagem, entretido nos quintais, em volta das flores, vendo os figos amadurecer, cuidando das vinhas, ao som da água que acariciava as pedras na rega dos lameiros.

A oportunidade nunca se impôs à ditadura diária das responsabilidades, dos tédios e das inércias de Estado. «Eu não tenho ninguém e depois de mim tudo se dispersará e perderá significado e valor», escrevera, nessa época de contrariedades e abatimentos, a uma admiradora.

Em 1965, vendera tábuas de eucalipto e uma porção considerável de madeira por meia dúzia de contos.

Despachara também cerejeira e cedro por metade desse valor.

Estava em apertos financeiros, não sabia o que fazer às terras.

Não podia contar com Marta, a irmã octogenária que ia perdendo a réstia do seu limitado tino administrativo.

Morrera também o sacerdote Carneiro de Mesquita, amigo dos tempos do Centro Académico de Democracia-Cristã, em Coimbra, a cujos conselhos,

conhecimentos e até empréstimos monetários recorrera para decidir dos destinos destes pequenos negócios.

Salazar caminhava para o fim, solitário, desconfortável e deslocado dos novos tempos. Adiará indefinidamente o testamento, onde planeava deixar «alguma coisa» à governanta Maria de Jesus.

No estrangeiro, a década ia veloz, desafiadora, sobressaltada, e Portugal mais distante das mudanças no mundo do que a própria geografia deixa perceber. Entretanto, a vida anoitecera dentro do homem que amarrara o regime a silêncios e resignações, a uma pequenez remediada, a um viver habitualmente sem amanheceres radiosos.

Nos primeiros dias de agosto de 1968, tudo se precipitara.

Salazar batera com a cabeça de forma violenta ao sentar-se, ou a tentar sentar-se, numa cadeira no Forte de Santo António do Estoril.

Mas o alarme só seria dado um mês depois.

Na madrugada de 7 de setembro, o chefe do Governo foi operado de urgência a um hematoma, depois de passar a véspera a queixar-se de fortes dores de cabeça.

O calvário do internamento, das cirurgias e dos altos e baixos de uma recuperação que nunca viria a ocorrer, apesar de proclamada clinicamente, duraria quase dois anos.

Nesse período, Salazar não perdera apenas a memória. Perdera também o poder que, a dada altura, pareceu eterno.

Os sintomas de irreversibilidade da doença, as falhas de memória, as incapacidades mentais, levaram à sua exoneração do cargo, sendo substituído por Marcello Caetano.

O «homem de génio» dava lugar aos «homens como os outros», afirmara o sucessor na tomada de posse.

Para trás ficavam décadas vividas no palacete de São Bento de forma que se diria quase monástica não fosse o caso de o governante se entregar a mimos e cuidados femininos liderados por uma governanta zelosa, mas irascível. Quotidiano esse protagonizado por umas quantas criaditas de serviço que Maria de Jesus contratava e despedia ao sabor dos humores e das necessidades.

Salazar sucumbiu a quase dois anos de agonia lenta, irónica e traiçoeira. Alguém mais supersticioso notara que o número 27 o perseguira de forma assombrosa nos altos e baixos de um percurso: a 27 de abril de 1928 tomou posse como Ministro das Finanças; a 27 de setembro de 1968 foi exonerado do cargo de Presidente do Conselho; na manhã de 27 de julho de 1970, sem um ai que se ouvisse, faleceu.

Passaram, entretanto, três dias.

Ao final da tarde, uma esquadrilha de jatos rompe os céus do Vimieiro.

Relâmpagos e trovões protestam, ameaçadores.

As nuvens carregadas tornam ainda mais lúgubre a entrada para o cemitério. Não está ainda muito preenchido o terreno doado à autarquia pela família de Salazar. Veem-se apenas meia dúzia de jazigos, mas ladeiam-no muros brancos, caiados de fresco.

Entra-se e à esquerda estão enterrados, em campa rasa, os pais do antigo Presidente do Conselho, António de Oliveira e Maria do Resgate, e a irmã Elisa.

Não se vê um cipreste, quase não há árvores. Mas as poucas que existem dão sombra às sepulturas familiares.

Meticuloso, Salazar cuidara dos pormenores com grande antecedência. Em tempos idos, dera instruções para preparar quatro pedras tumulares, cortadas de um cabeço existente ao fundo do seu quintal.

As pedras foram destinadas às três irmãs sobrevividas e a si próprio. Pedirá que estejam sempre limpas e polidas.

A dele teve de esperar 15 anos pela chegada do corpo, ao som da marcha fúnebre tocada agora por uma banda militar, que a alguns, já dentro do cemitério, mais parece um gemido longínquo.

No Vimieiro, cumpre-se apenas a última parte do desejo expresso em vida por Salazar: regressar à terra. «Creio, aliás, que em alturas como esta se deveriam omitir palavras profanas que mais nos fazem reparar nas coisas precárias e caducas da existência terrena dos homens», lê, de voz arrastada, Afonso Queiró, proclamando que o ditador «vive e viverá porque subiu e passou definitivamente a pertencer ao mundo imperecível do Espírito».

O diretor da Faculdade de Direito de Coimbra é escutado de perto por figuras com credenciais, de rosto fechado e lágrimas escorrendo pela face.

Ao longe, gente da terra vai sendo prensada contra o portão de ferro.

Enquanto mãos anónimas lançam cravos para a campa aberta e homens do regime já conspiram sobrevivências na colina da aldeia, uma vida inteira separa as duas mulheres que choram juntas uma última vez, olhos postos no caixão coberto com a bandeira nacional.



A 30 de julho de 1970, Salazar é enterrado no Vimieiro, onde nascera. Rosália Araújo é a rapariga à direita de Maria de Jesus, a governanta, no último adeus ao ditador.

Maria de Jesus, 76 anos, é um farrapo humano de rosto sumido, incapaz de suportar a ruína da sua própria existência.

A eterna governanta do ditador, tricana de Penela, servira Salazar desde os tempos de Coimbra com uma fidelidade canina e um amor secreto e casto, virgem até ao fim. Perdera agora a razão do seu viver.

Soluçante, ampara-se nos 19 anos de uma jovem empregada da residência oficial do antigo Presidente do Conselho.

Rosália Araújo é uma rapariga de uma beleza rústica, estampada por aqueles dias nas abundantes reportagens especiais dos jornais e revistas.

Chegara a São Bento em 1965, ida das sofridas paisagens do Douro vinhateiro. Por teias e influências

familiares, entrara no reduto privado da nação a poucos meses de fazer 14 anos.

Aquele dia fúnebre em Santa Comba era, pois, o primeiro dia do resto da sua ainda curta vida. Rosália regressaria pouco tempo depois a Favaios para namorar, casar e educar os filhos, nos intervalos da sua vida de padeira. Só nessa altura, alguns conterrâneos acreditaram que ela fora, de facto, empregada doméstica do homem mais poderoso do País. Viram-na então na televisão, ao lado do caixão do ditador, e aí se fez luz. «A maioria pensava que eu trabalhava na casa de outro Salazar. “Salazares há muitos”, diziam.»

De Favaios a São Bento

Rosália Araújo nasceu a 28 de maio de 1951.

Óscar Carmona, Presidente da República, morrera há pouco mais de um mês e, como ela cedo perceberá, o dia do seu nascimento não podia estar mais ligado ao que o futuro lhe reservaria.

Além de trazer boas recordações aos homens do regime, a data em que Rosália veio ao mundo coincidia com as bodas de prata do golpe militar que instaurara a ditadura, circunstância que fazia sorrir Oliveira Salazar, quando a «pequena» foi trabalhar e viver para São Bento, em Lisboa.

A menina é a décima na descendência de um casal de padeiros pobres de Favaios que, já com quatro filhos, se estabelecera a mais de 30 quilómetros de distância, em Abaças, no concelho de Vila Real.

Ali iam vender o pão numa burra, todos os dias, mas, por não haver padaria, foram desafiados a abrir uma na aldeia. Ficaram 24 anos.

Tal como os irmãos mais novos, Rosália nasceu em casa.

A mãe, Maria da Conceição, já com 47 anos, deu à luz sem parteira.

«Fez o *serviço* sozinha.» No dia em que romperam as águas estava rouca. Teve de bater palmas para as filhas

ouvirem e descerem a correr do andar de cima, vindo acudi-la.

Recebe a bebé sem o fulgor dos primeiros rebentos e vergada de canseiras. «Levem *praí* isso!», resmungou.

Isso era Rosália, que logo as irmãs embrulharam num trapo, enquanto preparavam o primeiro banho.

O fosso de idades entre irmãos vai notar-se pela vida fora.

O padrinho de Rosália será o irmão mais velho, já casado e com dois filhos. Tratá-lo-á sempre por senhor, beijando-lhe a mão e pedindo a bênção.

Os pais regressariam em definitivo às origens nos idos de 1955, esgotados da vida dura que levavam, tentando assentar, mas sempre madrugando pelo pão de cada dia. Rosália tinha então 4 anos.

Favaios era uma aldeia de sobrevivências e remedeios encravada no interior transmontano. Situada no sopé da serra do Vilarelho, 600 metros acima do nível das águas do Douro, a terra tem verões de canícula e invernos de geadas e sincelo, quando a chuva congela durante a noite.

Na aldeia, nunca o manto de tristezas, remedeios e aflições evitou que o pé do povo escapasse para alegrias e tradições que deram brado em épocas esquecidas. A primeira casa de espetáculos de toda a província, com dimensões invulgares, foi inaugurada na terra em 1919, gerando invejas e ciumeiras na região.

As artes de palco e cinematográficas sempre tiveram em Favaios grande acolhimento e praticantes. Gerações sucederam-se ao ritmo das exposições e das representações das grandes figuras da cena teatral portuguesa que, amiúde, montavam tenda na aldeia com as peças mais célebres do seu repertório.

Mas a fama só de raspão tinha passado por ali.

De todas, a figura de mais reverência havia sido o padre Agostinho Veloso, que mantivera acesas

polêmicas nos periódicos dos anos 1930 a propósito do divórcio e do adultério, fazendo jus a uma escrita com garra e verbo camiliano. Deixou várias obras com ensinamentos religiosos e casadoiros, alguma poesia e umas quantas referências meritórias que lhe valeram breve nota na *Enciclopédia Verbo*.

Sobre o caráter das gentes de Favaios, tinha a polícia política do regime muito que contar.

Os velhos guardarão na memória o dia em que agentes da PIDE e guardas da GNR entraram na aldeia, pela noite, para prender um cidadão da terra, suspeito de conspirações contra a «Situação» e outras malfeitorias. Tocaram os sinos a rebate e saiu-lhes o povo ao caminho, armado com mocas de urze, forquilhas e espingardas. Só a mediação de pessoa influente evitou o pior. O povo serenou, os perseguidores respiraram de alívio e deram meia volta sem cumprir a missão.

Aldeia vinhateira, de cujo moscatel se falará no mundo, Favaios animava-se ou deprimia ao sabor das vindimas.

Quando estas não correm de feição, lavra o desânimo e a descrença. Então, vive-se na maior das misérias. «Há fome, dificuldades e doenças», relata, indignada, a imprensa regional. As páginas dos periódicos locais trazem a lume casos de famílias onde nove pessoas tuberculosas vivem na mesma habitação. Noticiam-se situações «chocantes» de crianças de 4 e 5 anos iniciadas na lida doméstica e que ficam sozinhas a tomar conta de irmãos de berço.

Quarta rapariga e última da criação, Rosália estava também por sua conta e risco. Rapidamente percebeu que a condição e a idade dos pais não lhe permitiriam o tempo e os mimos de quem cresce criança, devagarinho. «Tive uma infância muito, muito triste, sem carinho. O que me doía mais era não ter amor.»

O pai, Luís da Rocha, até dava ares de santo, «mas não tinha feito para grandes fadigas». A mãe, essa sim, mourejava de sol a sol, «mas já não tinha condições para me dar meiguices. Estava farta de trabalhar e tinha uns nervos desgraçados. Por tudo e por nada, era logo porrada no lombo.»

A rapariga vai para a escola, ainda faz a quarta classe. Mas a professora é rude, «também lhe dava para bater». Os alunos têm-lhe medo, tremem só de a ouvir. «Quando berrava, ouvia-se na farmácia.»

Sempre que pode, Rosália foge às aulas, escondendo-se debaixo da cama. Quando a descobre, a mãe puxa-lhe as orelhas e devolve a miúda à procedência. «Carregue-lhe!», recomendava à professora, na volta.

Anos mais tarde, aos domingos, Maria da Conceição irá atrás dela, com uma vide ou um chicote disfarçados no avental. Encontrá-la-á animada nos bailes do quartel dos bombeiros em Sanfins para onde Rosália, travessa e endiabrada, se punha a caminho a cavalo num burro com as amigas. Às cinco horas, «ao toque das trindades», sabia que a esperavam em casa. «Ó estavas! Éramos danadas para a dança. Eu sabia que apanhava uma tarefa nesse dia, mas arriscava sempre.»

Desde tenra idade, a rapariga aprendera a cozer o trigo de quatro cantos, afamado pão regional, que ajudava a enganar uma vivência de migalhas. Passa noites na padaria a peneirar a farinha.

Os dias são duros como côdeas. «A gente nem pensava em sonhos.»

A água vinha da fonte e a luz da candeia de petróleo. «Vais ficar aqui nesta vida?», desafiava a mãe. «Com razão. Quem tinha posses para ter os filhos em casa ou na escola? O futuro da gente era amassar sacas de pão.»

A família percebe a urgência de dar outro rumo a Rosália.

A mãe recorre então a uma cunhada da filha. Pede um emprego para a catraia na capital. Dá-se o caso da familiar ser irmã de Maria José, empregada de Maria da Conceição de Melo Rita, *Micas*, concunhada da poderosa governanta - a quem tratava por tia - e protegida de Salazar, a quem chamaria «pai adotivo».

Rosália tem então 13 anos.

O seu mundo é Favaios, o resto paisagem.

No saber precário das gentes da terra, Lisboa é pouco mais do que um ponto longínquo no mapa, cidade de oportunidades e de perdição, de onde um homem inacessível, que ninguém alguma vez vira ou tocara, manda no País, «senhor do mundo».

Mas o imaginário das mulheres aldeãs via mais longe.

As mães sabem o destino de miséria que espera as filhas se não saírem de perto das suas saias. Não as querem ver crescer ao seu lado. Por isso, qualquer saída do regaço materno era vista como uma promoção. «Naquela altura, a gente ia trabalhar só pelo comer.»

O pedido para Rosália bate a porta certa.

Micas, mãe de duas crianças, não chega para as encomendas, e a rapariguinha do Douro pode bem ser a companhia certa dos miúdos, enquanto a patroa se dedica a uma vida de trabalho e outros afazeres.

Rosália parte para Lisboa olhando para trás, de lágrimas incontidas.

No coração, um aperto. Na mala, «uns trapos».

Vai de comboio do Pinhão até à estação de São Bento, no Porto, e daí para Lisboa. Sempre guardada por conterrâneas que também iam de viagem.

À sua espera, em Santa Apolónia, tem o irmão e a cunhada.

Para a pequena, de longos cabelos compridos e olhar doce, todo o cenário é novo, grande, esmagador.

Nessa noite, dorme em casa de familiares.

No dia seguinte, Rosália abala para a Parede e instala-se em casa de *Micas*, para ficar.

A protegida de Salazar era mãe de um rapaz e de uma rapariga.

O primeiro parto fora complicado, causando danos irreversíveis no bebé.

Desde os primeiros anos que a casa de Salazar será também a do pequeno Antoninho, como era carinhosamente tratado em família e pelas serviçais de São Bento. O miúdo nascera em 1958 e os sinais de atraso na aprendizagem serão detetados aos 3 anos pelo próprio Presidente do Conselho, que paga do seu bolso o colégio especial onde a criança é inscrita. Ao mesmo tempo, por recomendação médica do coimbrão Bissaya Barreto, antigo colega universitário e velho amigo de Salazar, Antoninho continuará em São Bento. Manter-se-á sob o olhar atento da governanta Maria de Jesus e protegido pelos afetos ocasionais do ditador, que dá também instruções pueris sobre a mudança das fraldas e o amornar do leite.

Na verdade, Salazar demonstra «muita paciência» para o petiz, sorrindo mesmo quando Antoninho invade reuniões com ministros. «Ele dava um espirro e o homem já não sossegava», dirá Manuel, o pai.

Margarida, segunda filha de *Micas*, nascera em 1960.

Tem quase 5 anos quando Rosália vai tomar conta dela. Passam os dias nos baloiços, em brincadeiras. A *Guidinha* entretém-se com a nova amiga. Esta pouco mais tem em que pensar, se descontarmos as ajudas nas limpezas e as... saudades. «Tratavam-me bem, eram boas pessoas. O que eu queria era brincar, mas sentia falta da minha casa e dos meus pais...»

Nisto se passa um mês.

Maria, madrinha de *Micas*, administradora da vida caseira de Salazar, andava preocupada: precisava de alguém que fizesse companhia ao Antoninho, em São Bento. Para as tarefas e faxinas da casa, a governanta recruta raparigas pobres nos asilos e nos colégios, mas o catraio requer atenções especiais. Além disso, precisa de quem o entretenha, de preferência com idade aproximada.

Rosália encaixa-se no perfil.

A sugestão parte da própria *Micas*, que observara os cuidados da pequena com a filha. Falara do assunto nos almoços diários em São Bento, hábito que mantinha mesmo depois de deixar de ser a protegida da casa. *Micas* e Maria decidem então que Rosália será a eleita.

A governanta ordena que a rapariga se apresente na residência oficial do Presidente do Conselho nos primeiros dias de fevereiro de 1965. Até abandonar a casa de *Micas*, Rosália nunca imaginara a possibilidade de trabalhar «para o senhor doutor».

Nessa altura, o velho inquilino do palacete já dobrara os seus melhores dias. Os tempos são agora agitados, entregando-o, contrariado, a preocupações e lamentos.

O ano anterior, de resto, terminara aceso.

O general Humberto Delgado não descansara de conspirações e chegavam notícias da sua ofensiva oposicionista no estrangeiro. A Ação Socialista Popular juntara, na Suíça, Mário Soares, Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa, com a ditadura na mira. A Guerra Colonial ganhara novas frentes de batalha, sobretudo em Moçambique. Por cá, movimentos marxistas-leninistas ganhavam corpo, o PCP não dava descanso à PIDE, a polícia do regime, e os estudantes universitários arriscavam prisões em protestos contra a política de ensino e o regime.

Salazar queixa-se, amiúde, aos ministros do desconforto e cansaço das funções executivas, onde permanece desde 1928, ano em que se estreou como ministro das Finanças. «É preciso ter cuidado e escolher alguém que tenha a capacidade de trabalho que eu já não tenho», confessa a Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros.

A sucessão entrara na agenda.

Os discursos em público pesam-lhe arrobas, pesadelo do qual sempre desejou ver-se liberto. Surge mais vezes acabrunhado aos interlocutores e nem os «divertimentos» o comprazem.

Escuta Debussy, mas não pode ver cinema, alega, porque o sentido crítico lhe consome tantas energias como se estivesse a trabalhar. Batera já alguns recordes a esse respeito, pois, em oito longos anos, pusera apenas por duas vezes o pé numa sala de cinema e outras tantas num teatro.

Em épocas de governação à vista, lia livros antigos e biografias de grandes figuras históricas, páginas que o levam à conclusão de que o homem «foi sempre o mesmo em todos os tempos». Livros policiais também não o distraem, confessara. No fundo, acaba sempre por voltar aos velhos autores portugueses, clássicos, antigos, com o Padre António Vieira em lugar de honra.

A televisão não é, para ele, um vício, mas abre exceções: em finais de janeiro de 1965, as cerimónias fúnebres de Winston Churchill, primeiro-ministro britânico, mantêm-no colado ao ecrã.

É neste tempo que Rosália entra em São Bento.

No dia aprazado, *Micas* faz questão de levá-la à Calçada da Estrela. Quando chegam, Maria de Jesus já está à espera. «Agora vais conhecer o senhor doutor

Salazar. Tens de tratá-lo por Sua Excelência», diz-lhe, antecipando, logo ali, as regras da casa.

Tímida e sem jeito, Rosália é apresentada então ao português mais poderoso, «toda atrapalhada e sem saber o que dizer».


Salazar, paternal, mas sem euforias, põe-na à vontade, dando-lhe as boas-vindas. «A menina Maria tem mais facilidade em escolher uma criada do que eu um ministro», reconhecerá o homem que manda no País à mulher que governa os dias dele.

Rosália instala-se então no palacete para onde o ditador se mudara em maio de 1938, embora, à época, a zona do parque ainda estivesse em obras e a inauguração oficial só tivesse lugar quase um ano depois.

A transferência fora decidida dois anos antes na sequência de um atentado à bomba falhado contra o chefe de Governo, quando este se preparava para assistir à missa numa capela particular, na Rua Barbosa du Bocage, em Lisboa.

Salazar escapara ileso, mas a segurança de Estado impusera a mudança definitiva da residência da Rua Bernardo Lima para São Bento.

A propriedade, em cujo edifício principal viviam 52 religiosas, fora adquirida pela Fazenda Pública por um total de 2410 contos, englobando terrenos e prédios adjacentes.



TELEFONES { Das 8,30 às 20 horas 2 5355
Chamadas noturnas 2 8410

EMPRESA DE TRANSPORTES GALAMAS, L.ª

RUA DA VITÓRIA, 10

MUDANÇAS EM TODO O PAÍS
E PARA O ESTRANGEIRO

Contractos por empreitada para grandes transportes de toda a espécie
Expedições para o estrangeiro — Despachos no Caminho-de-Ferro — Embalagens Alfândega — Seguros — Guarda - móveis

Lisboa, 2 de Junho de 1938 N.º 8011

Débito do Ex.º Sr. DOUTOR ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR
pelos serviços efectuados conforme a descrição seguinte: DIGMP, PRESIDENTE DO CONCELHO

Dia	N.º de ordem	Descrição	IMPORTANCIA
		Mudança do mobiliario da residencia na rua Bernardo Lima, nº. 64 para o Palacio da Assembleia Nacional em auto-capitonés com pessoal.....	550.800
Recebemos: quinhentos e cinquenta escudos			
Total Esc.			550.800

Empresaria GALAMAS L.ª

OS 50 OS 10

Eduardo de Sá



Na sequência de um atentado falhado, Salazar muda-se para o palacete de São Bento por razões de segurança. Tudo o que será usado no primeiro andar da residência oficial, o mais privado, é escolhido e pago por ele.

As obras e a decoração - que Salazar decidirá e vigiará ao milímetro - iniciaram-se em agosto de 1937, com carácter de urgência.

No andar térreo da casa ficavam o escritório, a biblioteca, a sala de jantar e a sala de receção. Havia também uma copa que, em 1939, será ligada à cave, onde ficava a cozinha, por um elevador.

O pequeno terraço das traseiras do palacete fora alargado e completado com uma escadaria frontal para o jardim, abrangendo toda a fachada. No primeiro andar, adaptara-se uma sala para eventuais conselhos de ministros, «inventara-se» outro escritório e arranjara-se um quarto principal e um quarto de hóspedes.

A dada altura, considerou-se a possibilidade de construir uma passagem subterrânea entre o jardim e a Assembleia, mas a ideia foi abandonada.

Da decoração inicial faziam parte peças de várias proveniências.

Os acervos do Palácio Nacional da Ajuda e do Museu Nacional de Arte Antiga ganharam particular relevo, sendo incluídos 31 quadros e várias peças de mobiliário adquiridas à coleção privada de Ricardo Espírito Santo. Tudo a preços bem abaixo do mercado, depois de um perito do colecionador contestar os valores da avaliação do Estado. Relutante a entrar em polémicas e disposto a desistir de um eventual lucro, o banqueiro até acabaria por ceder gratuitamente algumas obras, sem o conhecimento do ditador.

Para tal, terá sido necessária uma habilidade e dissimulação de monta.

Na verdade, Salazar era um observador perspicaz, dado a minúcias e alguma mesquinhez na gestão da sua vida doméstica e nos gastos do Portugal pequenino de São Bento que lhe coubera por função habitar. Durante as obras do palacete, que duraram quase dois anos, o Presidente do Conselho ouviu as sugestões da governanta, às quais juntou os seus desejos e ordens em relação à casa num extenso manuscrito de 28 páginas - que viriam, no final, a ser 41 - redigido pelo próprio punho.

Sempre fiel ao espírito de «aproveitar tudo o que existe» e na «maior economia», nada escapará às suas diretrizes.

Na cave, impõe uma adaptação da cozinha, que é escura e precisa de mais luz. Em alternativa, Salazar propusera que o espaço fosse tornado mais claro, mudando o pavimento e colocando azulejos brancos. Considerara que um fogão grande era exagerado para as necessidades e um pequeno ficaria

desproporcionado. Por isso, opta por instalar outro exemplar, de sua propriedade.

No rés do chão, sugere a adequação da sua mobília de escritório ao novo espaço. Reflete sobre os cuidados a ter com a sala habitual «de trabalho e de receber», onde é previsível que os aromas dos cafés e o fumo se entrelacem e tenham de conviver durante «jantares a estranhos». Salazar descreve as louças que a casa de banho deve ter, da retrete ao pequeno armário com espelho. Explica o que pretende na copa, interfere em tudo: da mesa de refeições das criadas «para seis pessoas», aos armários com «louças, compotas e alguma mercearia mais fina».

Neste afã de decorador de interiores ainda pede que se estude o aproveitamento do vão «da elegante escada» que conduz ao piso superior: «talvez um divã», talvez uma «pequena prateleira para livros ligeiros» ficasse ali bem, interroga-se. O importante é criar «um cantinho agradável».

O primeiro andar será o mais privado do palacete. Pequenas divisões que ele próprio mandara mobilar. Dera ordens para arrumar os serviços de mesa solenes e comprara copos e toalhas a gosto, sem deixar pormenores e subtilezas ao acaso.

A sala onde era previsível a realização de conselhos de ministros e outras reuniões com governantes deveria manter a mesa ampla «para se examinarem grandes mapas» e «projetos de obras». Sugere: «A decoração da sala, cortinados, etc., deve ter em conta que a sala se destina principalmente a trabalho intelectual.»

No mesmo piso ficará o seu quarto e o de Maria de Jesus, frente a frente, apenas separados por um corredor.

O dela, acanhado e modesto.

O dele, maior, preenchido pela ampla cama de pau-preto, colocada sob um crucifixo na parede da

cabeceira, ladeada por dois medalhões ovais, de marfim, com a efígie dos pais, e telefones na mesinha de cabeceira.

Quanto aos aposentos, poucas achegas mais.

Nas águas-furtadas, instalam-se as criadas, que dormem em camaratas, e os serviços de apoio.

No fundo, promovera-se uma remodelação geral na residência oficial e terrenos circundantes, entre a Calçada da Estrela e a Rua da Imprensa, com algumas demolições à mistura.

Num aditamento ao relatório, Salazar assumirá ainda mais o papel de dona de casa. A expressão, de resto, assenta-lhe a preceito: usara-a, quando, pela primeira vez, assumira funções de Estado. Segundo ele, a administração pública devia ser «tão clara e tão simples como a pode fazer uma boa dona de casa», sempre ao serviço de uma política «comezinha e modesta que consiste em se gastar bem o que se possui e não se despende mais do que os próprios recursos». Aplicado à vida doméstica de São Bento, o conceito vai prestar-se a cenas de regateio e abundantes miudezas.

Salazar via-se ainda emprestado à política, sempre transitório. Dizia viver «num magnífico hotel, uma moradia de passagem. Aqui não habita um homem, mas sim um funcionário», resumia, sem deixar de ser escravo de minudências.

Na transferência da sua residência para o palacete, Salazar discutirá, por exemplo, o preço de vários atlas e mapas até obter o desejado desconto da firma fornecedora, que rapidamente abate 10 por cento ao orçamento e à comissão, só para satisfazer «os desejos de Vossa Excelência».

Anos mais tarde, uma investigação com laivos detetivescos fará também Salazar escrever cinco folhas grandes de bloco de notas ao secretário-geral da Assembleia Nacional. Costa Brochado tinha por

incumbência o bom funcionamento dos serviços burocráticos e administrativos do Palácio de São Bento. Zelava também pelas instalações e dependências do mesmo, entre as quais se encontrava a morada de Salazar.

O caso fora este: numa das rondas pelo palacete, o Presidente do Conselho surpreendera-se com a existência de uma instalação - que não pedira - para emprego de gásóleo no aquecimento da casa. Incomodado com o facto, pois recomendara que a caldeira continuasse a funcionar a lenha e a carvão, Salazar não descansará enquanto não apurar responsabilidades. E regista: «Parece que dos 18 contos gastos se tira apenas a vantagem de o pessoal doméstico não sujar as mãos no carvão, o que é pouco para justificar a despesa.»

Contar os tostões era prática que o ditador levava à exaustão.

Menos ao altar.

Ao inspecionar a encomenda de paramentos solicitada ao Estado para uso no oratório privativo, situado no primeiro andar, entre o seu quarto e o escritório, Salazar rezinga. As vestes chegadas ao domicílio oficial são, na generalidade, ordinárias, sujas, rotas, velhas e «nojentas», segundo a avaliação escrita pelo próprio. Pouco se salva.

Feito o protesto, o chefe do Governo recebe na volta adereços e trajes de culto de melhor qualidade, mas não fica convencido, impondo mais algumas devoluções.

Nos preparativos da instalação em São Bento, Salazar preocupava-se ainda com a criação de uma entrada de serviço para os funcionários, de molde a evitar «encontros desagradáveis» entre as pastas dos ministros e as sacas do carvão. A escolha da tapete para o escritório também ocupará algumas linhas, pois

deveria ser «adquirida em relação com a mobília e a cor das paredes».

Discutira ainda pormenores sobre a descalcificação da água e sugerira o aproveitamento da canalização velha, «mas em muito bom estado», que a Companhia das Águas tira da rua e vende quase ao preço de sucata. Na casa de banho obrigaria a que as portas pudessem «ser trancadas por dentro» e cuidara de saber se o aparelho de rádio podia ter sinal da antena em duas divisões.

Quanto ao exterior do palacete, o Presidente do Conselho fornecerá orientações para os tanques de lavar a roupa, o estendal e o pomar.

Nem as dependências da residência escapam ao escrutínio. O motorista seria obrigado a pagar renda da pequena casa que habitava nos terrenos de São Bento, e a mesma deveria ser mantida, segundo ele, «no maior estado de limpeza e arrumação». Nada de barulhos e desordens. Em Portugal como em casa, paz e sossego.

O regime imposto pela governanta entre portas assemelhava-se ao que Salazar tratava de aplicar ao País.

Ao cenário não faltava sequer o naco de província, um Portugal dos Pequenitos que Maria tenta transplantar para os jardins de São Bento, com hortas, perus, patos, coelhos e galinhas «que eram uma coisa por demais», segundo Rosália. A bicharada estava ali para matar saudades e «atenuar o peso das despesas».

A princípio renitente, e preocupado com os custos de alimentar os animais, Salazar acabara convencido. A governanta prometera o retorno do investimento vendendo os ovos ao luxuoso Aviz Hotel – tantas vezes apreciados por Calouste Gulbenkian – e, já nos últimos anos, à Fundação de Oeiras, memorizou Rosália.

Com sabedoria e persistência, Maria de Jesus conseguira do patrão a anuência para a construção de galinheiros, gaiolas e coelheiras, além de um depósito

para a ração e uma cozinha para alimentar os galináceos e roedores. Rendido, Salazar pedirá ao feitor das suas propriedades de Santa Comba Dão o envio de «uma galinha boa poedeira», a partir da qual Maria de Jesus preparou a ninhada.

Mas isso não é suficiente para as suas ambições. Com o tempo, juntará 300 galinhas à criação.

Salazar que, por estes anos, sentirá definhar o regime e as suas capacidades para governá-lo, receia que a governanta não perceba a precariedade do momento: «Oh! Mulher, que faz a tantas galinhas? Vai pôr-se à porta da rua e vendê-las antes de partir?», atira-lhe, tentando chamá-la à realidade, sem sucesso.

Apesar de discretas e dissimuladas, as capoeiras da casa e a populosa criação doméstica não vão passar despercebidas a quem, de visita a São Bento, desfruta do espelho de água, das árvores frondosas e da imensa variedade de espécies que compunham a exuberante paleta da vegetação do parque.

Aquele será, do princípio ao fim, «o Reino de Maria», frase cunhada pelo próprio Presidente do Conselho durante as passeatas pelos jardins, de braço dado com Christine Garnier, a escritora francesa que aterrou em Lisboa para preparar um livro sobre o ditador e por quem este, nos anos de 1950, se terá perdido de amores.

Impressionado com a «tacanhez» do cenário, Costa Brochado, minhoto de Santo Tirso, preferia a expressão «quintalejo» para designar o enclave rural de Maria na residência oficial.

O ritmo poedeiro impressionava qualquer um.

Uma prima de Rosália, de visita a São Bento, espantara-se com a quantidade de ovos saídos da moradia, «talvez uns 500 por dia». Seduzida pelas filas de cestos carregadinhos, Luzia embrulhara, à socapa, vários ovos num cartucho, com a cumplicidade da mais

nova criada do ditador. «E agora como é que tu vais sair com isso? A polícia do portão vai revistar-te!», advertira Rosália, enquanto a familiar enchia os bolsos da gabardina. «Olha, se me apalparem, faço gemadas!», atirara a outra.

Riram-se as duas.

Luzia, essa, passou incólume e sem que os ovos dessem à casca.

Rosália entrara no círculo restrito da vida doméstica do ditador para cuidar do Antoninho, o pequeno mais-que-tudo da residência.

Dois crianças, dois destinos.

Uma, à beira dos 14 anos, adulta em construção.

A outra, com metade da idade, tem atrasos e requer especial vigilância. Recém-chegada ao palacete, novata nas lides domésticas, Rosália é, ao princípio, dispensada do trabalho duro e passa os dias no jardim, em brincadeiras nem sempre seguras. «Andávamos em correrias e eu era destravada de todo. Um dia pus-me em cima da trotinete e espalhei-me ao comprido. As “estradas” interiores do parque estavam compostas de areão e entrou-me uma pedra grande para o tornozelo. O Antoninho assustou-se com o sangue, chamou a madrinha e eu fui parar ao hospital.» A marca ficou até hoje.

As diabruras caem, contudo, no gotto do rapaz.

A idade da nova criada aproxima-os.

O menino «fala pouco, baba-se muito», mas habituase a escolher as empregadas que mais gosta para cuidar dele. Antoninho prefere Rosália. «Vestia-o, dava-lhe o pequeno-almoço, o lanche, o banho». A governanta, madrinha do catraio, lá aparecia, por vezes, a impor rotinas: «Dê um iogurte e um leite com chocolate ao menino», dizia. Rosália cumpria, «mas ele

às vezes só bebia o leite e comia eu o iogurte». Quando Maria de Jesus passava a fiscalizar a tarefa, nem dava pela encenação: «Comeu tudo?», perguntava, seca. «Tudinho!», respondia Rosália, sem pestanejar nem se desmanchar.

Desde que, no final dos anos 1930, inaugurara o renovado palacete, Salazar fizera jus à sua peculiar interpretação sobre a separação de gastos públicos e privados. O transporte de mobiliário da sua anterior residência já lhe saíra do bolso mas, à chegada a São Bento, o Presidente do Conselho leva o escrúpulo a outros refinamentos.

Recusara, desde logo, utilizar o património do Estado nas áreas que ele considerava de uso privado. Mandara a governanta empacotar objetos de uso doméstico e roupas de mesa e cama em armários, no sótão. Algumas embalagens originais, entregues em São Bento, nem sequer chegaram a abrir-se.

Por outro lado, o mobiliário do primeiro andar, alguns eletrodomésticos e utensílios da residência pertencem-lhe.

De julho a outubro, Salazar muda-se para o Forte de Santo António do Estoril, mas nem aí facilita. A Constituição dizia que ele tinha direito a uma residência, mas não a duas. Acresce que o monumento nacional pertencia, já na altura, ao Instituto de Odivelas, dependente do Ministério da Defesa. Mas tudo se resolverá, sem beliscar o decoro das funções. Salazar irá depositar entre quatro a cinco contos para pagamento da renda durante aqueles meses de verão. O valor definira-o ele, com base numa estimativa dos preços praticados nas redondezas pelas pensões de três estrelas ou hotéis equivalentes.

À entrada dos anos 1960, Salazar ganha 25 contos e continua, como no início, a pagar do seu bolso as despesas de funcionamento da residência oficial, com

exceção da conta de eletricidade e do telefone inerente à função.

O ditador era friorento e entendia que o Estado não tinha culpa disso, assumindo assim os gastos com o aquecimento. No escritório tinha sempre, nos meses de inverno, os pés pousados na escalfeta e duas mantas nos braços da poltrona: uma para pôr nas suas pernas e outra para as visitas. Quando certo dia, Silva Cunha, subsecretário de Estado, recusou o gesto de delicadeza do chefe do Governo alegando estar confortável, Salazar insistiu: «Ponha, ponha, vai ver que o frio vem depois...»

O ditador anota mensalmente todos os valores em pequenos cadernos, dos jornais ao gasóleo, sem esquecer os gastos com medicamentos, bastante avultados para a época. O comedimento, a sovínice, a severa recusa de gastos sumptuosos obrigam Maria de Jesus a uma ginástica olímpica na gestão do quotidiano de São Bento.

A prática era, aliás, comum a vários ministérios, onde a mais rotineira das despesas parecia, aos olhos do Presidente do Conselho, uma extravagância. A desconfiança de tudo e de todos, aliada ao perfil vincado de homem rural, com o seu quê de calculista, retorcido e manhoso, atalhavam desde logo qualquer veleidade ministerial relativamente a dinheiros.

Francisco Pinto Leite, que até 1967 ocupará o cargo de presidente da Junta de Energia Nuclear, deslocava-se com frequência a Viena, na Áustria, em trabalho. Num dos «despachos» com Salazar, ousara dizer que a ajuda de custo de 900 escudos diários mal chegava para pagar o quarto. O ditador perguntou-lhe então em que hotel se albergava. Quando Leite Pinto pronunciou o nome, a resposta veio pronta: «Ah! Mas esse é o hotel onde os arquidques davam as suas ceias privadas», retorquiu, fazendo uma pausa maliciosa e preparando-

se para a lição do dia. «Sabe, em frente à catedral de Santo Estevão há uma residencial muito melhor do que um hotel de três estrelas», sugeriu. «Tem todos os requisitos necessários: quarto com banho e telefone. Até tem uma casa de jantar no alto, de onde se podem fotografar os telhados multicolores da catedral. Os seus 900 escudos talvez lá cheguem para pensão completa», insistiu Salazar, antecipando-se no imediato a qualquer outro argumento. «E não me diga que tem de retribuir almoços e jantares em restaurantes famosos! O senhor é um alto funcionário em missão de serviço e não o representante de Portugal. São os embaixadores que retribuem gentilezas sociais», concluiu. Acresce dizer que o ditador nunca tinha estado em Viena.

Apesar da fama de retorcido nestas matérias, tempos houve em que Salazar, atravessando o vigor da governação e da sua condição física, se terá permitido alguns excessos, se olhados pelo prisma do rigor ascético que impunha a si próprio.

Dessas décadas, os arquivos guardam anotações e faturas, sempre pagas por ele, de serviços de chá para 250 pessoas encomendados à aristocrática pastelaria Bénard, no Chiado, que incluíam vinho branco, laranjadas, limonadas, vinho do Porto, serviço de 15 criados e, por vezes, também o transporte da mercadoria, cuja soma atinge preços superiores a um quarto do seu salário. Nem sempre terá sido o caso, mas é possível que estas despesas envolvessem algum evento fora da agenda oficial ou fossem incluídas nas atividades paralelas de Maria de Jesus: ela tinha por hábito organizar chás para as senhoras da alta sociedade, que Salazar pagava mas aos quais raramente comparecia.

Nascera sem pergaminhos, mas a dedicação canina ao Presidente do Conselho amadurecera nela, com discrição, gestos e tiques de mulher «fidalga». Moldou-

se às circunstâncias com rapidez, perfeição e eficácia. Não admirava que, por isso e pela sua influência junto de Salazar, fosse adulada por mulheres de ministros e senhoras com *pedigree* que a traziam nas palminhas. Os chás em São Bento faziam parte desse cerimonial.

Salazar também tratava dos vinhos para ocasiões especiais, recorrendo, em caso de banquetes, aos conselhos de membros do Governo a quem reconhecia um estatuto de *connaisseurs* superior ao seu. Nessas épocas, o velho professor de Finanças regista, pelo próprio punho, pedidos de garrafas de vinho branco *Serra d'Ayres* velho e *Águeda* Branco, de 1931 e 1938, encomendas de caixas de garrafas do italiano *Lacrima Christi*, e também vinho do Porto *Duque de Bragança* e *Garrafeira 1917*, para oferecer.

Os dias amargos provocados pela Segunda Guerra Mundial nem por isso ensombram a celebração da Páscoa caseira, para a qual Salazar mandara comprar, em 1942, amêndoa normal e de licor. Na passagem dos anos, gastos inevitáveis como a compra de 500 quilos de carvão Cardiff para o palacete de São Bento misturam-se com serviços de chá ao domicílio encomendados no Aviz Hotel e outros estabelecimentos de prestígio da baixa lisboeta.

Estes pequenos entusiasmos surgem tão espaçados no tempo que não chegam beliscar a postura severa que o chefe do Governo impõe a si próprio e exhibe para consumo interno. Só com Christine Garnier Salazar saberá o que pode abanar o homem mais monástico às mãos de um «vendaval de simpatia» e de «desordem perfumada», palavras suas. Nesse início da década de 1950, a pretexto da escrita do livro intimista que passaria à posteridade sob o nome *Férias com Salazar*, ilustrado com fotografias tiradas por Rosa Casaco, agente da PIDE, a francesa percebe estar diante de um homem incapaz de disfarçar certas fraquezas.

No Forte de Santo António do Estoril, em encontros posteriores com a francesa, *Micas* estranhara o facto de as portadas de madeira do escritório de Salazar estarem fechadas «enquanto ele permanecia lá dentro com ela», o que «era raro e logo suspeito aos meus olhos curiosos», revelará a protegida do ditador.

Nem aí Salazar perderá as estribeiras ou arrastará para os alçapões do coração o seu quase religioso sentido de Estado. Paga os gastos de Garnier em Portugal, envia-lhe produtos portugueses para Paris – encomendas onde nunca falta o seu vinho do Dão – e confia as suas palpitações a Marcello Mathias, o embaixador em Paris que servirá também de correio sentimental entre o ditador e a requintada francesa.

Na hora de antecipar o agradecimento da obra literária na qual será retratado, Salazar, cioso da necessária descrição e disposto a não levantar «comentários e ciúmeiras sem fim», recorrerá ao diplomata para encomendar a compra de um anel que cumpra uma dupla função: nem excessivamente luxuoso que possa obrigar madame Garnier a dar explicações, nem insignificante ao ponto de ela não poder dá-las.

Dito isto, «não vale a pena pensar em dinheiro», escreve Salazar. A joia custará 450 dólares, mas isso que importa? «O dinheiro a mim não me serve de nada: tenho de mais para a minha modéstia e de menos para a minha posição. Resultado final: sobra sempre», conclui, na carta enviada ao embaixador.

À parte estas cedências quase clandestinas ao tempero da sua vida sensaborona de monge numa cela, «o governo caseiro, tradicional e comezinho», de que falara um dia Costa Brochado, durará até à morte de Salazar.

Maria de Jesus tem, entre outras, a função de livrá-lo de preocupações, para que ele se concentre nos

destinos do País e territórios adjacentes. Durante décadas, ela vai gerir parte do dinheiro do patrão à condição de contar cada centavo na gestão das despesas domésticas. O acerto é feito entre os dois com uma regularidade quase diária - e com arrelias à mistura - nos aposentos de Salazar, por vezes já com o Presidente do Conselho sentado na beira da cama. Ela lamentando-se de tanto mês para tão pouco dinheiro, ele impassível, sem cedências, mas rogando-lhe que, pelo menos, nada de essencial faltasse portas adentro.

Rosália aperceber-se-á de discussões entre os dois por causa das finanças caseiras, «mas se ele pensava que ela gastava de mais, não tinha razão. Ela era muito forreta». De resto, como notara certa vez Rosa Casaco, a relação entre Salazar e a «Senhora Maria» será sempre de «patrão ríspido» e «criada dedicada e muito competente», com limites de intimidade «muito rígidos».

Nos gastos de Salazar estão incluídos os salários da governanta, que em 1965 ganha 600 escudos e assim ficará até ao fim. O Presidente do Conselho paga também os vencimentos das criadas, cujos ordenados variam consoante a antiguidade e a experiência.

Rosália começara pelo fim da escala: quando entra em São Bento, as empregadas são seis e ela ficará a ganhar 100 escudos. Curiosamente, a mesma quantia que, nessa época, Salazar gasta por mês, em média, em esmolas, conforme anota nos seus caderninhos no capítulo das «despesas da casa».

Rosália, na verdade, nem via o dinheiro, pois a «patroa» Maria encarregava-se de depositá-lo na Caixa Geral de Depósitos.

625

despesas da casa para a -
residência

Aluguer do imóvel	759.30
Aluguer de casa	120.00
Jornais	32.00
"	87.50
Commodos (p. m. m. m.)	415.00
Commodos (p. m. m. m.)	.
Tratamento pessoal no hosp. p. m. m. m.	630.00
Commodos (p. m. m. m.)	223.30
Gas	135.70
"	2.120.00
Gasóleo (12.3)	150.00
Commodos	70.00
Aluguer de apartamento	.
Commodos (ginástica, música, teatro)	1.000.00
Commodos - música (1/2)	800.00
Commodos - música (1/2)	200.00
Commodos - música	.
	6.563.40

Nos seus cadernos, Salazar anotava as despesas da casa. Dos jornais ao gasóleo, passando pelas esmolos e pelos gastos com a ginástica e o colégio do filho de Micas, sua protegida, que ele tratava por Toninho.

Naquele tempo era comum o pagamento do ordenado de uma serviçal ser negociado entre patrões e pais, sobretudo tratando-se de uma menor. Mas esse não

será de todo o caso da jovem criada de Salazar. «Davam à gente aquilo que queriam, não fazíamos preço.»

Rosália não assinara qualquer contrato, não lhe tinham posto à frente um simples papel, pouco sabia dessas burocracias. «Nem sequer disseram se podia falar disto ou daquilo.»

Os pais também não interferem. Nada pedem, nada exigem.

Pensam: a filha está, pelo menos, encaminhada. Dão-lhe de comer, cama e roupa lavada. Numa época de forte emigração feminina e de histórias sobre raparigas perdidas nas encruzilhadas da pobreza e da má vida lisboeta, isso basta-lhes e tranquiliza-os. É menos uma boca em Favaios e melhor futuro não haveria, resignam-se.

No geral, o sistema também interessa aos patrões.

O trabalho não especializado tem uma remuneração quase simbólica. Na prática, resume-se a uma gratificação. De resto, as criadas de província eram então muito pretendidas. Obedientes, com uma disponibilidade sem horários nem cansaços para o trabalho manual, juntavam à rusticidade o treino nas habilidades domésticas.

Rosália talvez tenha sido vista em São Bento como um desses «diamantes em bruto», pois deixara de cuidar do Antoninho para, a mando da governanta, ser integrada nas faxinas da casa. Sem paciência para perder tempo a ensinar, a faceta autoritária de Maria de Jesus impôs-se e a rapariga foi entregue aos serviços e barreiras diárias. «Estive pouco tempo a tomar conta do Antoninho. Mal me apanhou a jeito, a dona Maria pôs-me logo a limpar o pó e a lavar escadas.»

Entre portas, para lá dos muros altos, este viver habitualmente continuava imune ao bafio do regime, à agitação estudantil, às prisões e à Guerra Colonial, cujos

ecos chegaram sempre mais depressa ao estrangeiro do que aos jardins onde Rosália brincava com o rapaz a seu cuidado.

Mas os primeiros dois meses na residência oficial da nação estão longe de satisfazer a catraia. Menina de aldeia, ainda demasiado imatura para enfrentar a dimensão das responsabilidades, Rosália não suporta o peso da distância. «Nunca tinha saído de Favaios e sentia muitas saudades dos meus pais. Chorei muito.»

Estranha o ambiente carregado do palacete e sente-se «prisoneira» das circunstâncias. «Via-me fechada naqueles muros, sentia-me num forte.»

Tristonha, pede à governanta que a deixe regressar a casa.

Maria de Jesus tenta demovê-la, mas acaba cedendo.

Rosália telefona ao irmão Luís. «Se queres ir embora, vais. Eu vou-te buscar», responde ele, que se desloca de Queluz a São Bento para resgatá-la da «prisão» em que se via.

«Se quiseres voltar, escreves-me», consolou-a Maria, a mulher que mandava no homem que mandava no País. Em abril de 1965, Rosália estava de volta a Favaios.

II

O homem das pequenas coisas

«Vens para o mimo que cá deixaste?», resmungou-lhe a mãe, quando a viu de regresso. Rosália ouviu, ainda mal refeita da viagem.

De volta à aldeia, nota que naqueles meses a terra pouco mudara. Favaios continuava tão longe do bulício da capital como dantes. Mas ela, pelo menos, voltara a terrenos que conhecia como as palmas das mãos e só isso era conforto bastante. Mesmo os maus modos da mãe pareciam agora mais doces do que quando partira.

Enquanto Rosália tem à sua espera as mesmas duras madrugadas na padaria e as resignações de uma vida de migalhas, o homem feito frade que ela mal conhecera em São Bento continuará a sua vida solitária, já sem ambições de constituir família, e vivendo agora sobressaltado com os safanões que a vida política lhe reserva.

O País está, aos seus olhos, doente.

Nos meios universitários, intensificam-se tumultos, greves e prisões de alunos. No Conselho de Ministros, assiste-se a divisões entre os governantes quanto à forma de estancar a agitação estudantil, mas Salazar manda ter mão firme e manda quem pode. O «chefe»

faz uma remodelação no Governo, mas nem por isso as leituras são de refrescamento. Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros, pressente por esta altura «um sulco de fadiga» em algumas classes sociais e nos meios económico-financeiros, ao qual se juntam as incertezas, receios e cansaços provocados por anos de Guerra Colonial. Nos anos anteriores, Salazar fora confrontado com relatórios sobre assuntos que causavam inquietação e perturbação nos portugueses, entre os quais figurava a preocupação com a idade do Presidente do Conselho. Da imprensa estrangeira chegavam análises e notícias pouco abonatórias sobre Portugal, acusando Salazar de fechar os olhos à corrupção que grassava no Estado e entre os seus subordinados, cujos sinais inquietantes, escrevera-se, estavam nos genes do Estado Novo.

As fissuras são igualmente visíveis nos meios católicos, onde surgem vozes contra o regime e a política ultramarina. Reclamam-se aberturas democráticas, liberdades, mas Portugal e Salazar prometem pouco ou nenhum futuro numa época em que mais de 55 mil portugueses emigram para a Alemanha, a França e o Canadá. O antigo seminarista de Viseu não se comovia com a debandada, à qual nunca dedicará grande preocupação.

Apesar de a nação se estender para lá das suas fronteiras, as vistas de Salazar iam pouco além da grelha de raciocínio que ele usava para a gestão da sua própria quinta no Vimieiro. Portugal, dizia, era «excessivamente pobre» para se permitir a certos «luxos» democráticos.

O líder da nação continua, isso sim, às voltas com pequenas coisas.

Numa deslocação a Évora, num domingo, encanta-se com a recuperação da Pousada dos Lóios, elogiando o trabalho de engenheiros e arquitetos. Torce, porém, o

nariz ao mobiliário e à arrumação. Aflige-o que sejam colocadas janelas nos claustros, podendo estragar a beleza do conjunto. Na ocasião, cala as suas reservas.

Mas, de regresso a Lisboa, só descansa quando põe o problema ao ministro das Obras Públicas, Arantes de Oliveira, nestes termos: «Os frades passaram por ali durante séculos, não sabendo nós se se constipavam com frequência.»

O ano é ainda 1965 e trouxera, desde logo, uma daquelas notícias capazes de desmoronar um edifício histórico: atraídos em Espanha por uma brigada da PIDE, Humberto Delgado e Arajaryr Ramos, a sua secretária brasileira, são encontrados mortos em abril, nas cercanias de Badajoz. Pela decomposição dos cadáveres, o crime terá ocorrido dois meses antes. Salazar dá sinais de receber a informação com o impacto de uma violenta pancada, mas a frieza e o calculismo impõem-se: «Tudo isto vai ser uma maçada. Se acaso foi gente nossa que praticou o crime, e se isso for provado, aí está o tipo de coisa que pode dismantelar um regime» comenta, preocupado, para os seus colaboradores.

Salazar não saberia tudo, mas sabia mais.

Em devido tempo, Silva Pais, diretor da PIDE, informara-o da preparação de uma operação para capturar Delgado, tendo o ditador recomendado «muito cuidado». A polícia política tinha rédea livre para agir e, mesmo pisando o risco, sabia que tal nunca teria consequências, nesse como noutros casos. Assim foi: mesmo quando se confirmou a autoria do crime por parte da brigada da PIDE, os responsáveis continuaram nos seus lugares, sem um beliscão.

A ditadura está à beira de cumprir quatro décadas.

A 28 de abril, um dia após a inauguração da sua estátua em Santa Comba Dão, Salazar celebra 76 anos. Correm rumores sobre alegadas perturbações mentais do chefe do Governo.

Ministros demoram dias a tentar contactá-lo, mas do palacete não respondem. Se do outro lado da linha alguma serviçal atende, dirá que «o senhor doutor» não tem hora de chegada nem sabem se irá jantar.

Quando finalmente o encontra, Franco Nogueira, sempre cúmplice e observador, nota nele uma grande fragilidade física, mas sem perda de faculdades mentais. A pele, sadia e sem vincos surge, por vezes, pálida, sem pingo de sangue. Como sempre, Salazar apresenta-se muito engomado, de um escuro sóbrio e cabelo bem penteado, de um branco luzidio. Os passos são firmes, mas lentos e cautelosos, típicos de quem já não confia nos reflexos, receando um tropeção ou uma queda. «Morrer? Só morre quem quer!», repete aos seus íntimos, mas já exausto de tantas reuniões, compromissos, receções. «Os estrangeiros querem ver o grande ditador e ficariam desapontados se não o vissem. São como o meu Antoninho: fica triste se vai ao Jardim Zoológico e não anda de elefante ou não vê a girafa», graceja, fazendo troça da sua própria condição.

Nem a visita de Christine Garnier, de regresso a Portugal acompanhada do marido, lhe provoca sobressaltos de maior.

Para Salazar, as recordações e palpitações românticas esmoreceram. Diluíram-se no tempo, suaves, cedendo agora ao protocolo e às convenções. O Presidente do Conselho recebe-a no Forte de Santo António do Estoril, onde o vaivém de ministros, isoladamente ou em grupo, é constante. As reuniões improvisam-se na mesa de pingue-pongue do rés-do-chão, onde as alunas do

Instituto de Odivelas, filhas de militares, costumam divertir-se.

Esse ano de 1965 termina com eleições para a Assembleia Nacional, nas quais os candidatos do partido do regime ganham uma vez mais na secretaria, sem oposição nem solavancos de monta.

Preocupante para Salazar, isso sim, fora, a meio de outubro, a síncope que atingira Maria de Jesus, em São Bento. Caíra desamparada, fraturando um braço, e acabara transportada para o Hospital da Liga dos Amigos dos Hospitais.

O chefe do Governo desce do pedestal e faz-lhe, por esses dias, visitas frequentes, meigas e atenciosas, intervaladas com os habituais compromissos de Estado e um raro escape a uma sala de espetáculos da capital para ver o ensaio geral do teatro japonês de *kabuki*.

De regresso ao palacete, a governanta será vigiada de perto por Eduardo Coelho, o médico de Salazar, que assiste a comovedoras atenções e delicadezas, pouco habituais nele, dirigidas a Maria: «Não trabalhe tanto, descanse. Siga as recomendações do doutor, não tenha arrelias», mima-a. Na sua memória, bailam, por certo, palavras que confessara, em 1952, a Christine Garnier, sobre a importância da governanta na sua vida: «Não escolhi nenhuma das minhas gravatas nem nenhum dos meus fatos. Não sei quantas camisas possuo. O poder absorve-me todo o tempo e todo o pensamento. «Depois da minha chegada a Lisboa, a Maria encarregou-se de tudo o que eu tive de negligenciar. Livrou-me de todas as preocupações materiais», reconhecera Salazar à escritora francesa, admitindo o óbvio. «Conhece os meus assuntos melhor do que eu. Vive a minha vida.»

Não era mentira. Nunca foi.

Desde a época em que se ocupara dos trabalhos duros de cozinha e faxina na intimidade da habitação

partilhada por Salazar e Gonçalves Cerejeira em Coimbra, que Maria de Jesus sempre poupava ao patrão preocupações relacionadas com as rotinas domésticas. Se ele era o Governo da nação, ela era o governo da casa.

Os dois tinham algo mais em comum: eram dados a alguns achaques.

Um funcionário da Assembleia Nacional instruído de conferir o inventário da residência oficial voltara certa vez de São Bento muito impressionado. Pelos vistos, Salazar e Maria eram de tal ordem atreitos a acidentes domésticos e doenças que, naquela casa, segundo o tal funcionário, seriam precisos dois médicos: um para o chefe do Governo outro para a governanta.

Quando Salazar devaneia a propósito do que deseja para os seus últimos dias, no gozo da sua «pequena reforma», ela dará corda à ironia: «Essa pequena reforma chegará se a conta da farmácia não aumentar.»

Entra-se em 1966 e Maria de Jesus continuava sem se recompor na totalidade. Em domingos de sol, Salazar passeia com ela de automóvel pelo Ribatejo. Mas até março, as consultas médicas da governanta serão quase diárias e, por vezes, dia e noite.

O desarranjo no quotidiano do chefe do Governo é assunto de Estado. Maria tem doença grave: coração atingido, arteriosclerose, coronárias afetadas... Lança «a perturbação na vida e nos hábitos de Salazar», notara Franco Nogueira, numa das vezes que lhe perguntou pela «doente». Ele fala do assunto com minúcia, descreve as maleitas, conta como Maria passa as noites. «Tudo isto é uma perturbação porque ela é uma peça fundamental desta máquina que não funciona sem ela e me escangalha a vida.»

Os desabafos sobre o estado de saúde da verdadeira dona da casa em São Bento são também matéria epistolar. De Paris, o embaixador Marcello Mathias pergunta pela governanta. «A Maria de Jesus vai um pouco melhor, mas lentamente», responde Salazar. «Tem sido um grande problema, médico e doméstico, como pode calcular.»

Mas não é o único.

A caminho dos 77 anos, Salazar vive angustiado com a possibilidade de já não conseguir responder física e mentalmente aos problemas do País, que se agravam. Nas ruas, a contestação do regime já surge às claras em diversos setores, com greves, reivindicações e manifestos à mistura. Além-fronteiras, aperta-se o cerco a Portugal, ora pela imagem que dá nas suas colónias em África, ora porque a Península Ibérica parece agora governada por homens fora do prazo.

O ditador pondera a retirada e disso se ocupa em conversas tricotadas horas a fio. Mas teme deixar entrar o desgoverno das coisas públicas pela mesma porta. «Estou perdendo faculdades. Não posso trabalhar como dantes. Já não acompanho o ministério e os ministros fazem o que querem», ouve, da sua boca, Franco Nogueira. «Isto não é vida», lastima. «Eu quero ir morrer a Santa Comba, insisto em ser enterrado lá.»

Salazar teme, por esta altura, ter apenas mais um ou dois anos de vida.

Lamenta aos íntimos o facto de não deixar uma obra que marque uma época, mas anseia, acima de tudo, terminar os seus dias em paz, entregue às flores e aos passeios na «pequena quinta» do Vimieiro, repete, em conversas emaranhadas, quase sem fim.

Trava-o apenas o facto de alguém pensar que, julgando tudo perdido, se vá embora. Mas «não se pode esperar que eu fique inválido», adverte.

A intriga palaciana corre célere, reproduz nomes de sucessores a esmo. «Pela ordem natural das coisas não pode estar distante o fim», escreve Franco Nogueira, retratando esse tempo moribundo em que nada é ainda lícito fazer contra Salazar e nada é já possível fazer com ele.

À porta de São Bento, nos aniversários da ditadura e do ditador, em abril, tudo parece correr de feição. Chegam ramos de flores enviados por admiradoras, mensagens, telegramas. Salazar, sorridente, deixa-se fotografar entre grupos de mulheres e crianças que o visitam. Mas logo voltam as nuvens negras, as inquietações com a sucessão, o fim próximo.

Nesse ano de 1966, Salazar quebrará um tabu.

Para poupar tempo numa deslocação que poderia revelar-se fatigante e penosa dada a avançada idade, decidira fazer o seu batismo de voo entre Lisboa e Porto, comprando bilhetes para si e para Maria, como qualquer mortal, como qualquer casal. É verdade: o beirão conservador que governava a nação com rédea curta e decidia o destino de territórios imensos além-mar, permanecera, afinal, quase imóvel, pouco viajado mesmo dentro do País. Enclausurado no seu palacete lisboeta, era um voluntário da solidão, do tédio e da melancolia, com alguma misantropia à mistura.

Deslocara-se à Madeira, de barco, com o antigo colega de seminário, Mário de Figueiredo, em 1924, para proferir duas conferências, viajar pela ilha e gastar mil escudos em bordados.

Assistira, em novo, na companhia do Cardeal Cerejeira, a um congresso católico em Bruxelas, para onde viajara de automóvel. Passara em Lourdes, a caminho de Paris, também de carro. Ainda jovem,

aventurara-se pelos caminhos do turismo religioso em Espanha.

Já investido de funções governativas, habituara-se aos rituais de visitação ao «generalíssimo» Franco, mas nunca tais cimeiras o fizeram afastar o suficiente do conforto da raia luso-espanhola. Irrita-o, de resto, que os ministros se ausentem do País, mesmo em serviço.

Por tudo isto, mais extraordinária se revelara a viagem de avião que o levara ao Porto. Aí pernoitara, seguindo no dia seguinte para Braga, onde o esperavam para as celebrações dos 40 anos do «28 de Maio».

O discurso ficará para a História como uma das mais notáveis e cínicas encenações de desapego ao poder por parte de Salazar, que chega a ensaiar, por segundos, a saída de cena, olhando por cima dos óculos na ponta do nariz, apenas para medir a reação da audiência.

Sobre o voo, pouco a dizer. Sensação especial, «nenhuma». Salazar fizera questão de viajar como passageiro normal. O aparelho dera grandes abanões durante o curto percurso, com trovoada à mistura, mas enjoos, também «nada». Muito menos dores de cabeça ou de ouvidos. «Afinal é aquilo que toda vida fiz: não fumar e apertar o cinto», dirá Salazar, humorado, a uma amiga.

Em junho, o chefe do Governo aparecerá às visitas de casa, oficiais ou de cortesia, de perna estendida. O médico e as radiografias atestam que partiu dois dedos, mas não será preciso gesso.

Não está para biografias, reage a Franco Nogueira quando este comenta que se encontrara com um jornalista britânico que deseja fazer um livro com esse propósito. «Biografias só interessam a pessoas que tenham um futuro político, não é o meu caso. Estou no fim, mais dia, menos dia. E quando se está para morrer

ou desaparecer politicamente não interessam biografias», reage sombrio.

Nos últimos anos de vida, estas reações serão cada vez mais frequentes. Mas nem sempre pairava sobre ele um céu carregado.

Salazar apreciava a graça, a ironia e o sentido de humor. Tinha essas características em doses fartas, embora não hesitasse em recorrer, quando necessário, ao «sarcasmo sangrento», conforme notara o referido ministro, em diversas conversas.

Em agosto de 1966, essa faceta revelar-se-á, de forma refinada, a pretexto da inauguração da nova ponte sobre o Tejo. Antes disso, tentara a todo o custo, e por escrito, evitar que a nova travessia se chamasse «Salazar». Justificara a sua contrariedade por considerar que o nome de um político só deveria ser dado a monumentos e obras públicas «cem ou duzentos anos após a sua morte». Mas ficara vencido.

Acabará mesmo assim por interferir em toda a programação da cerimónia, mergulhando, como tanto gostava, «na minúcia dos assuntos». Em carta ao ministro Arantes e Oliveira sugerira, por exemplo, mudanças na ordem dos discursos da inauguração e a coordenação do regresso do Chefe de Estado Américo Tomás à tribuna. Advertira que a soltura dos pombos e dos foguetes não deveria misturar-se com o hino nacional, considerando ainda que os desfiles de carros e manifestações lhe parecem «complicações inúteis».

Discreto, escrevera ao presidente da Câmara solicitando que fossem retiradas as duas manchas de barracas nos acessos do lado de Lisboa, presume-se que por razões humanitárias, embora também deslustrassem o quadro.

Ainda antes da inauguração, fizera uma visita privada ao local, durante a qual viu, na ponte, o seu nome cravado. «As letras estão fundidas no bronze ou

simplesmente aparafusadas?», pergunta, respondendo de chofre. «É que se estão fundidas no bloco de bronze vão dar depois muito trabalho a arrancar», responde irónico.

Quando chega o dia da inauguração, a 6 de agosto, a multidão invade a zona desde o despertar. Seguem-se horas de cumprimentos, salamaleques, medidas e um discurso de França Borges, autarca de Lisboa, que compara Salazar a Nuno Álvares Pereira. O chefe do Governo fica possesso com «a estupidez e o ridículo» do exemplo dado, mas resguarda-se numa ironia severa: «A não ser que ele me tivesse querido comparar ao cavalo de Nuno Álvares, mas isso também parece um pouco de mais.»

Os festejos duram mais dois dias, com receções na autarquia, mais foguetório, missa campal e nova cerimónia no Palácio de Queluz.

Ali se desloca Amália Rodrigues, com quem Salazar passa uma parte da noite a conversar, entusiasmado. Dias depois, a fadista dá-lhe troco. Numa carta enviada para São Bento, confessa não ter resistido à vontade «de lhe gritar o meu bem-haja! Bem-haja por nos ter dado este poder de desforra!!!», escreve a cantora, confessando: «O meu orgulho e o de todos os portugueses é *quasi* tão grande e tão bonito como a ponte! Se não receber uma carta de cada português é porque são menos atrevidos do que eu!», graceja a fadista, terminando com um sentido «Bem-haja toda a vida», em caligrafia de tamanho a condizer.

Quando chega dezembro, Salazar volta a ser um poço de contradições. Por um lado, é capaz de estar ao telefone até às quatro da madrugada, lúcido e repousado, a discutir os problemas de Portugal, da Rodésia e da África do Sul. Por outro, conhece os

rumores que correm sobre graves doenças de que supostamente padece e assaltam-no, de novo, pensamentos negros sobre a sucessão. «Eu quero ir para Santa Comba, descansar e ler livros antes de morrer. Parece-me que tenho direito a isso», conclui, de forma brusca, uma conversa com Franco Nogueira.

No último minuto do ano, o ditador despede-se de 1966 distribuindo bolos e vinho pelos elementos de segurança do palacete. Pelo Natal gastara quase 1300 escudos em chocolates e dera uma colcha e cem escudos a cada uma das empregadas da casa. Aos seus médicos, que nunca lhe apresentam as contas pelos serviços prestados, oferecera uma travessa de prata e um serviço de chá.

Entra em 1967 a fazer contas à vida.

As despesas com a sua quinta das Ladeiras, no Vimieiro em Santa Comba, são da ordem dos 10 contos mensais, valor que realça ou sublinha quase sempre a vermelho nas anotações particulares, por vezes com pontos de interrogação. Paga a um carpinteiro pequenos trabalhos na propriedade e despende quantias razoáveis na pequena adega, para a qual comprou um tonel. As irmãs, o caseiro e o pedreiro levam-lhe também boa maquia. Segue estes assuntos ao detalhe, mas cavou já uma distância considerável com a terra, à qual se desloca com rara frequência.

Em Lisboa, controla à unha as despesas do palacete.

Continua a pagar do seu bolso o pessoal doméstico, o colégio e a ginástica do Antoninho, e põe na mão da governanta uma média de cinco contos por mês para alimentação, pedindo-lhe que não se estique. Assenta as gorjetas que dá aos homens que tratam do parque, as toalhas que compra pela Páscoa «para as raparigas», o pagamento do calista e do barbeiro, os jornais

nacionais e também os de província que se habituara a assinar desde os tempos de professor, as contribuições para associações e coletividades e os donativos para juntas de freguesia, algumas do seu concelho de origem.

As frequentes entradas e saídas de empregadas são outra dor de cabeça. Não só por serem, muitas vezes, resultado dos apetites e impaciências da governanta, mas também pelo constante reajuste e reaprendizagem de quem entra.

É nos primeiros meses de 1967 que Rosália volta a dar notícias.

Passaram-se dois anos desde que, chorosa e vergada de saudades, abandonara São Bento de regresso a Favaios.

A vida da rapariga, então nos 16 anos, não mudara.

Continuara enfarinhada entre afazeres domésticos, sacas de pão e uma existência calejada no amanho da terra e nas fintas ao destino.

Mas o tempo de recolhimento paterno amadurecera a adolescente. Rosália limara angústias, ponderara necessidades.

«Pensei, pensei muito. Mas o que é que estou cá a fazer?», interrogava-se. O futuro não era ali.

«Os meus pais insistiam, claro. Eram pobres, coitados.»

Rosália reconsidera e escreve à governanta de Salazar.

«Quero voltar», pede.

Maria prometera uma segunda oportunidade e cumpre.

Manda pelo correio o dinheiro para a viagem e a rapariga entra de novo nos carris. Rosália regressa a São Bento, desta vez carregando um cesto com bolas de ovos e pão de trigo que a mãe preparara. É recebida de braços abertos.

Nessa época, do lado de cá dos muros do palacete, há um País irrespirável, de ar rarefeito. Mas para lá do portão da residência oficial, habita um mundo quase idílico, protegido de agitações, protestos e inconveniências. «Salazar teve a habilidade de fazer uma ditadura que não dava nas vistas», resumirá Gustavo Soromenho, socialista e opositor. «Não se falava de nada. Não pressentíamos nada», confirma Rosália. «Os ministros chegavam e fechavam-se. Dentro de casa era outro País.»

Dali em diante, Rosália conhecerá um outro regime, paralelo ao de Salazar, onde, da cozinha à faxina, governa outra ditadura: a de Maria.

III

A ditadura doméstica

Maria de Jesus tocava a campainha que tinha ao pé da cama às sete da manhã.

As criadas, que dormiam nas águas-furtadas, num espaço amplo de camaratas, «limpinho», faziam cera aos primeiros toques de alvorada dados pela impaciente governanta. «Tapávamos a cabeça e não nos levantávamos quando ela queria.»

Só quando a pressentiam, furiosa e ignorada, a subir no elevador é que desatavam a correr cada uma para o seu canto, como baratas em fuga. «De manhã, ela parecia o diabo, com aqueles cabelos no ar...»

Cada empregada tinha um toque atribuído.

Se a governanta quisesse chamar por Rosália deveria carregar sete vezes no botão. O mesmo sucedia com a corneta, quando Maria mandava chamar a criadagem que andava no parque, entre tanques, barreiras e roupa posta a corar. «Olha, lá está ela a chamar por ti», atiravam umas às outras, provocadoras, contando as «cornetadas» vindas da janela da copa e tentando adivinhar a quem calhara tal «sorte».

A cozinheira da casa era a primeira a levantar-se.

As outras desciam depois, para o leite com cevada e o pão com manteiga, que já esperavam na mesa grande

de mármore, com duas gavetas, à volta da qual se sentavam todas.

Dali a nada, descia «o senhor doutor».

Por vezes, tomava o pequeno-almoço – café com leite ou chá com torradas – num pequeno sofá junto ao largo vão de escada que dava para o corredor. Se nesse período da manhã calhava alguém ligar para São Bento, não era surpresa ele atender, como qualquer serviço.

Do mesmo modo, Salazar também pegava no telefone, descontraído, para ligar a famílias amigas, indagar do estado de saúde de conhecidos, demonstrar afeto num aniversário, preocupação por um acidente ou luto por aqueles que estimara.

Naquele mesmo canto, «lia os jornais e depois deixava-os no chão», recorda Rosália, que os apanhava. Salazar apreciou durante anos os artigos de fundo de Augusto de Castro, no *Diário de Notícias*, e era frequentador das páginas internacionais do matutino *O Século*, mas quase sempre desdenhando do que lera: «Creio que é um vício porque o que aprendo não tem qualquer relação com o tempo que perco», dissera certa ocasião, sorrindo, ao jornalista francês e ativista de extrema-direita Ploncard d'Assac.

Segundo Anselmo Freitas, seu secretário particular na fase final da vida, Salazar não seria tão mordaz com a imprensa. A leitura dos jornais era um dos momentos mais apreciados do dia e suficiente para «servir de pretexto para uma conversa amena», carregada de humor e ironia cortante. Ainda assim, a letra impressa era vigiada à lupa. «O jornal é o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos», dissera ele ao antigo dirigente do Secretariado da Propaganda Nacional, António Ferro, justificando a censura.

Nesse entretanto, já a faxina da manhã se organizara entre as criadas.

Farda de trabalho vestida, ao xadrez, umas iam limpar os quartos, as outras tratar dos corredores. «Todos os dias a mesma coisa.»

Sempre vigilante e mandona, a governanta inspeciona cada recanto. Passa os dedos pelos móveis à cata de uma réstia de pó, protesta e embirra por causa de algum pormenor deixado ao acaso. Quer tudo num brinco, cheiroso, a brilhar. «Mas quando lhe dava na telha, mandava fazer de novo o que já estava bem feito», sustenta Rosália.

Este é um mundo «com o seu quê de muito especial», no dizer do antigo secretário Almeida Langhans, que atestava a «benevolência» de Salazar «contra as investidas exageradas de uma governanta zelosa», cujas vítimas eram «as criaditas de serviço».

Rosália é a mais nova, faz muita diferença das outras. Mas nem por isso as responsabilidades são menores.

Todas as manhãs, a «pequena» mudava a água das flores do escritório do Presidente do Conselho. Salazar era «muito amigo de flores», camélias sobretudo, às quais «até fazia festas quando passava por elas no parque», o único local da casa que quase o fazia esquecer o facto de viver no coração da cidade.

Quando se mudou para a residência, vigiara ele próprio a transformação dos canteiros e dera instruções aos jardineiros. Costumava dizer que lhe era impossível trabalhar «sem respirar o cheiro da terra» e sentir em volta «árvores, moitas e flores».

Nos aniversários, as mais fervorosas amigas atulhavam o palacete de ramos e coroas que seguiam depois para as igrejas de Lisboa. Salazar detestava que se cortassem as espécies dos jardins de São Bento, das quais sabia até os nomes mais complicados, e preferia

pagar ele os ramos que enviava a uma ou outra admiradora.

Aquando do final da sua primeira visita, Christine Garnier receberia, antes do embarque no avião para o regresso a França, um grande ramo de cravos cor-de-rosa, entregues em mão por um secretário da Presidência a mando de Salazar. Sem se enternecer, a escritora tudo fez para se livrar das flores: apesar da «inocente aparência», ela considerava os exemplares daquela espécie portadores de «desgraça».

Por causa do casamento da filha do presidente do senado belga, o chefe do Governo acabará também por fazer uma cena a Franco Nogueira a pretexto do pagamento das flores que o ministro encomendara à embaixada em Bruxelas, em seu nome.

Durante semanas, Salazar insistira em pagá-las, mas o interlocutor desconversara, considerando a postura do Presidente do Conselho «um pesadelo». Chegara a dizer-lhe que perdera a fatura, mas o ditador não esquecera o assunto. «Eu pago sempre essas despesas», retomara. «É que eu não preciso de nada, a minha vida acaba em mim.» Contrariado, Salazar lá aceitou, por fim, que as flores entrassem nas contas do ministério. As centenas de escudos que custaram acabariam por ser incluídas nas despesas de material e expediente da embaixada portuguesa na Bélgica.

Em casa, aproveitavam-se as flores que chegavam todos os dias, de várias origens, quase sempre oferendas de conhecidos ou conhecidas.

Do Estoril, apareciam cravos e rosas.

Da Madeira, por avião, eram despachados antúrios, estrelícias e belas e exóticas orquídeas, enviadas pela senhora Garden, britânica, amiga do antigo professor de Santa Comba e devedora de favores a Salazar por causa dos negócios de aviação comercial do filho.

«O senhor doutor tinha sempre jarras com flores lindas no gabinete», recorda Rosália. «Não é possível devolver flores. E dão-me as únicas alegrias que me são permitidas», confessara ele, certa vez, à francesa Garnier.

As flores eram, na verdade, o único colorido do espaço íntimo de trabalho do Presidente do Conselho, sem que a luz do sol alguma vez tivesse contribuído para alterar o aspeto soturno que se manteve praticamente inalterável durante décadas.

Os seus olhos, frágeis, não admitiam a luz viva. «Era tudo muito para o escuro e pesado. Cortinados castanhos, chão castanho, tapeçarias nas paredes. E quando a caldeira estava fechada, todo o palacete era frio.» Daí o hábito das mantas. E da escalfeta.

O escritório de Salazar fora, até determinada altura, local de diversas conjeturas sobre doenças originais ou imaginárias, que ficaram conhecidas por «males» de gabinete.

O Presidente do Conselho queixava-se da garganta e durante algum tempo não houve explicação para tal. À sua volta, os sintomas tinham feito outras vítimas. O mistério viria a ser desvendado após várias indagações: as cartas escritas por Salazar – e até o envio de notas para os ministros – eram, até dada altura, fechadas por ele, com uma lambidela no subscrito. Os secretários faziam o mesmo. O processo, porém, irritava as mucosas e, como o sistema de aquecimento central desidratava o meio ambiente, a «culpa» era atribuída ao gabinete.

A solução para o problema seria encontrada pelo banqueiro Ricardo Espírito Santo que, numa das suas habituais visitas, sugeriu que fossem colocadas toalhas ou panos ensopados em água nos irradiadores do

aquecimento. Mais tarde, lá vieram os recipientes próprios para água e pincel, mantendo-se depois a correspondência debaixo de objetos pesados, como um cão de mármore ou um hoplita grego, em bronze e pedra, para selar em definitivo os subscritos.

Se dentro de casa as doenças eram «tratáveis», já no exterior os boatos sobre o estado de saúde de Salazar galgavam a fronteira.

Nessas ocasiões, os colaboradores próximos insistiam na urgência do «chefe» se mostrar em atos públicos, nem que fosse na inauguração de uma exposição. «De maneira que estou outra vez doente...», ironizava Salazar quando percebia que a solução era mesmo sair do palacete e cumprir uma agenda destinada a revelá-lo ao povo são como um pero.

De ambiente severo, o escritório era a imagem de quem lá trabalhava.

Havia vários retratos de chefes de Estado, dispersos por todo o gabinete, em mesas ou por cima de armários.

O ditador italiano Mussolini chegou a figurar em lugar de destaque, o mesmo acontecendo com uma fotografia em moldura de prata oferecida pelo Papa Pio XII, com dedicatória, e outra, do mesmo género, do ditador espanhol Franco.

As visitas deparavam-se também com retratos da Rainha Isabel II, de Inglaterra e de Filipe de Mountbatten (duque de Edimburgo).

Ao cenário, não faltavam obras raras e clássicos literários, do fac-similado *Codex Manesse*, emblemático manuscrito alemão da Idade Média, às obras de espiritualidade cristã do presbítero Manuel Bernardes. Havia também vasta literatura francesa, a preferida do mais importante inquilino do Estado.

Salazar raramente usava a secretária, embora ligasse o candeeiro de mesa que colocava o espaço numa meia

penumbra. Tinha uma justificação elaborada para isso: «O português, que é generoso e bom, transforma-se às vezes nas repartições atrás das mesas de trabalho, esquecido de que a pobre gente que pede um conselho, deseja um esclarecimento, se justifica duma falta, é a que trabalha e paga para que nós defendamos os seus interesses. Por isso, há muito tempo que eu próprio deixei de trabalhar à minha secretária.»

Preferia acomodar-se no fundo da poltrona, espalhar os papéis, os livros e os dossiês pelo chão, e escrever num bloco apoiado numa pasta de couro. «Que novidades há?», atirava, recostado, aos ministros, naquele período de «antes do despacho» em que adorava perder minutos em conversas sobre *fait-divers* políticos e mundanos, por norma episódios ocorridos em ambientes que ele raramente frequentava.

Contudo, trocava de boa vontade estes encontros pela possibilidade de decidir em solidão. Preferia dar indicações por escrito, enviar sugestões, notas e comentários a diplomas ou despachos para evitar a preguiça e o fio maçador das conversas. «Não recebo ninguém ou poucas pessoas, porque tenho assim tempo para ler ou fazer ler tudo o que me escrevem, para estudar as reclamações inteligentes que me fazem», justificara-se, ironizando sobre o perfil dos compatriotas: «Como em cada português há não só um indivíduo que usa constantemente do seu direito de representação perante os poderes públicos, mas também um escritor epistolar, eu estou geralmente ao corrente das necessidades individuais de cada um...»

Tratando-se de trabalho, vinha à tona o Salazar severo e austero, sobretudo para os novatos nas lides governativas. «Havia a fama de que a primeira sessão com os caloiros do Governo era uma espécie de exame de Estado», lembrará Silva Cunha, antigo governante.

O ditador era, nessas ocasiões, pouco dado a manifestações de apreço e simpatia, bisonho e parco no adjetivo lisonjeiro e avaro nas referências elogiosas. Intimidante, contava com o embaraço prévio dos que a ele se dirigiam e não hesitava em reprovar eloquências ou afirmações superlativas, reduzindo quase à insignificância quem se aventurava diante dele por esses caminhos marcados por uma audácia inútil, comprometedora e leviana. «Não defendo os erros de ninguém, nem sequer os que eu próprio cometa; não absolvo nenhuma falta, não me solidarizo com nenhum abuso», dissera, num dos seus discursos, em jeito de aviso à navegação.

«Quando nos encontramos diante de Salazar, há que pressentir, adivinhar sempre e guardar as perguntas», aconselhara Christine Garnier, nos anos 1950. A sua voz era «como um canto, baixa e doce», mas também se demorava «em notas de aço» que gelavam o interlocutor. Uma espécie de lâmina de punhal «brincando numa bainha de seda».

Salazar também reparava na ausência de formalismos e compostura, reservando a sua melhor ironia para essas ocasiões. «O senhor não se esqueceu de nada?», perguntou, em certo momento, a Luís Avillez, seu secretário particular e fundador da Mocidade Portuguesa, que o aguardava no carro, com várias pastas. O funcionário olhou em volta sem se aperceber de qualquer falta. «E o chapéu?», insistiu o ditador. «Nunca usei, senhor presidente», respondeu o secretário. «É bom comprar um. E preto», rematou Salazar.

Detestava pretensiosismos e arrogâncias mas, no trato diário, na relação com quem confiava e admirava, alguns confessam nunca lhe ter notado o tão falado autoritarismo de carácter.

Vários, na verdade, antecipavam-se a um eventual acesso de mau génio. Ninguém fumava diante dele, por exemplo.

Era metódico, persistente e persuasivo. Para descartar quem já não precisava, apurava clinicamente as formas de cortesia e amabilidade. Manipulava os interesses e vaidades dos homens e controlava, direta ou indiretamente, tudo e todos. As informações chegavam-lhe de todo o lado, e por diferentes vias, mas sobretudo das elites políticas e económicas, sem que a PIDE fosse, por vezes, para ali chamada. Mantinha sempre atualizado um ficheiro completo de todos os servidores do Estado.

O seu distanciamento sempre fora da ordem da mitologia: houve «ministros que passaram anos sem o ver», revelou Adriano Moreira.

Não tinha de si uma imagem de herói, sábio ou santo, mas agia com uma crença férrea na Providência, atribuindo-se o pedestal dos eleitos por desígnios divinos e uma espécie de penitência que cumpria na gestão dos encargos do Estado.

«Não sou um político, não o serei jamais», dissera, em 1922, acrescentando: «Sou intelectualmente uma pessoa de gelo.»

Havia, desde Coimbra, razões para insuflar o ego e manter a postura de quem nunca se engana e raramente tem dúvidas.

O primeiro a ler a figura para além da aparência foi Mateo Crawley-Boevey. O padre, de nacionalidade norte-americana, um dos mais íntimos confidentes do Papa Pio XI, chegara à cidade dos estudantes em 1927, depois de uma passagem por Évora. Pregava a devoção ao Coração de Jesus, a misericórdia e a caridade pelo mundo e viera a Portugal disseminar o Reinado Social de Cristo, incumbido pelo Sumo Pontífice. Era, segundo Franco Nogueira, um homem «místico, eloquente,

persuasivo, altamente inteligente», que trazia com ele uma missão secreta: informar-se - e informar o Papa - sobre a situação da Igreja nos países visitados e descobrir personalidades que pudessem melhor servir a causa. Conhecerá Salazar em Coimbra, assumirá o papel de seu confessor e guia espiritual. A ascendência do padre sobre o quase quarentão de Santa Comba deixaria de lado os formalismos e tornar-se-ia paternal. Numa noite de 1928, passara a mão afetuosamente pela cara de Salazar e traçara-lhe o perfil: «A mim não me enganas. Por detrás desta frieza, há uma ambição insaciável. És um vulcão de ambições.» O visado continuou mudo e quedo.

Cerejeira não deixaria, através dos anos, de adulá-lo, tendo sempre presente a memória desses tempos. «Foste tu, entre todos os Portugueses, o escolhido para realizar o milagre», escreverá ao amigo. «Bem sabes que Deus realiza os planos da sua Providência, por intermédio dos homens que escolhe. Foste tu o escolhido! Preparou-te de tão longe, com que cuidados!» A estas palavras, o cardeal juntava outras, como as da irmã Lúcia, alegada vidente de Fátima, que, no final da Segunda Guerra Mundial, fará chegar a Salazar um bilhete a lembrar a graça divina que o protege, mesmo quando a época é de sacrifícios. «É preciso fazer compreender ao povo que as privações e sofrimentos dos últimos anos não foram efeito de alguma falta de Salazar, mas sim provas que Deus nos enviou pelos nossos pecados», escreverá, em finais de 1945, a mulher reverenciada pelos católicos portugueses.

No mesmo ano, Simone de Beauvoir visitara o torrão pátrio e daqui levaria imagens dolorosamente inesquecíveis, menos santificadas. «Sob os tecidos coloridos, aquela gente tinha fome; andava de pés descalços, o rosto fechado e, nos povoados falsamente

alegres, notei os seus olhares embrutecidos», escreverá a romancista francesa. «Em todas as estações os mendigos invadiam as carruagens.»

No Porto, vira «rapariguinhas esfarrapadas» esgravatar «avidamente» caixotes do lixo». Por todo o lado, «filas de camponeses de pé descalço, as mulheres curvadas com o peso dos fardos», crianças famélicas pedindo esmola, «pardieiros onde as famílias se alimentavam de sardinhas pouco frescas». Enquanto isso, «a burguesia portuguesa suportava muito calmamente a miséria dos outros», essa mesma que deveria ser, no dizer de Lúcia, a redenção pelas nossas transgressões religiosas.

O ditador, por seu lado, parecerá sentir-se bafejado por um sopro celestial, por muito que a cumplicidade entre a Igreja e o Estado Novo nem sempre tenha sido um caminho de flores. Mas Salazar irá amadurecer no cargo julgando tratar-se de um eleito, carregado de poder e génio, «quase um ungido por Deus», diria Gonçalves Cerejeira.

Longe do povo e do País que pouco se esforçara por conhecer, maçavam-no as cerimónias públicas, considerando precárias, versáteis e leves como o vento quaisquer manifestações de elogio ou entusiasmo público. «Não se pode, ao mesmo tempo, encantar e governar a multidão», justificava. Daí a solidão e o isolamento, imperativos da sua ação governativa, que, segundo ele, tornava a ação de quem manda mais pacificada, independente e menos acessível às influências exteriores.

Raramente aceitava convites para jantares ou festas, não só porque lhe custava dar-se à confiança nas conversas de salão, mas também porque rejeitava ser condicionado por pedidos e favores, à boleia de amenas

e descontraídas cavaqueiras, na liderança dos assuntos de Estado, dos quais não abria mão. «Sensível, nervoso, emotivo, permanecia contudo sempre sereno, frio, sem cóleras, desapaixonado, sem pressas, sem excitação, em particular quando em torno de si todos se mostravam incertos, perplexos, desorientados», escreverá, numa breve síntese de Salazar, o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira.

Quem com ele lidava, descrevia-o glacial no tratamento e condução dos negócios públicos, cético ou indiferente com as elites, sem olhar a amizades ou dependências.

Exemplo disso será Eduardo Coelho, seu médico pessoal desde o final da Segunda Guerra Mundial. Beneficiado por decisões governativas em reconhecimento do seu empenho profissional e prestígio, vira, em dado momento, ser-lhe rejeitada, por carta, uma pretensão relativa aos serviços de cardiologia do Hospital de Santa Maria. A missiva é um exemplo notável da elegância mortal de Salazar: após tecer considerações elogiosas ao cardiologista e referir-se, ao longo de várias páginas, aos deveres do Estado na gestão da coisa pública, o Presidente do Conselho aproveita o último parágrafo para rejeitar, a bem da nação e sem margem para qualquer dúvida, o que Eduardo Coelho lhe pede. Isto sem prejuízo das consultas quase diárias que o visado continuará a fazer ao chefe do Governo até à sua morte.

Salazar tinha fama de escutar sem interromper e não ficar preso a ressentimentos.

Mas havia outras versões.

Fiel servidora, Maria levava-lhe ao conhecimento comentários menos abonatórios e ditos injuriosos que circulavam contra ele nos corredores do poder, por vezes vindos de gente até bem próxima.

É certo que Salazar simulava não sentir as ofensas, mas nunca as esquecia. No momento próprio, punia-as sempre, dizia Costa Brochado. Contudo, «não era impressionável, nem influenciável, nem volúvel», segundo Franco Nogueira.

O Cardeal Cerejeira, amigo e confidente desde os tempos de Coimbra, concedia-lhe «uma rara objetividade nas discussões» e uma «fina ironia», mas nunca vira «tantos contrastes na mesma pessoa». Dizia-o apreciador da «companhia das mulheres» e da «sua beleza», mas levando «uma vida de frade». Sobre a condição feminina, não se podiam esperar dele especiais arrebatamentos. «Estou nisto de reivindicações feministas tão atrasado, tão retrógrado, tão fóssil, que, para mim, o maior elogio da mulher é ainda o epitáfio romano: “Era honesta, dirigia a casa; fiava lã”», afirmara, sempre considerando que o trabalho da mulher fora de casa desagregava o lar e «a vida comum», com prejuízo para «a obra educativa das crianças» e o crescimento da prole.

A todo instante chocavam, na sua personalidade, o ceticismo e o entusiasmo, o orgulho e a modéstia, a desconfiança e a confiança, a bondade mais tocante e a dureza mais inesperada. «O que é o orgulho?», respondera Salazar a Cerejeira, na juventude, quando o amigo o acusou de ser orgulhoso.

Quem o quisesse moldar aos seus desejos, deveria apresentar factos e argumentos inquestionáveis. Compreendia os defeitos dos homens, mas jogava com as suas fraquezas. Em resumo, «não era íntimo de ninguém» e «com a maior doçura e sem paixão», deixava cair «as afirmações mais severas e as críticas mais brutais e diretas».

Em São Bento, por tradição, as refeições eram servidas cedo.

Salazar comia um pouco mais tarde, no primeiro andar, sozinho ou na companhia de Maria. As criadas, essas, almoçam antes, ao meio-dia, sempre na cozinha. «Nunca comemos com eles à mesa. Nem nas festas», recorda Rosália. Em casa como no País, Salazar nunca se esquecia das diferenças. «Não creio na igualdade, mas na hierarquia», dissera numa entrevista.

Se acaso andasse em viagem e tal não o obrigasse a refeições associadas a cerimónias, inaugurações e outros eventos, aos quais fugia sempre que podia, era vulgar o chefe do Governo mandar parar o carro no trajeto e, à sombra de uma árvore, desatar o farnel que Maria de Jesus preparara com esmero e mimos ao gosto do patrão, acompanhado de um copo de tinto do Dão, o seu preferido. Assim fez, antes de atravessar a fronteira, para uma cimeira com Franco.

Nas deslocações que implicavam distâncias mais longas ou que, por alguma razão, a governanta intuísse perigo para a vida do seu «mais que tudo», Salazar levava escapulários e medalhinhas protetoras que Maria lhe colocava no pescoço ou na roupa interior.

Após o almoço no palacete, o ditador gostava de passear no jardim.

Dormia a sesta e recomeçava o trabalho.

Aparte as reuniões decorrentes da função, Salazar deliciava-se com visitas fora da agenda habitual. Uma delas era Eusébio, estrela do melhor Benfica de sempre. «Ia lá algumas vezes conversar com o senhor doutor, mas era muito tímido e calado», relembra Rosália.

«A gente abria-lhe a porta e dizia: “faz favor de me seguir”. Mas ele, em vez de vir atrás de nós para a sala, ficava no corredor. A dada altura, andávamos todas à procura dele...», conta Rosália, divertida.

O ditador, que não morria de amores pelo futebol, sabia, contudo, o poderoso instrumento que o regime tinha em mãos para aliviar as tensões das massas. Eusébio era, além de tudo, um símbolo nacional.

Em 1966, convalescente de uma fratura nos ossos dos dedos do pé direito, Salazar mancava e arrastava-se pela casa, apoiando o seu peso na bengala. Contudo, não se queixara do incómodo, nem dera importância ao assunto. «Nada, nenhuma. Grave, grave, e de consequências nacionais, seria se isto tivesse acontecido ao Eusébio», comentara, com graça, a pouca distância temporal do Mundial de Inglaterra, no qual a seleção portuguesa obteria um honroso terceiro lugar, o melhor da sua história na competição.

As mais novas raparigas da casa estavam sempre de olho nas entradas e saídas de convidados, quanto mais não fosse para apreciar um rosto fino, uma beleza masculina, um exemplar do sexo oposto de porte respeitável. Algo, enfim, que abanasse a rotina cinzenta e indiferenciada feita do habitual corrúpio de governantes, muitos deles já entradotes. Uma das visitas mais apreciadas era a de Manuel Nazaré, médico analista de Salazar, negro, educadíssimo, sereno, que deixava o mulhério da casa em afogueado alvoroço. «Era muito bem afeiçoado!», reconhece Rosália. «Cheirava muito a *Tabu*, um perfume que deixava rasto. A gente comentava porque os pretos eram normalmente muito feios, muito *beijarras*, mas aquele era da gente apreciar», ri-se aquela que era, então, uma adolescente.

O ditador referira-se a este seu amigo numa entrevista ao jornal conservador de direita *L'Aurore*. Moçambicano de nascença - o jornalista cita-o erradamente como angolano - Salazar usava o seu exemplo para justificar a necessidade que os negros tinham «de ser enquadrados», pois não possuíam,

acreditava, «as mesmas aptidões dos brancos». Com «excelentes estudos» e educado na Suíça, o responsável pelas análises clínicas do chefe do Governo teria, segundo a versão de Salazar, ficado chocado quando, certa ocasião, visitando a terra natal, dera com o irmão, que também crescera na Europa, «reabsorvido pelos costumes tribais: vivia em concubinação com várias mulheres que lhe tinham dado numerosos filhos, comia com as mãos e quase tinha esquecido a civilização na qual se formara.» Concluía Salazar: «Desaparecido o quadro europeu, tanto bastou para que regressasse à vida primitiva.»

Enquanto «o senhor doutor» recebia visitas, lia ou escrevia no gabinete, a tarde era, em São Bento, de faxina para as criadas. Lavava-se a roupa nos tanques, punha-se a corar. «Se quiséssemos lavar a nossa roupa, tínhamos de pedir autorização à dona Maria.»

Três tardes por semana, passava-se a ferro na sala dos «passados», ao pé da cozinha. Se Maria decidisse que o «senhor doutor» tinha de vestir, no dia seguinte, uma certa camisa, as ordens não admitiam «ses» nem «mas»: cumpriam-se.

Era, contudo, nessas ocasiões que a boa disposição se instalava. Enquanto se definiam vincos e alisavam tecidos, as mais velhas da casa, com Júlia à cabeça, faziam palhaçadas com a roupa interior da governanta, recordando histórias antigas e episódios galhofeiros. Episódio que desencadeava risota pegada era o daquele dia em que Maria, passeando pela baixa lisboeta com a irmã Rosalina, sentira o elástico das cuecas rebentar. Impávida, mantendo a pose e sem esboçar um esforço para as apanhar, virara-se para a irmã, brusca: «Ó Rosalina, apanha!»

A relação entre ambas nunca foi edificante, evidência mantida até ao fim dos dias de Maria. Indignada, Rosalina verificou que a eterna e casta governanta, por sinal sua irmã, não lhe havia deixado um tostão na herança. «A Rosalina era a mãe da Maria Antónia, outra das protegidas do senhor doutor. No início, dava-se bem com a irmã, mas a partir de certa altura nunca mais lá foi. Quando a dona Maria faleceu, já estavam zangadas.» A família nunca morreu de amores pela governanta e ela pagava na mesma moeda.

O ano de 1967 acentuara as debilidades e fraturas do regime. Salazar está cada vez mais impaciente para os assuntos de Estado e vê o imaginário de um fim tranquilo e sereno em Santa Comba, entre livros e flores, fugir-lhe como areia entre os dedos.

No plano pessoal, atreve-se a raros passeios domingueiros com os pequenos de *Micas*. Visita amigos em Vila Franca de Xira e Torres Novas e, nas horas vagas, deixa-se absorver pelos escritos do padre jesuíta Teilhard de Chardin ou por *Negritude*, tese de licenciatura em ciências sociais de José Montenegro onde Salazar busca uma reflexão sobre a coexistência do colonialismo com as ambições dos povos africanos.

Uma e outra vez voltam os lamentos, as preocupações com o dia seguinte: «Sinto-me caminhar cada vez mais para a morte e estou fundamente preocupado com a minha sucessão», dirá.

Nesse ano, a inquietação, o mal-estar e o esgotamento atravessam as universidades e os quartéis. Dirigentes comunistas na margem sul do Tejo e em toda a zona sul do País são arrastados por uma vaga de prisões, enquanto brigadas oposicionistas assaltam bancos e se apoderam de armamento.

O final de 1967 juntará duas tragédias, uma de facto, outra política: o mau tempo e as cheias devastam a periferia de Lisboa e provocam mais de 300 mortos trazendo à tona as misérias da nação, enquanto a censura corta e rasga fotos de estudantes a resgatar as populações indefesas. Rebenta depois o escândalo *Ballet Rose*. O caso envolvia vários homens das cúpulas do regime – entre os quais um ministro – numa rede de prostituição infantil e orgias com crianças entre os 8 e os 12 anos, pondo a nu uma das facetas mais sórdidas da ditadura, que tenta abafar o caso e prende Mário Soares acusando-o de fuga de informação para os jornais estrangeiros. «Caça à lolita no jardim do ministro» foi a forma como um dos títulos da imprensa além-fronteiras se referiu ao caso.

Obviamente, estas impurezas do regime esbarravam nos muros do palacete da Calçada da Estrela. «Eu não tinha noção nenhuma do que se passava naquela altura, sabia lá eu... Nunca nos chegavam essas coisas, nem se ouvia falar.»

O regresso de Rosália a São Bento, na primeira metade do ano, coincidira com a visita do Papa Paulo VI a Portugal. Indesejada por Salazar, sobretudo pela condescendência e abertura com que o sumo pontífice via a questão indiana depois da perda da «Índia portuguesa», a deslocação acabará por realizar-se, embora com imbróglis pelo meio.

No dia 12 de maio de 1967, quase todo o governo rumara a Monte Real.

Ao jantar, o ambiente oferecera-se algo desregrado, demasiado festivo para o habitual, semelhante a um recreio escolar sem ninguém a vigiar, nota Franco Nogueira. Após o repasto, Salazar retirara-se para uma

sala interior do hotel, conversando com alguns governantes.

Ainda não digirira o facto de Paulo VI ter feito saber que só um máximo de cinco ministros poderia comungar quando o seu rosto voltava a mostrar alguma irritação: acabara de saber que o Papa solicitara a presença da «pastorinha» Lúcia no santuário, no dia seguinte.

Para o chefe do Governo, o pedido roçava o absurdo.

Considerava um ato demagógico a exibição pública da «vidente de Fátima». O seu transtorno fora tal que ameaçara regressar no dia seguinte a Lisboa, após a missa, sem se avistar com o Papa. Estava preocupado com os riscos que a freira pudesse correr, acessível à multidão que desejaria vê-la, tocá-la, quiçá... esmagá-la. «Nós não temos nada preparado para a segurança da Lúcia», desabafara. Mas logo se conformara, moderado por alguns ministros que lhe recordam a autonomia da Igreja nestas questões.

De resto, a Virgem de Fátima haveria de protegê-la, sugerira o bispo de Leiria. «Só não estou seguro de que Nossa Senhora ache bem deixarmo-Lhe a Ela o que era de nossa obrigação fazer», atalhara Salazar, mordaz.

Os polícias indicados para velar pela segurança do evento estavam também inquietos.

Dos meios diplomáticos portugueses no estrangeiro chegara o rumor de que Paulo VI poderia sofrer um atentado durante a sua curta estadia em Portugal. No fundo, não havia meios para garantir, ao mesmo tempo, a proteção do Papa, do Presidente da República Américo Tomás, do próprio Presidente do Conselho e de Lúcia. O chefe do corpo de segurança decidira, pois, concentrar esforços no Pontífice, não se responsabilizando pelo que pudesse acontecer aos restantes.

Salazar não faria caso.

Dissera que não acreditava em atentados e recolhera ao quarto, por volta da meia-noite, aborrecido com as notícias desse final de jornada.

O dia 13 de maio amanhecerá chuvoso, mas a visita decorrerá sem incidentes. De São Bento haviam partido, em automóveis, as empregadas do «senhor doutor», ansiosas pelo momento histórico e pelo privilégio da proximidade com tais ilustres figuras. «Estivemos com a Lúcia, foi um momento único», recorda Rosália. Para Salazar também, no fim de contas. Deliciara-se com o impacto da visita papal e «a fúria dos inimigos», juntando uma nota de humor ao acontecimento: «Naturalmente, tratei o sumo pontífice por Vossa Santidade. Sabem como me tratou o Santo Padre?», questionara, desafiador, junto de alguns colaboradores. «Chamou-me Vossa Eternidade.»

Por esta altura, a «pequena» Rosália estava definitivamente instalada no palacete e agora para ficar. Desta vez, e ao contrário do que era hábito, os primeiros meses de ordenado daquele ano de 1967 não aparecerão na contabilidade pessoal rabiscada por Salazar nas suas agendas.

Tal só se verificará apenas a partir de agosto e logo aí descontando os dias em que a mais jovem criada da casa se ausentara para ir à terra, assistir às festas em honra do Senhor Jesus do Outeiro, no primeiro domingo do mês.

Quando, por esses breves dias, a rapariga tornava a Favaios, deparava-se com todo o tipo de comentários sobre a ditadura, sem que os conterrâneos desconfiem para quem trabalha. «Havia um senhor que tinha um bocado a mania de dizer que era do contra», recorda. «Quando eu ia fazer recados para a minha mãe à

mercearia, ele falava contra o regime e criticava o senhor doutor Salazar.»

Numa ocasião disse-lhe: «Você qualquer dia vai pagar tudo aquilo que está a dizer!» Quando o homem descobriu quem era, afinal, o patrão de Rosália, «apanhou um cagaço tal que foi logo pedir à minha mãe para eu não contar nada ao Salazar».

O salário de Rosália em São Bento será de 300 escudos, o mais baixo da criadagem, valor devidamente anotado pelo Presidente do Conselho, pormenor que a própria criada toda a vida desconhecerá.

A responsabilidade pelo depósito e boa gestão dos vencimentos das «raparigas» cabia à governanta, que encaminhava os valores para contas da Caixa Geral de Depósitos.

Rosália continuará, pelos anos, convencida de não ter ganho mais de cem escudos por mês. «Foi o que sempre me disseram. Se o senhor doutor escrevia trezentos e a dona Maria dizia que eu ganhava cem é porque algum se deve ter perdido pelo caminho...»

Durante os anos que permaneceu em São Bento, Rosália não se recorda sequer de ter sido aumentada. «Trabalhava-se para comer, ter cama e roupa lavada. O ordenado nem vinha para a minha mão.»

Se a pequena, por acaso, se encantasse por uns sapatos, um vestido ou uma saia no regresso das idas ao mercado, Maria dava o dinheiro. Mas ela já sabia: o valor seria descontado no vencimento.

Por vezes, Rosália dirá à governanta que precisa de enviar dinheiro para os pais, «mas não podia usá-lo sem autorização dela. Era sempre ela que decidia quanto e quando mandava.»

Maria é dona e senhora do quotidiano doméstico de Salazar e manda em todos os aspetos da vida da criadagem.

650

BIBLIOTECA NACIONAL
ARQUIVO SALAZAR
* * * * *

Outubro 1967

Maria Rosa	600.
<u>Passal</u>	
4 K. Maria	400
Julia	400
4 Maria da	350
	400
Pitua	
Abelina	400
Carolina	500
Maria José	400
Maria Rita	300
	<hr/> 3.750
Pague	60
	<hr/> 3.810

Além da governanta, em outubro de 1967, há oito empregadas em São Bento. Rosália é a mais nova (16 anos) e a que recebe menos: 300\$00. Mas o valor anotado por Salazar nunca lhe chega às mãos.

Chegaram a ser nove empregadas nesse tempo, todas iniciadas na certeza de que as regras, os repentes, a

brusquidão e o feitio da governanta eram lei.

Contava-se que, em tempos, Maria chegara a roupa ao pelo a criaditas mais resposdonas, menos competentes ou indisponíveis para lhe aturar as frequentes neuras e caprichos. Impunha, por vezes, a autoridade ao estalo e à bofetada. Ministros teriam mesmo sido recebidos à porta por raparigas lavadas em lágrimas, depois de uma tarefa da governanta.

«A mim nunca me bateu», conta Rosália, «mas ela gostava de castigar».

Certa ocasião, o pequeno Antoninho brincava no jardim, enquanto cuspiam para um carrinho e voltava a meter a saliva na boca. Uma e outra vez. «O que estás a fazer? Que porcaria!», reagira Júlia, uma das mais antigas na casa, enojada com a cena e tentando que o catraio parasse. Fazendo orelhas moucas, a criança continuara na mesma cadência. Júlia decidira então untar o carrinho com piripíri. Quando Antoninho repetiu a brincadeira, desatou aos gritos, a chamar pela governanta: «Madrinha, madrinha! Pica, pica!»

Maria acudiu, sobressaltada, inteirando-se depois do que sucedera. Vingativa, esperou que Júlia regressasse do parque com umas camisas «do senhor doutor». Quando se abeirou da porta da cozinha, a empregada foi surpreendida pela governanta, que lhe esfregou a boca com piripíri, à bruta. «Gostas, gostas?!», atirou-lhe.

Nem a protegida *Micas* escapava ao trato bruto da governanta, que a obrigava a penitências várias, chegando a dormir as duas no chão. «Chocavam muito. Eu, quando me zangava com a dona Maria, nem sequer me atrevia a levantar a voz», recorda Rosália. «Mas também não fazia o que ela queria. Naquela casa, as empregadas iam e vinham, ninguém a aguentava.»

Apenas Salazar estava acima dela. Mas pouco. «A dona Maria é que mandava. Era uma mulher de armas.

Punha e dispunha. Contratava quem queria e controlava tudo na vida do senhor doutor: o que ele vestia, calçava e comia. Ele estava completamente nas mãos dela.»

Nem sempre, convenhamos.

Certa vez, Rosália aparecera com os joelhos quase esfacelados por causa de uma infeção provocada pelas duras tarefas diárias. A governanta exigia que o pelo das carpetes enormes que cobriam o chão todo, se lavasse com um pano molhado e ficasse todo de pé, num brinco. À época, não havia aspiradores no palacete e a «pequena» passava horas naquilo. Para cúmulo, Rosália rejeitara o uso de joelheiras, não se habituara a elas. «Os joelhos começaram a criar borbulhas e a ficar cheios de porcaria.»

Maria de Jesus autoriza duas idas ao hospital.

Rosália chegava, com motorista e polícia, «e as pessoas levantavam-se, pensando que eu era uma figura de Estado». Passava sempre à frente de quem já ali esperava pela vez. «Meu Deus, até parece que vai aqui uma grande personagem!», ironizava ela para os seus botões, desconfortável com o espetáculo que provocara e considerava dispensável.

Os médicos acabariam por ligar-lhe os joelhos e recomendaram que, durante algum tempo, Rosália fizesse apenas trabalhos de mãos, sentada. Além dos curativos diários, claro.

Informada das diretrizes, a governanta «não gostou, torceu logo o nariz». Considerava os cuidados exagerados, talvez mimo a mais.

Porém, uma manhã de veraneio no Forte de Santo António do Estoril, depois de descer do seu quarto, Salazar abeirou-se de Rosália. Reparando nos joelhos em mau estado da jovem, perguntou: «Então hoje não foi aos curativos?», atirou à «pequena», abstraída a pontear roupas velhas. «Não, senhor doutor»,

respondeu Rosália, «não fui porque a senhora dona Maria não me mandou».

Irritado, o chefe do Governo foi para o escritório e mandou chamar a governanta. De rosto fechado, repreendeu-a. «Menina Maria, por que razão não mandou a pequena aos curativos?». Irada, mas contida, Maria respingou. «Ai ela veio fazer-lhe queixinhas?!»

Não era o caso, mas, desde então, nunca deixou de mandar o polícia e o chofer acompanhar Rosália ao Hospital da Mundial Confiança. «Ficou como as cobras. Durante uns tempos, não me falou.»

O serviço, o aprumo, o cacarejar das raparigas e as intimidades eram sempre mantidas debaixo de olho e orelha arrebitada.

As regras eram rígidas e Maria estava ali, muito antes de algumas serviçais terem nascido, para fazer cumpri-las. A bem ou a mal.

Para os momentos de cerimónia, as criadas usam «farda preta ou de avental branco, de crista e punhos».

Botas, «logo abaixo dos joelhos».

Pernas descobertas nem pensar. «Se não quiséssemos meias, éramos obrigadas a calçá-las, mesmo rotas.»

As cartas que chegavam para as criadas eram lidas primeiro por Maria, que voltava a fechar os envelopes caso o palavreado não levantasse suspeita. Retinha a correspondência alguns dias, «apenas por maldade». Mas as empregadas, sabidas, conspiravam nas suas costas. «A gente descolava as cartas com o vapor da chaleira elétrica. Quando a água fervia, abríamos com muito jeitinho, líamos e depois tornávamos a fechá-las.»

Naqueles anos, as criadas da casa sabiam ler e escrever. Maria tinha dificuldades. «Ela mal sabia escrever e também não lia muito bem.»

A governanta embirrava especialmente com a correspondência de Rosália, talvez pelo facto de a rapariga estar na idade dos primeiros encantamentos. «Apanhava as cartas na escrivaninha do vão de escada, lia tudo e só depois é que mas dava. Fazia isso com todas, mas mais vezes comigo.»

Nos telefonemas, as criadas usavam da mesma cumplicidade para contornar a vigilância. Aproveitavam-se das ausências de Maria e ligavam para a terra. «Dantes atendiam primeiro as telefonistas, a quem pedíamos para fazer a chamada. Elas já nos conheciam. Eu ligava para a dona Adélia, padeira, a única que tinha telefone em Favaios. Depois, lá vinham a minha mãe e a minha irmã. Falávamos todas as semanas, mas sempre às escondidas da dona Maria.»

Felizmente, «o ambiente era bom entre as empregadas. Dávamo-nos bem, era o que valia», recorda Rosália.

Três ou quatro eram de Penela, a terra da governanta. «Ela é que metia quem queria, o senhor doutor só depois vinha a saber. Ele tinha de confiar, pois ela não gostava que ele andasse a meter-se nas responsabilidades dela. Por vezes, a gente enchia-se da criatura, era um regime complicado, mas pronto... Mal por mal, mais valia estar ali.»

Por vezes, viam-na contente, capaz até de uma afeição ou presente em momentos festivos. As empregadas também sabiam que Maria «virava como os sinos». Tinha alturas «em que era muito boa para mim, mas por vezes também lhe dava para ser ranhosa, não se podia aturar.»

Gestos e atitudes que marcavam o terreno. No elevador, «ele, que era tão importante, não nos obrigava a sair para entrar». Mas tratando-se da governanta, «tínhamos todas de sair para ela entrar sozinha».

A mãe de Rosália dera a Maria poder total sobre a filha.

Mas o regime de clausura não a diferenciava das outras.

A jovem é autorizada a espairecer nas tardes de domingo, cada 15 dias. Mas apenas na companhia da família. «Está aqui o irmão da menina Rosália», anunciavam os porteiros.

«Ele que entre que eu quero ver se é mesmo ele», respondia, de dentro, a governanta. «Depois, ficava à janela a ver.»

Nessas ocasiões, a rapariga ia até à feira popular, passeava pelos parques, comia gelados. Mas a trela continuava curta. Os irmãos e outros familiares eram avessos a atrevimentos.

Numa dessas tardes, um rapaz, sentado num banco de jardim, levantara-se na direção de Rosália, lançando um piropo. O irmão, que ia mais à frente com a namorada, voltou-se, furioso: «*Fachavor* de sair da beira da minha irmã!», ordenou. «Quer a sua irmã para si, é?», desafiou o rapaz que a cobiçou, armando-se logo ali zaragata, com mãos nas golas e o diabo a quatro. «Se não fossem os meus primos, tinha dado para o torto.» Mas ao crepúsculo, Rosália estava de volta. Intocável.

Nos domingos caseiros, de trancas à porta, apanhavam-se os ovos.

Depois, pela tarde, as empregadas divertiam-se a fazer a ronda pelas guaritas, a trocar olhares com os polícias. «Corríamos aquele parque todo, íamos para a varanda da Assembleia, descíamos a escadaria e ficávamos à conversa com eles. Assim passávamos os domingos.»

Os gestos inocentes não convencem a governanta.

Nessa época, raparigas da casa lá tinham desenrascado namoricos nos intervalos das faxinas.

Houve mesmo casórios. Maria, avisada, nunca baixa a guarda.

No inverno, às sete da tarde já era noite.

Maria mandara a novata ao estendal buscar uma camisa que o «senhor doutor» ia usar no dia seguinte. «De repente, ouço um barulho nos arbustos e sai de lá um homem a tentar agarrar-me.» Era um polícia, de lanterna. Rosália não ganhara para o susto e queixa-se à governanta. Maria não perdoa: no dia seguinte, o polícia é despedido.

Assim na terra, mas não no céu.

Se dúvidas houvesse, outro episódio ocorrido com Rosália dissipá-las-ia. As moças confessavam-se todos os meses, aconselhadas pela governanta, que, curiosamente, não aplicava a receita a si própria. «Nunca a vi confessar-se, se calhar não tinha pecados», comenta a padeira.

Rosália, que nunca fora de igrejas e beatices, lá ia, sem convicção, a uma igreja próxima de São Bento. «Que pecados é que eu tinha para confessar? Nenhuns. Vim de lá com quase 20 anos e nem sabia o que era namorar.»

Mas o padre, novo, engraçara com a rapariga. «A menina é bem bonita. Não quer sair comigo?», atirou-lhe, um dia, através da grelha do confessionário. «Ah, filho da puta!», reagiu ela, saindo desvairada sem sequer esperar para ver a cara do sacerdote.

Dessa vez, porém, Maria fez-se surda para os relatos sobre as fraquezas do celibato e as tentações da carne. «Eu nunca mais me confessei, mas ele lá continuou a confessar as outras. Com padres, a dona Maria não se metia.»

Na intimidade do palacete e fora dele, Salazar e Maria incensavam a virtude. A ditadura estava abençoada desde os tempos de Coimbra, quando aquele que seria o futuro cardeal Cerejeira e o amigo António, professor

de Finanças, partilhavam o quarto e as limpezas com Maria, então a doméstica devota que enfeitava aquele quadro para contemplação da divina providência.

Aos domingos, em São Bento, as raparigas eram obrigadas a comungar nas missas caseiras celebradas por Cerejeira ou outro sacerdote que ele mandasse ao palacete. «O senhor doutor ajudava, fazia de sacristão, era ele que tratava do vinho e da água, mas nunca o vi comungar. Mas gostava muito que a gente comungasse.»

À noite, rezava-se o terço na capela «num oratório grande», paredes meias com o quarto do Presidente do Conselho. Salazar apenas se juntará a governanta, à criadagem e às enfermeiras nas orações no final da vida, «quando se viu nas últimas».

O ditador mantinha uma relação íntima com a fé e as devoções, esquivando-se a espalhafatos religiosos ou exibicionismos de crente. Numa manhã de domingo, no início da década de 1960, Adriano Moreira quase o surpreendeu nessa sua intimidade com o divino.

O então ministro do Ultramar chegara ao Forte de Santo António do Estoril a pé, facto que, por si só, evitava que, de dentro, tocassem a sineta que obrigava a abrir os portões do caminho de acesso aos automóveis. Adriano Moreira subiu uma breve escada e, sem se anunciar, dirigiu-se ao pátio interior onde se encontrava a capela de portas abertas. Deparou-se então com um cenário que até ali não lhe fora dado ver: «De frente para o altar, Salazar cuidava da toalha, das flores e das velas.» Como qualquer beato.

Pensando não ter o direito de violar este momento sagrado, o ministro regressou, vagaroso, pelo mesmo caminho. Quando simulou nova entrada no forte, agora devidamente anunciado pelo tocar da sineta, encontrou o chefe do Governo já sentado na cadeira e «mergulhado nos negócios de Estado».

No forte, Salazar tinha um quarto ascético. «Muito pequeno, frio, todo em pedra», recorda Rosália. Era uma espécie de «cela conventual com as paredes caiadas e nuas», com «uma mesinha de ferro», poucas cadeiras, «um mobiliário de campista, um telefone - e é tudo», observara Ploncard d'Assac, jornalista francês que o visitara.

«Os nossos quartos eram em baixo, até ouvíamos o mar a bater no paredão. Na cozinha, as ondas batiam na janela», conta Rosália.

Pela manhã, nos meses em que o pessoal de São Bento se mudava de tralhas e bagagens para o Estoril, o «senhor doutor» mantinha-se sempre zeloso dos hábitos das empregadas, sem nunca as perder de vista. «Todas as manhãs íamos tomar banho ao mar. Descíamos as escadinhas e estávamos na praia privativa do forte. Já viu o que era entrar na água às sete da manhã, fizesse sol ou chuva?»

Salazar apreciava - e os seus desejos eram ordens - quando as moças, para lhe agradar, acediam a salpicar o corpo no oceano. Entre mergulhos e toalhas, o ditador acordava. Ao pequeno-almoço, interrogava, severo, quem se esquivara ao ritual: «Houve uma altura em que eu não tinha fato de banho nem gostava de usar. E ele quis saber por que razão *fulana* e *sicrana* não tinham ido ao mar. Contei-lhe a verdade.»

Sem se comover, Salazar repreendeu Rosália: «Não tinha fato de banho? Fosse de bata!», reagira, desconfiado de que lhe mascaravam desculpas.

Jantava-se cedo, por volta da sete da tarde.

Em São Bento, via-se televisão, mas nunca durante muito tempo.

Mesmo quando tinha trabalho até tarde, Salazar gostava de passar pela saleta, observar o ambiente e

espreitar pelo canto do olho para ver que programa interessava tanto as raparigas. «Vá, já são horas de ir dormir», dizia, após um pedaço de convívio televisivo.

A regra só se quebrava pelas festas de Santo António, nas touradas, no Carnaval – altura em que as moças se fantasiavam «com uns farrapos» e iam para o escritório fazê-lo rir «com as fantochadas» – e quando havia convites para a ópera, teatro ou cinema. «Chegavam bilhetes todos os dias, mas o senhor doutor e a dona Maria raramente saíam de casa.»

As raparigas aproveitavam.

«Levem a melhor roupinha que tiverem», aconselhava Salazar. Não queria ditos nem vergonhas.

Elas lá iam. Enfileiravam-se nos lugares reservados dos camarotes das grandes salas de espetáculos de Lisboa, sempre com um polícia à paisana por perto.

Na ópera do São Carlos, passavam o tempo, divertidas, a tentar perceber o que se passava em palco, como no *Barbeiro de Sevilha*. Mas o que apreciavam mesmo era o ambiente fino. Comentavam «o aspeto das senhorecas e os trajes que elas usavam».

Do cinema, trouxeram boas memórias de *E Tudo o Vento Levou* ou *Música no Coração*. De regresso ao palacete, nessa noite ou no dia seguinte, já sabiam o que as esperava. «O senhor doutor gostava de saber as peripécias todas: quem estava, de que tratava a ópera, de que falava o filme, etc.». Eram obrigadas a contar-lhe tudo.

Daí que, por vezes, para entreter conversa com amigos, ministros ou outras figuras que o visitavam, Salazar falasse de peças de teatro ou filmes ao pormenor, mas que alguém tinha visto por ele.

Salazar não metia medo, «punha-nos à vontade».

Maria, na verdade, também não. «A gente ria-se dela.»

Mas era implacável.

Quando estava de castigo, Rosália ia tirar os grelos das batatas. Nessas ocasiões, acabava horas vergada na horta, «mas o senhor doutor, que gostava de andar na garrafeira, aparecia de surpresa, por detrás, e vinha apertar-me os botões da bata.»

As cenas geravam ciúme, admite Rosália.

Ele, «talvez infeliz nos amores», nem por isso cedera à dedicação e mesuras da governanta. Ela, «uma mulher mal-amada, coitada», considerava Salazar propriedade privada, mas apenas desfrutado numa adoração platónica, imaculada.

Ao anedotário nacional não escapava aquela vivência misteriosa entre o ditador e a sua governanta. Num desses episódios que circulavam de boca em boca, contava-se que Salazar surpreendia Maria, escondido num cortinado. «Ai, meu Deus!», assusta-se ela, que se julgava sozinha, a limpar o pó. «Quando estamos a sós podes tratar-me simplesmente por “senhor doutor”», respondia, divertido, o ditador.

Na verdade, dormiam frente a frente, separados por um corredor.

Por tradição, as empregadas abriam as camas de ambos, estendendo o pijama dele e a camisa de noite dela, como a qualquer casal.

Antes de subirem para as camaratas, as moças iam ao quarto despedir-se dele com um beijinho. Continuarão a fazê-lo sempre, mesmo quando Salazar, adoentado, já mal conseguirá levantar-se.

Longínquos iam já os tempos em que se dedicava à leitura de jornais estrangeiros ou livros recentes antes de adormecer no seu «sono medíocre».

Maria também não se deita sem dar as boas-noites, mas por vezes ficavam os dois no quarto, a conversar.

Ele desfiando leves desabafos sobre as agruras da governação, ela numa cadeira, a ouvi-lo, insistindo que não fizesse caso nem se consumisse. «A dona Maria amava-o, mas Salazar nunca lhe perdeu o respeito. A ela, às vezes, vontade não lhe faltava...»

IV

Senhoras, cartas e o António delas

A lenda de um Salazar castrado nos afetos, entregue apenas a amores contemplativos, mumificado de sentimentos e emoções eróticas, deve pouco ou nada à realidade. Para demonstrá-lo, nem sequer seria preciso recuar às fagulhas da mocidade. Bastaria uma frase dele: «Há certamente santos entre os homens, mas os homens não são santos.»

Castro e Silva, em tempos comandante da escolta pessoal do Presidente do Conselho, confessara certo dia ao secretário-geral da Assembleia Nacional, Costa Brochado, que nada preocupava mais a polícia do que «defender Salazar das mulheres e das suas fugas secretas».

Contavam-se até historietas sobre as saídas noturnas do ditador, após o jantar e «sem dar cavaco a ninguém», lançando o pânico nos serviços de segurança durante horas e sem que alguém soubesse onde ele tinha ido...

Mas isso era no tempo em que o vigor físico do «patrão» ainda permitia aventuras de tal calibre.

Provocadora, a francesa Garnier ouvira dizer que não suportava as mulheres e lançou-lhe a dúvida. «Serão talvez as mulheres que me recusei a receber que me arranjam essa reputação», dirá ele, rindo.

Desde o Seminário de Viseu que Salazar sentira as pulsões românticas, à época direcionadas para Felismina, uma professora primária com que manterá «intimidade secreta» ao longo de anos, sempre com «mil precauções», às ocultas, por vezes de noite.

Ela, mesmo arriscando muito a moldura recatada que ambos exibiam, irá visitá-lo com frequência no seminário e, já na velhice de ambos, o chefe do Governo corresponderá com visitas regulares ao primeiro amor, então já viúva e com um filho. Não o fará apenas por razões sentimentais: Felismina fora, além de tudo, uma das suas principais informadoras no distrito de Viseu. Dela são também alguns dos poemas que o ditador mandara imprimir no livro da 3.ª classe.

Por conta dos caprichos de outros tempos com Salazar, ela assume ânsias de zeladora da purificação do regime, alimentadas por ele, e denuncia, numa vertigem de patológica bufaria, polícias, adversários políticos, professores.

Viria depois Júlia Perestrelo, coisa séria, com quem terá pensado casar. Ele já professor em Coimbra e doutor em Direito, ela filha prendada, de aristocrata família rural. Filha de Maria Perestrelo, a madrinha de Salazar que, por acaso, até faltara ao batismo do afilhado, tendo na altura passado procuração.

O jovem António dará explicações à rapariga e desafiara-a até a escrever uma composição subordinada ao tema: «O que pensa do amor?» A madrinha não gosta, considera o exercício escabroso e impertinente, e, na primeira oportunidade, fará sentir a Salazar o peso da plebe nas suas origens, ele que era filho do *Ti António*, modesto feitor da casa dos Perestrelas.

Para bom entendedor, meia palavra basta: Júlia é de outra condição, inalcançável para ele. «Parece que a pretensão foi tomada por impertinente ousadia e o orgulho do jovem bacharel pobre ressentiu-se da

recusa, como era natural», recordará mais tarde, no exílio, Marcello Caetano. O amigo e confidente Cerejeira notara a impossibilidade deste amor com Júlia, além da incompatibilidade de «feitos, gostos e temperamentos» e dará a sua bênção ao desenlace.

Salazar, magoado, promete e cumpre: corta todos os laços com a madrinha. Anos mais tarde, ante a reaproximação de Júlia, manter-se-á gélido, distante, impenetrável.

A caminho dos 30 anos, mesmo enfrentando crises sentimentais, o mestre de Direito reunira já um lote considerável de admiradoras, sendo frequentemente mimado e conquistado pelas artes da sedução feminina. Pianista amadora, mas de mérito sobredimensionado entre os fiéis, Glória Castanheira vai aproximar-se de Salazar à boleia das afinidades musicais. A rapariga ajudá-lo-á dando concertos em festas de caridade que ele ajuda a promover, ao mesmo tempo que prepara doces para o apaixonado enviar às irmãs.

Dura pouco o devaneio. Ou derriço, palavra preferida do biógrafo Franco Nogueira para ilustrar as quedas amorosas do ditador. Ainda assim, esse é um momento único para descobrir em Salazar o divertimento e a lisonja que lhe trazem os rumores sobre os seus alegados romances e casórios. «Sabe V. Ex.^a que, de vez em quando, quando menos conto com isso, eu estou para casar, ou melhor, anunciam-me que estou para casar», escreverá ele a Glória Castanheira, ensimesmada e ciumenta. «Não me leve a mal que algum dia me encontre casado. Posso jurar-lhe que foi sem querer e sem saber», diz-lhe, esgrimindo o humor com deleite. Na mesma senda, Salazar admitira que até já pensara responder aos boatos com a publicação de um anúncio nos jornais, neste tom: «Fulano de tal participa ao público em geral e às pessoas das suas relações que se encontra inteiramente livre, sem noiva,

sem namorada, sem *flirt* ou qualquer entendimento, e que para a todos poupar os seus cuidados que tanto o penhoram, fará participação em sentido contrário quando esta situação se encontre por qualquer motivo alterada.»

Quando Glória Castanheira insiste na mortificação do ciúme e do despeito, referindo-se a uma jovem por quem o professor andaria de beijo caído, Salazar concede-se outros atrevimentos: «É uma menina muito nova a avaliar pela altura das saias (quero dizer, agora pela altura das saias também não se pode já avaliar coisa nenhuma). Mas, enfim, deve ter 15 anos, acho que educada sem Deus nem religião.»

Por fim, mais sério, reconhecerá que precisava casar-se, sim, mas «não tenho noiva nem dinheiro, duas coisas a meu ver indispensáveis». Quanto aos enredos tecidos a pretexto das suas aventuras, lamenta, irónico, não poder dar informações seguras, pois «com o muito que tenho de fazer, não me é possível seguir as variações da opinião pública a respeito do meu casamento.»

Salazar gere com mestria, delicadeza e sarcasmo, as afinidades e exaltações do coração na zona geográfica em que se movimenta, de Coimbra a Santa Comba, passando pela Figueira da Foz. Os nomes sucedem-se: Alda, Palmira, Alice, Ernestina, Conceição, Maria Helena, Maria Laura, raparigas de famílias tradicionais da região, de quem se torna confidente, conselheiro e amigo colorido.

Com elas troca correspondência, permitindo-se abordar os seus problemas e segredos mais privados. Em público, não se coíbe de acompanhá-las a festas, saraus e concertos, obviamente dentro de um quadro de candura e placidez.

Elas adoravam-no.

Salazar era, nos anos 1920, uma figura já falada no País, exercendo fascínios vários no imaginário feminino.

Conquistara uma aura de rebeldia e galhardia de cunho católico conservador pelos discursos pronunciados em conferências e posições assumidas nos artigos do jornal *O Imparcial*. Mas era ao mesmo tempo de uma sensibilidade muito delicada, por vezes melosa, que derretia as jovens que dele se aproximavam.

A fama e prestígio intelectual davam o estatuto que compunha o perfil bem-apegoado, meticuloso e cuidado, onde cabiam todas as contradições da condição humana. «Irradiava personalidade e podia ser tão distinto e gelado quanto caloroso e doce», dirá Franco Nogueira. Importante, sobretudo, é que, na época, Salazar continuava solteiro e assim pretenderá manter-se.

Insinua disponibilidade para aventuras e fantasias, mas sem, contudo, perder a noção da prudência e dos limites que o protegiam de compromissos sentimentais. A preservação da imagem, que tanto o preocupará e desgastará ao longo da vida, será uma obsessão que o fará ser refratário a qualquer entrega do coração.

Nestas circunstâncias, foi natural que, na manhã de 5 de setembro de 1928, o País acordasse, atónito, com a notícia do casamento de Salazar. «O Sr. ministro das Finanças casou-se hoje em Santa Comba Dão onde chegou ontem no *sud*. A noiva do Sr. Dr. Oliveira Salazar é irmã do Sr. Dr. Guilherme Moreira, ilustre subsecretário das Finanças», escreveu o *Jornal de Notícias*, em texto do correspondente local.

A nota, ainda que breve, seria surpreendente, não se desse o caso da celebração do matrimónio nunca ter acontecido. Ao longo dos anos irão suceder-se explicações para o sucedido: boato; casamento secreto e, por isso, não registado; má interpretação das

palavras do correspondente do matutino portuense, talvez mal servido pelas telecomunicações da época; enfim, o rol é vasto. A notícia não se confirmou, isso, sim, é certo.

Salazar seguiu a sua vida.

No palacete acolherá *Micas* e Maria Antónia, suas protegidas.

Sobre a relação com Maria Antónia vão tecer-se algumas intrigas pelos anos, pois correria que a pequena seria filha dele, fruto de um momento de devaneio com a governanta.

Outras pequenas que também por lá andam em tarefas domésticas dão origem a falatório, mas apenas na penumbra das inconfidências dos mais próximos. Uma delas ter-se-á apaixonado de forma tal que houve necessidade de mandá-la para o Brasil, com a colaboração da embaixada. Outra, segundo Costa Brochado, terá desenrascado forma de se hospedar nas redondezas por forma a observá-lo durante os passeios no jardim.

«Procurava manter uma vida de família, chamando para casa alguma criança para educar - e havia sempre lá uma menina pequena por ele abrigada e sustentada e que tratava com carinhos de pai», recordou, em tempos, Marcello Caetano, notando, porém, que o chefe do Governo «nem sempre foi bem-sucedido com essas pupilas».



Salazar adorava o convívio das raparigas que faziam o serviço doméstico em São Bento. Algumas até arranjam namoro na residência e aí casam, apadrinhadas pelo ditador. Aqui, Rosália (última do lado direito), aparece numa dessas cerimónias nos jardins do palacete.

Outras mulheres se seguirão, entre o pecaminoso e o fatal, até com consulta de astros à mistura. No firmamento, porém, só duas tiveram especial significado: Carolina Correia de Sá, filha do visconde de Asseca, e Christine Garnier.

A primeira, sobrinha da condessa de Sabugosa, nascera fidalga e culta.

É uma precoce viúva e mãe de dois filhos quando conhece Salazar nos anos 1930. Tal como o ditador é avessa a compromissos. Mas tornam-se cada vez mais próximos, ao ponto de Salazar, contrariando os seus próprios escrúpulos, a exhibir em cerimónias públicas, dando-lhe a importância de quem faz também as honras do Estado.

Carolina seria bastante referida num artigo da *Time*, em 1946, o que levaria à proibição da venda da revista em Portugal.

Salazar, que nunca tivera especial cuidado com a correspondência mais íntima, exagera na displicência, deixando as cartas dela expostas pela casa aos olhares mais curiosos e indiscretos.

De novo, mas com maior intensidade, dado o papel que Salazar assumira na condução dos destinos da nação, voltam os boatos de enlace no altar para breve. «Todo o País vivia, em certo momento, à espera desse casamento», com aquela dama bela, elegante e de pergaminhos.

«Salazar vai-se embora!», ouvira o então ministro Marcello Caetano.

Em Luanda, um jornal da tarde dera a cerimónia privada por consumada, mas, apesar do «sobressalto dos amigos, o entusiasmo dos adversários, a hesitação dos tíbios», mais uma vez não era verdade.

O romance, apesar dos duradouros arrebatamentos epistolares e telefónicos, terminaria em poucos anos. «Creio que houve entre eles verdadeiro amor», reconhecerá Marcello Caetano.

Seria, pois, a escritora francesa agitada, urbana e febril, a última esperança de resgatar Salazar rural da concha protetora dos que se consideram predestinados para tarefas maiores do que cuidar de si próprios. Poderia o chefe do Governo esboçar o seu final feliz, harmonioso, em família, dentro dos cânones do regime?

Quando conhece Garnier, o Presidente do Conselho ainda tem idade para disfarçar a fadiga, a falta de viço, de ânimo, mas a sua existência entrou já na fase crepuscular.

O longo convívio com a francesa, entre Lisboa e o Vimieiro, não irá alterar a ideia que Salazar tem da felicidade: segundo ele, atingia-se mais depressa pela renúncia do que pela posse.

Um pormenor: várias das mulheres que conviveram com Salazar de forma mais íntima estiveram sempre

disponíveis para outro tipo de préstimos.

Além da destemida Felismina, que a dada altura pede ao ditador que a deixe «ser perigosíssima» na perseguição e denúncia dos adversários, também Maria Emília Vieira, astróloga e bailarina, lhe fornece informações preciosas.

Carolina, enfarinhada nas nobrezas e diplomacias, contribuiu para abrir canais de comunicação entre Lisboa e Londres em plena Segunda Guerra Mundial.

Garnier mostra, no seu livro, um Salazar simpático ao mundo, mais dócil e menos sombrio. Prostituiu-se, insinuará então Henrique Galvão, capitão que passara de ferrenho salazarista à prisão, por conspirar contra a ditadura.

Numa carta aberta escrita na cadeia - ironicamente intitulada *Férias... sem Salazar* - Galvão acusara a romancista francesa de se ter tornado, sem escrúpulos, «mera agente de publicidade de um homem e de um regime totalitário». Na análise mordaz do militar, Garnier deixara-se seduzir pelo *Grande Hotel de Salazar*, destinado a «hospedar» e aliciar estrangeiros que pagassem as suas estadias em Portugal com prosas panegíricas.

Na verdade, a escritora trouxera credenciais que o regime, além de tudo, apreciava: Garnier pertencia à sinistra União dos Intelectuais Independentes, uma organização com forte pendor extremista de direita, defensora da amnistia dos colaboracionistas franceses com o regime pró-nazista de Vichy.

Outras mulheres da intimidade de Salazar tinham um currículo mais corriqueiro.

Mercedes Feijó, nascida na Suécia e refugiada em Portugal, proporciona-lhe uma visão do mundo retirada das suas inúmeras viagens, que o ditador agradece «do coração».

Ao rol de diligentes servidoras, juntava-se a própria governanta que lhe gere a casa, fazendo chegar ao seu ouvido todas as inconveniências e inconfidências que ajudassem o seu amo a precaver-se de perigos, amizades traiçoeiras e ambições desmedidas.

No início de 1968, contudo, sobram dos romances e galanteios pequenas memórias, escombros emocionais... e algumas cartas.

Salazar aproxima-se a passos largos dos 80 anos, mas a São Bento ainda chega correspondência íntima, dedicatórias amorosas e suspiros em letra redonda, saudosos do que podia ter sido e não foi.

Nem por isso o ditador se deixa enredar em secretismos. Por delicadeza, os secretários dos últimos anos de vida do Presidente do Conselho abriam na presença dele «e entregavam-lhe, diretamente, sem as ler, algumas cartas de personalidades que lhe eram mais caras. Mas nunca o Dr. Salazar deu instruções para que certa correspondência não fosse aberta», assegurará Silva Teles, um desses colaboradores.

O ditador vive ainda rodeado de admiradoras, que o visitam.

Mantinha esse prazer na convivência feminina, mimando as amizades com pequenas atenções, bombons e flores, «sempre com requintes de sensibilidade», no dizer de Marcello Caetano.

Maria suportava em silêncio estas adorações, digerindo décadas de ciúmes, invejas e tristezas. Mas mantinha perto dela, sem azedume, madames que também lhe interessavam para gerir favores e influências. Por vezes, organizava os tais chás para senhoras da alta sociedade lisboeta no palacete, sem que o chefe do Governo estivesse presente, ainda que

andasse por perto, a rondar, à cata de uma ou outra coscuvilhice, de que também gostava.

Mas quem, no seu perfeito juízo, poderia dizer que a governanta não era obrigada a restringir-se ao lugar que ocupava na vida do ditador?

Tal não a impedia, porém, de tentar fazer das suas.

Quando Salazar recebia senhoras novas e mulheres vistosas se fechavam com ele no escritório ou nos salões, a governanta «zangava-se, estava sempre com sete olhos em cima delas».

Eram horas de repelões, amuos e fúrias que descarregava nas criadas, cujos motivos elas topavam à légua. «Ouvia-a dizer a outras empregadas para escutarem as conversas quando fossem servir qualquer coisa», recorda Rosália.

Ainda com saúde, Salazar gostava de passear pelos jardins do palacete «com as senhoras. Houve até uma condessa, que por lá parava muito, com quem ele andava sempre de mão dada.»

Quando apreciava uma companhia, o ditador refugiava-se entre árvores e flores, em caminhadas lentas e conversadoras, deixando por momentos as formalidades e o rosto fechado. «No final, gostava de acompanhar as pessoas à porta.»

Nem sempre. Contava-se que quando Salazar se despedia dos convidados a meio do corredor, sobretudo se fossem ministros, era sinal de que as boas graças junto do ditador estavam por um fio.

Caso o chefe do Governo se despedisse ainda no gabinete, a personagem era dada como politicamente morta.

Alguns pedidos de visita, sobretudo femininos, eram cancelados pela governanta sem que Salazar soubesse. Inventava afazeres, reuniões, descansos, para evitar que a casa fosse invadida pelas senhorecas que lhe deixavam os nervos em franja.

Mas se Maria nem sempre conseguia evitar que «o senhor doutor» abrisse as portas da sua intimidade às visitas mais indesejáveis, o mesmo não se passava com a correspondência recebida em São Bento, dirigida a Salazar. «Ele recebia muitas cartas de amigas. Uma escrevia-lhe todos os dias. A dona Maria, quando via essas cartas, com muitos coraçõezinhos por fora, mandava-as logo para o caixote do lixo. Ele se calhar nem imaginava as paixões que tinham por ele.»

Quando as empregadas iam despejar a papelada à casa da caldeira, «apareciam cartas e cartas por abrir. De mulheres, muitas, mas de outras pessoas também. O senhor doutor nem as via, ela é que decidia.»

Se descontarmos a correspondência perfumada, o filtro da governanta deixava passar todas as miudezas, misturadas com os assuntos de Estado.

Na verdade, Salazar e Maria eram, desde tempos idos, o depósito dos lamentos, alegrias e devoções da nação, a caixa postal da lamúria, da cunha e do elogio fácil. Os subscritos eram depositados em São Bento, às centenas.

Salazar poderia, por exemplo, receber cartas de Marques Gastão, jornalista do *Diário da Manhã*, a queixar-se de que o jornal apenas publicara oito reportagens de uma série de 23 por si efetuadas nos Estados Unidos e no Canadá, caso para o qual pedia a interferência do ditador. A situação nem sequer era um problema de censura, parecia mesmo má vontade, pois o autor esclarecera que dera o seu melhor para engrandecer a pátria e o excelentíssimo Presidente do Conselho durante as suas viagens ao exterior. Era, de resto, uma postura servil que Salazar apreciava desde longa data: «Eu não temo o grande jornalista desde que seja português e o demonstre. O que temo são os

pequenos jornalistas que se desnacionalizam sem darem por isso, talvez por não estarem suficientemente armados para se defenderem de sedutoras e fáceis teorias», dissera uma vez, para justificar a censura.

Chegava também correspondência do seu médico pessoal com pedidos sem falsas modéstias: «Tenho a honra de solicitar ao Governo que me mantenha na direção do serviço de cardiologia durante cinco anos, a partir do próximo dia 7 (...)», escrevera, a dada altura, Eduardo Coelho.

As cartas sobre as negociações do financiamento de um consórcio norte-americano à segunda fase da construção da Ponte Salazar - 500 milhões de dólares a 5,5% de juros durante 30 anos - misturavam-se, por exemplo, com missivas de uma tal senhora Constança, que ouvira vozes quando estava em oração. «Sou Jesus, o Salvador do Mundo», escutara a velhota, apressando-se a transmitir por escrito a Salazar a mensagem recebida: «Tem de ir comunicar ao Presidente do *Concelho* que eu venho pedir que faça a consagração ao Coração de Maria. Se não ouvirem o meu aviso de misericórdia, a Rússia em breve virá tomar Portugal e serão *caimados* vivos e Portugal *ficará* em cinzas.»

Quem não tinha coragem de escrever a Salazar, mandava cartas a Maria, esperando que a governanta usasse a sua proximidade para resolver problemas. Durante décadas, ela tornara-se, de facto, a fiel depositária de mensagens que eram, por si só, o retrato da nação e do regime.

Entre a sua correspondência, podem ler-se histórias de miséria relatadas desde o Portugal profundo, onde a falta de trabalho e a pobreza arrastavam famílias inteiras para o desespero.

Havia também pedidos de mulheres «confiando na sua valiosa proteção» e de homens desejando ser

colocados num lugar «a que V. Ex.^a tenha mais facilidade» de aceder.

Escrevem-lhe viúvas sem sustento, e com filhos a cargo, que vivem em caves dos bairros municipais e até um desempregado de Santa Comba, com mulher natural do Vimieiro, que pede desesperadamente emprego, sem deixar de felicitar Salazar «pela tão digna obra de engrandecimento nacional».

O rol de solicitações é extenso: recebe pedidos para arranjar lugares no mercado a dois vendedores e vagas para marinheiros.

Deputados da Assembleia Nacional usam-na para interceder junto de Salazar no sentido de serem recebidas determinadas pessoas.

É também confrontada com pedidos de dinheiro e súplicas de mulheres que pedem «liberdade condicional» para os maridos presos. «Nem roupa para a cama tenho, nem para vestir as minhas filhas», anota uma.

Chegam-lhe casos de separações, relatos lancinantes de esposas abandonadas, com filhos a cargo. «A dona Maria tem tão bom coração para os pobres», comenta-se, para justificar o recurso aos seus bons ofícios. «Se não fosse V. Ex.^a já tinha morrido à fome», escrevem.

Com frequência, a governanta é convidada para casamentos de amigos, conhecidos e até de desconhecidos. Nem mesmo um conterrâneo de Salazar, jardineiro do Forte de Santo António do Estoril, se coíbe de recorrer a ela para que atalhe caminhos a bem da segurança de um futuro matrimónio: o homem, que ficara noivo de uma pequena de Santa Comba, «neta do senhor António Pássaro e afilhada de D. Marta, irmã de Salazar», pede um emprego na petrolífera SACOR. Bate à porta certa: a governanta tem ações da empresa, oferecidas pelo banqueiro Ricardo Espírito Santo.

De Díli, em Timor, um médico veterinário pede também um retrato de Salazar para o gabinete de trabalho.

Outras cartas besuntam-na de encómios. «O seu silêncio é bem significativo e mostra que segue à risca as pisadas do seu Senhor», redige um padre.

Uma tal de Aurora, aflita, pede para ser recebida com urgência «em virtude de revelar um segredo» que conserva no peito.

E da Granja Avícola Portuguesa seguem, por carta, «instruções sobre a vacinação dos pintos e a mudança de rações» para aplicar nas capoeiras das traseiras do palacete.

Se alguma correspondência fica sem resposta, outra não cai em saco roto. Foi, em dado momento, o caso de uma família que, tendo solicitado que um soldado português em Moçambique trocasse o mato pelo escritório por causa de doença na coluna, escreveu nova carta a agradecer a transferência do rapaz.

A mitologia sobre a influência de Maria junto de Salazar não colhe, porém, unanimidades.

Costa Brochado, fiel secretário da Assembleia Nacional, dirá nas suas memórias que a governanta era indispensável, influente e implacável. «Ofendê-la a ela, era ofendê-lo a ele.».

No fundo, Maria velava pelo ditador «como uma esposa exemplar», tendo até aprendido a fazer-lhe a barba.

Em defesa o chefe do Governo transformava-se «numa fera! Era agressiva e provocadora». Salazar reconheceu a sua importância junto dos contínuos e dos amigos, entre os quais era conhecido o seu «feitio autoritário» e a incapacidade para suportar muitas presenças. «Com a Maria de guarda, não se aproxima

quem quer. Protege-me melhor do que a polícia», dissera certa vez o ditador, elogiando a intuição dela para pressentir os perigos «ainda antes de eu ser prevenido deles».

As ciúmeiras da governanta davam-lhe para zurzir nas mulheres da limpeza ou até mesmo nas telefonistas da secretaria-geral do parlamento, uma das quais, Donzelina, «bela, elegante e distinta», cedo se tornou um alvo a abater.

Paulo Rodrigues, antigo secretário do Presidente do Conselho, não lhe dava, porém, excessiva importância, reduzindo-a a funções relativas ao governo doméstico. «Nesse tinha grande autoridade, mas não interferia em nenhum outro», garantira.

No fundo, dirá, «Salazar carecia de ter assegurada a vida de sua casa, em tranquilidade e eficiência.» Respeitava, escrupuloso, a competência e capacidades daqueles com quem trabalhava, mas não permitia que alguém exorbitasse as suas funções. Muito menos que Maria usasse os agentes da PIDE para alguns fretes das rotinas domésticas ou transportasse a lenha para consumo caseiro no porta-bagagem dos carros do Estado, como observara, colérico, certa vez, no Estoril. Daí que, por essas e por outras, Maria tivesse «clara noção» dos seus deveres e «dos limites da sua esfera de ação».

A correspondência que recebia vinha, como já se viu, recheada de pedidos de emprego, favores, dinheiro e até de clemências.

Era sabido que «muitas pessoas» procuravam confiar à governanta «as suas pretensões», contar-lhe os problemas, narrar «pequenas coisas que tinham por necessárias ou atitudes que se lhes afiguravam injustas». Ela respondia e influenciava junto de Salazar no que podia, se fosse o caso. Por via dela, o ditador era ainda informado de boatos, dos «rumores mais

secretos» e até de «certas críticas». Põe-no ao corrente da vida real e até de certas notícias que os secretários lhe escondem, como perceberá o cardiologista Eduardo Coelho.

Marta, irmã de Salazar, não morre de amores por Maria, mas disfarça.

As irmãs usam de uma diplomacia cínica, o que nem assim impede discussões sobre os caixotes do lixo e outras miudezas nas idas a Santa Comba. A francesa Garnier notará o azedume quando por lá passar e Salazar confessará à escritora que Maria o trata melhor do que a família, desabafo convenientemente retirado da edição portuguesa de *Férias com Salazar*. «Conheci a Leopoldina, a Marta e a dona Marquinhas. A Marta ia ao palacete com frequência e ficava por vezes oito dias. Mas elas não gostavam de dar trabalho», explica Rosália.

Quando precisa de algo, Marta escreve diretamente ao irmão.

Por vezes, solicitando que atendesse a situações miseráveis vividas no Vimieiro. Foi o caso de uma prima em terceiro grau que Salazar acolheu ainda criança no palacete. Ali esteve dos 4 aos 8 anos, mas aquilo que se assemelhara a uma redenção familiar, tornara-se um pequeno inferno. O serviço era duro, Maria dava-lhe frequentes tarefas, as brincadeiras eram vigiadas, a relação com Salazar quase nula, as proibições – incluindo a de se sentar à mesa do seu protetor – imensas, e até as idas à missa obrigavam a acompanhamento policial.

A rapariga acabou recambiada para a terra, onde o pai, entretanto, até cortara relações com os amigos por causa de ditos e reditos: zangara-se com as insinuações de que Salazar seria, afinal, o pai da criança.

Para assuntos de outra dimensão, Marta preferia incomodar os membros do Governo, aos quais recorreu várias vezes, ao invés de se insinuar junto do irmão, avesso a constantes interferências familiares.

Nos gabinetes ministeriais eram conhecidos os pedidos de Marta, muitas vezes por escrito, e reza a história que nem sequer se detinha diante de patentes.

No auge da Guerra Colonial, o capitão Vargas Cardoso, do Regimento de Infantaria N.º 1, foi alertado para o facto de se encontrarem no portão do quartel, em Queluz, os pais de um soldado, acompanhados pelo presidente da junta de freguesia de Santa Comba Dão.

O nome da terra, por si só, já merecia uma atenção especial.

Os «peregrinos» iam carregados de garrações e sacos de iguarias. Desejavam, disseram, «dar uma palavrinha ao capitão».

Este lá apareceu, estranhando, mas logo avisando que não queria nada do que carregavam. Dissessem ao que vinham, desafiou. «Isto é um cartão da irmã do senhor Presidente do Conselho que pede para o senhor ter em linha de conta que fulano de tal não seja incorporado.»

O rapaz em causa estava destacado para a Guiné, mas o capitão recusou a proposta. Contudo, aconselhou, poderia efetuar-se uma troca entre soldados, se ambos assim o desejassem. Ele conhecia um que queria ir para a guerra e não podia. Se acaso se entendessem os dois, o outro poderia escapar. A troca lá se efetuou, mas pela módica quantia de 50 contos pagos pelos pais do rapaz, amigos da irmã de Salazar.

A cena ocorrera no tempo em que o chefe do Governo não transigia com a Guerra do Ultramar. «Só temos de chorar os mortos se os vivos não o merecerem», proclamara. As suas palavras não permitiam exceções. Anos antes, aquando da queda da «Índia portuguesa» e do conflito com a União Indiana, impedira Narana

Coissoró – que viria a ser, em democracia, deputado do CDS – de viajar para Goa para ver o pai.

O ministro Correia de Oliveira, junto de quem Narana indagara sobre a possibilidade da viagem numa altura em que nenhum português estava autorizado a fazê-la, trouxera o recado de Salazar: «Mandara dizer que as razões de Estado valem mais que as razões emocionais e afetivas.»

A sobrinha da governanta, Maria Antónia, também tentou recorrer aos seus bons ofícios, em desespero, na Guerra Colonial.

Dava-se o caso do irmão, piloto da força aérea, ter sido destacado para a guerra nas colónias, onde acabaria por morrer. «A dona Maria ainda chegou a pedir para ele não ir, mas o senhor doutor disse-lhe que não podia ser», recorda Rosália. «Quando se lembrava, ela chorava muito por causa disso.» Nessas ocasiões, Salazar, impávido, cortante, dizia-lhe: «Não quero cá choros. Ele não é mais do que os outros.»

Maria tinha rédea solta, é verdade, mas apenas era decisiva na gestão do ministério dos assuntos caseiros de São Bento. Salazar não escolhe a roupa que veste, não decide o que come e só controla as despesas do palacete quando a governanta reúne com ele para os acertos. Desde a chegada de Salazar a Lisboa para governar o País, Maria encarregara-se de tudo e libertara-o «de todas as preocupações materiais», reconheceu ele. «Sou um prisioneiro. Sim, um prisioneiro», explicara ele à francesa Garnier. Para que pudesse governar o País, «foi preciso que alguém me governasse».

Tudo começara em meados dos anos 1920.

Por entre esfregões, tachos e panelas...

V

À mesa em São Bento

No outono de 1925, Salazar e Gonçalves Cerejeira habitavam, em Coimbra, uma das casas académicas da cidade, residência por exagero chamada «Palácio dos Grilos».

Na verdade, era um antigo convento, situado na Rua dos Grilos, e nele se haviam juntado os dois velhos amigos, professores catedráticos e membros do Centro Católico. Vivia-se uma época de grandes conflitos entre o poder republicano e a Igreja que, por vezes, originava que ambos fossem à missa «de moca sob a capa e o mais que se não via», revelara Cerejeira, nas suas memórias.

Salazar coordenava ao minuto o seu dia, Cerejeira nem por sombras.

Salazar não mexia um móvel do lugar, Cerejeira era o contrário.

«Todo fantasia», dirá o amigo. «Aproveitava a minha ausência para empurrar a mesa e as cadeiras, deslocar os quadros», e parecia-lhe assim que morava noutra casa, queixava-se Salazar.

«És um animal de hábitos!», rezingava o futuro cardeal, irritado com o carácter metódico do companheiro de residência. Cerejeira sempre lhe censurou a pontualidade e o espírito de disciplina

«excessivos», recusando ser domesticado por ele no caráter e nos escritos. Aborrecia-se por ver o armário de Salazar «mais bem arrumado do que o de uma rapariga» e quando via o amigo sair, a horas certas, para o passeio diário.

Não obstante as aparências, nem um nem outro estavam, nessa época, vocacionados para os afazeres domésticos. Pagavam esses serviços a criadas que entravam e saíam ao ritmo das insatisfações de ambos.

A limpeza e o asseio resultavam sofríveis, mas pior eram mesmo os cozinhados, onde faltavam cuidados e saberes, à mistura com o cheiro a petróleo do fogareiro.

O problema carecia de solução feminina com outro aprumo nas tarefas e outra mão para satisfazer os apetites de Salazar e de Cerejeira.

Será então o padre Campos Neves – que chegaria a bispo de Lamego nos anos de 1940 – a recomendar Maria de Jesus, mulher experiente de Penela, já com currículo a preceito, à custa de anteriores serviços a família prestigiada de Coimbra e ao próprio sacerdote.

No primeiro dia de trabalho, Maria estarrecera com o cenário: fora encontrar Salazar, com um trapo a fazer de pano do pó, a espanejar a mobília do escritório. Não tardou que a governanta impusesse a sua presença e atributos junto dos dois ilustres professores, a partir da faxina e da cozinha.

Também não espantaria que mais tarde Salazar a levasse consigo quando assumiu funções governativas. O primeiro esfriamento entre os dois amigos dá-se, precisamente, por causa de Maria.

Salazar propusera continuarem a viver os três numa nova casa, mas Cerejeira, já em ascensão na Igreja, recusa, insinuando que a partir dali tudo será diferente. Em Lisboa, dirá o futuro cardeal, «apartamos os nossos caminhos. Combinámos encontrar-nos apenas duas

vezes por ano: uma no Natal e outra no aniversário dele.»

Na quadra natalícia, aparece para o habitual peru, um luxo só possível, à época, nas mesas mais ricas da capital. Nesses momentos que se supunham de paz entre os homens, discutem, discordam, quase se zangam, enquanto levam à boca rabanadas e sonhos em calda.

Cerejeira dirá não guardar sequer os números particulares do ditador. Sempre que precisar de lhe falar liga pelo geral da residência oficial. «A nossa amizade chegou, a ser, por vezes, molestada», confessará.

Salazar, porém, tinha mais que fazer e precisava de quem lhe pusesse ordem nas miudezas e lhe organizasse o quotidiano. Por isso, Maria seria a sua versão feminina, verdadeira guardiã do regime entre portas.

Chegados ao último terço da década de 1960, um e outro conhecem-se como um casal dedicado, descontadas outras intimidades.

Cozinheira de estalo, Maria nunca deixara tais créditos entregues às mãos das criaditas que ia contratando. Elas, porém, nem sempre aprovam o talento. «Obrigava-me a comer sopa de coentros e eu odiava coentros. Ainda hoje odeio. Mas ela era uma ranhosa nessas coisas», relembra Rosália.

Têm o dedo da governanta as petingas fritas com feijão-frade que Salazar aprecia, as morcelas assadas que ele devora, as trutas do Dão grelhadas com grelos, o bacalhau assado com batatas a murro ou em camadas de grelos e broa esfarelada, a canja de ossos de peru moídos, as barbatanas de bacalhau – que lhe enviavam já aparadas – o arroz de lampreia, o caldo de cebola com batata, o caldo verde – que também apreciava com

broa migada - e a marmelada que é, a par do pudim francês, um dos poucos doces capazes de endoidecer o ditador.

Mesmo sabendo que Salazar é dado a refeições frugais, simples e caseiras, Maria, dedicadíssima, pressente apetites, adivinha gostos, tenta educar-lhe o paladar, elevando-o a patamares mais sofisticados.

Mais importante ainda: leva-lhe à boca memórias de cozinhados maternos, redescobertas que o palato não esquece, entre os quais se contava um arroz de coelho do monte, pitéu ligado à tradição das caçadas na zona de Santa Comba.

A governanta colecionara uma quantidade de livros de cozinha que, com a prática, a tornara doutorada nas fervuras e vapores culinários. Nem por isso deixa de estar ao corrente das novidades.

Quando o mestre cozinheiro João Ribeiro, do Aviz Hotel, se desloca a São Bento para confeccionar ementas especiais para os raros banquetes de Estado, Maria segue-o de perto, fuçando segredos.

O *chef*, também ele beirão, ensaia pratos de perdiz com *foie-gras* e vinho do Porto e habitua-se também a contornar a forretice de Salazar. É dele a «galinha à convento de Alcântara», receita de baixo custo, improvisada para o banquete oficial oferecido à rainha Isabel II.

Pelo telefone, a governanta absorve receituário vasto.

Amigas das boas casas de família de Lisboa, senhoras da burguesia, dão-lhe sugestões, trocam conselhos gastronómicos, indicam segredos para melhorar a confeção das ementas mais variadas.

Por vezes, é o próprio Salazar quem anota os condimentos e a preparação de determinada receita. Fá-lo nos intervalos de escritas ou leituras. Enquanto Maria dita, mantendo o auscultador colado à orelha, o ditador escreve. Na infinita pachorra que dispõe para os hábitos

da governanta nele também cabia a capacidade de se impressionar com as «receitas extraordinárias» com que ela o tenta cativar.

«Às vezes, sou vítima das suas experiências», dirá o homem que mais depressa se contentava com umas sardinhas assadas e um bacalhau com batatas.«Ele não ligava nada aos efeitos especiais na cozinha», ri-se Rosália. «Mas ela era muito boa cozinheira e nunca deixou de cozinhar. Mesmo quando não tratava ela do almoço ou do jantar, ia sempre meter o dedo na comida que era destinada ao senhor doutor, que ia da cozinha para a copa, no primeiro andar, através do pequeno monta-cargas. A dona Maria fez os petiscos que ele mais gostava quase até aos últimos dias. Chicharro assado, por exemplo, que hoje ninguém o quer, e ele comia-o. Não era esquisito», lembra a padeira de Favaios.

A governanta passa o tempo a aprimorar técnicas, a refinar saberes, a inventar sabores. Ficaram famosos a sua torta de bacalhau desfiado e o esparregado. Deixara a sua marca em faisões – que depenava com as próprias mãos – lombos e pescados, caldos e molhos, dos quais, diga-se, Salazar não era grande apreciador.

Maria detestava que ele regressasse, por vezes, ao miserabilismo da sardinha frita com salada de feijão-frade, pois trazia à sua memória de tricana tempos de remedeio da casa paterna, onde uma sardinha era para dois. Pelo País, ganhara entretanto fama, sem proveito, o «Bacalhau à Salazar», com batatas no lugar do *fiel amigo*, historieta com a qual se ridicularizava a avareza do ditador e o miserabilismo da nação.

Mas a São Bento chegava de tudo. De todo o lado.

Do Vimeiro, a irmã Marta enviava por comboio, no mínimo duas vezes por mês e consoante as melhores épocas dos produtos, remessas de iguarias com os

sabores da província, que o senhor Furtado, motorista, ia buscar à estação de Santa Apolónia.

Eram cestos de hortaliças, azeitonas, broa, vinho, azeite, pimentos pequenos, figos, cerejas e abóbora, tudo bem acomodado e embrulhado em papel de jornal.

Alzira Rosa, empregada da família no Vimieiro, fazia o pão, «passadinho, com uma peneirinha de seda» e ajudava a tratar da encomenda para «o senhor doutor», que, por vezes, incluía também «um peru, uma galinha ou duas, presunto, chouriça e agriões, que ele gostava muito de uma sopinha de agriões.»

Em outubro, «no tempo das *amarelas*, nome que a gente dava aos míscaros, lá vinha também um cesto deles. Dava uma trabalhadeira limpá-los!», lembra Rosália.

O velho amigo Bissaya Barreto produzia, nas suas propriedades, vinhos de meter respeito, mas, não sendo apreciador, levava garrafas para Lisboa, sempre que aos sábados aparecia para jantar com o ditador. «O vinho da minha quinta é tão bom como o dele, apenas um pouco mais forte...», dissera, a propósito, Salazar.

O médico era dos poucos com via livre de acesso ao Presidente do Conselho, a quem dizia aquilo que outros não se atreviam. O ditador apreciava a franqueza do coimbrão e a ele desvendava os mais íntimos pensamentos e preocupações. Bissaya, antigo dirigente da União Nacional, era íntimo de Salazar, confidente até, mas também maçom e amigo do opositor Henrique Galvão, por quem batalhara pela sua libertação do forte de Peniche.

As visitas do cirurgião eram especialmente apreciadas pela criadagem. «Conheci-o como as minhas mãos», suspira Rosália. «Era uma joia de pessoa, conversava muito connosco. Nunca se esquecia da gente, sobretudo nas festas. Quando ele se ia embora, lá vinha a dona Maria dizer-nos que ele tinha deixado uma lembrança

para nós. Uma vez recebi uma fazenda para fazer um casaco. E houve um Natal em que ele deu um conjunto de roupa de cama a cada uma das empregadas.»

À boca de Salazar chegavam os melhores produtos, as primeiras colheitas, os primeiros peixes capturados pelo povo devoto ou encomendados pelas figuras ilustres de cada região, atitudes com reminiscências típicas da vassalagem medieval.

Do Minho, enviavam-lhe os primeiros peixes da temporada, salmões e lampreias, embora, por vezes, se perdessem pelo caminho. O amigo Nogueira da Silva, dono da Casa da Sorte, não falhava: o mais fresco salmão pescado no rio Minho era despachado de Braga para o Porto e depois remetido para Lisboa por avião. Era entregue no palacete em caixas de madeira com gelo e ervas frescas.

Mas o comendador da cidade dos arcebispos não era parco em mimos. Eram dele, também, as generosas ofertas de pão-de-ló de Margaride, que chegavam a São Bento aos quilos. Generoso com Salazar, encaminhava também a vida de Maria. Eram longas as conversas telefónicas entre ambos, por vezes à volta de possíveis investimentos e negócios que Nogueira da Silva financiaria, sobretudo em Moçambique, dando sociedade à governanta.

Do Alentejo, admiradoras de Salazar enviavam biscoitos, pinhões, ameixas e trouxas. Um médico amigo, de Elvas, fazia gosto no envio de enchidos. De Vila Real de Santo António, outro conhecido do Presidente do Conselho fazia chegar as primeiras laranjas. Alfaces de todas as proveniências iam parar ao palacete por obra e graça de outras fiéis amigas. A dona de uma pensão lisboeta preparava terrinas de canja que mandava entregar na residência oficial.

Familiares do antigo ministro Trigo de Negreiros esmeravam-se na escolha das melhores alheiras de Mirandela para «o senhor doutor». Apreciador de queijinhos frescos, Salazar também os provava não raras vezes, enviados de Tomar, por devotado amigo. De Viseu, uma família remetia castanhas-de-ovos. «Aparecia lá a dona Virgínia, com um cão enorme, que se atirava à gente. Ele não gostava dessas cenas do cachorro, mas apreciava muito os doces», garante Rosália.

Mesmo em Santa Comba, não faltou quem tivesse lutado afincadamente, em tempos idos, contra as artimanhas de uma famosa «truta grande» para satisfazer os prazeres da mesa de São Bento. A verdade é que, mesmo esquiva, a dita truta acabaria na travessa almoçadeira do ditador. «Todos os dias chegavam presentes», recorda Rosália. «Papaias, frutas variadas, pescada boa, fresquinha. Nós nem a víamos, claro, era tudo para o senhor doutor. A dona Maria contentava-se com a cabeça. Ela dizia que gostava de chupar as cabeças do peixe.»

No Natal, também a mãe de Rosália se esmera. «Fazia um cestinho com pão de Favaios, bolas de ovos e feijão-verde, que enviava à dona Maria pelo comboio.» A governanta agradecia e devolvia o cesto carregado com roupas que ela e Salazar já não usavam.

«Algumas das peças eram enviadas para o palacete pela Cáritas para que a dona Maria desse a quem lhe apetecesse. O meu pai ainda chegou a romper umas botas que eram do senhor doutor. E um capote à alentejana», recorda Rosália.

A delicadeza era de monta, tratando-se de quem ensinara as criadas menos experientes a remendar roupa e a virar os punhos das camisas. Maria mandava pôr uma banda nova, fazer feitios e forros em jaquetões velhos. Arranjos de calças, gabardinas e sobretudos

também eram um fartote, a par de substituições de colarinhos de camisas. Tinha fama de só dar as coisas depois de estragadas, quando já não prestavam.

Em dezembro de 1964, Maria escutara o som característico do amolador no exterior dos muros de São Bento e pediu ao agente Santos, da PIDE, que o chamasse. Tinha uma travessa e um alguidar de barro escaqueirados e precisara que o homem colocasse uns «gatos» nas peças, ou seja, uns agrafos de ferro usados para juntar peças partidas.

O espanto do agente Santos não se fitou na travessa – até poderia ser de estimação, pensou – mas sim no arranjo do alguidar, utensílio que, por essa altura, custaria uns míseros 15 tostões numa mercearia ou drogeria.

Maria governava à unha a vida na residência oficial.

Mas tinha também os seus bons momentos.

«A mim, deu-me uma camisola muito linda e pano para um vestido que ela mesma mandou costurar», precisa Rosália.

A quadra natalícia era propícia a essas «pequenas lembranças», mas sem euforias. Salazar aproveitava prendas que chegavam de todo o País e distribuía-as pela «família» do palacete. Coisa pouca, modesta: chocolates, lenços e flores. «Não havia festa nem nada. Nem sequer ceávamos com o senhor doutor e a dona Maria.»

Com Salazar, a governanta esbanjava nos mimos.

O ditador, que por razões de saúde se afeiçoara a um certo tipo de botas pretas, em pele, recebeu aos pulos, como novo, um par que julgava ter ido para o lixo. Maria, sabendo que o pé do patrão lhe fugia para esses hábitos, mandara compor o calçado a um sapateiro de confiança. «Pôs meias solas, meteu-as numa caixa e deu-lhe de presente. Ele ficou todo contente, estava muito habituado a esse tipo de botas, molezinhas, por

causa dos joanetes e dos calos. Era eu que as engraxava todas as noites», assegura Rosália.

Apesar das oferendas que todos os dias se apreciavam palacete adentro, nem por isso a governanta deixava de administrar com mão de ferro as despesas e as refeições da casa. Anotava tudo o que gastava e comprava. O ditador tinha-a controlada também nesse aspeto, ou não gostasse ele de saber o preço das coisas e calcular o valor do que lhe era servido à mesa.

Às refeições, Salazar apreciava, contudo, a encenação requintada, mesmo que pouco comesse e nunca repetisse. A não ser por obrigação, raramente fazia conversa e era habitual a governanta deixá-lo sozinho à mesa, absorto em pensamentos, e sem grandes apetites, na sala privada do primeiro andar, onde repousavam as suas mobílias, toalhas, copos, pratos e talheres.

Uma das irmãs definira-o sem eloquências: «Come pouco, prefere o peixe à carne, a fruta aos doces, os legumes aos ovos.»

O seu temperamento puxa-o, porém, para os pormenores.

Repara se uma toalha de renda está do avesso - como acontecera na preparação de um jantar de gala em 1946 - não se exime de críticas se a comida não lhe agrada. Cuida e vigia ao milímetro os preparativos de refeições oficiais, para que nada seja deixado ao acaso.

Por ocasião de um almoço em Sintra e de um jantar no Palácio das Necessidades, com convidados do governo brasileiro, escreve à mulher do ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira: «(...) Há especial necessidade de se estudarem as ementas, de modo que os hóspedes não tenham de comer de manhã e à noite a mesma lagosta e a mesma vitela. Isto é mais um

motivo para que lhe peça o favor de rever, escolher e afinar as ementas, não esquecendo os vinhos (...)»

As raparigas da casa são enviadas diariamente à Praça da Ribeira para fazer compras. É meticulosa com o feijão-frade para cozer com a petinga e o feijão-branco e a cenoura para guisar com o rabo de porco.

Em ocasiões especiais, vai a própria Maria ao mercado escolher um bom naco de carne ou uma boa pescada, isto quando a peixeira não lhe leva à porta sargos ou sardinhas. «Por norma mandava-me a mim e a outra empregada, a Carolina, com ordens para regatear tudo, do peixe às hortaliças. Deixava-se pago e apalavrado. Depois ia lá o senhor Furtado carregar. Quando chegávamos ao palacete, ela perguntava logo pelo troco», descreve Rosália.

As curtas viagens à praça corriam sempre sem alarido.

Mas certa vez houve caso.

Rosália regressava das compras de hortaliça e peixe fresco, distraída na conversa com Carolina. Perto do Cais do Sodré, um carro surgira de repente e ela tomba. «O homem não teve culpa, fui eu que me meti à frente. Mas a polícia, nesse tempo, tinha muito poder.»

O acidente deixa de o ser: a rapariga trabalha na casa de Salazar, o que só piora o cenário. «Agarraram logo no homenzinho e queriam à viva força que eu dissesse que ele tinha culpa. A mim, levaram-me ao hospital, mas não me aconteceu nada, não me magoei.»

O episódio acaba no tribunal de Alijó. Rosália, menor de idade, pouco pode fazer para ajudar «o homenzinho que, cheio de medo, chorava como as vides». Salva-o a mãe da criada de Salazar: perante o juiz, declara a inocência do alegado «criminoso», para desfeita da

polícia. «Se eu fosse outra pessoa, à época, ninguém se tinha importado», reconhece a padeira de Favaios.

No palacete, Rosália não perdera o jeito e tenta também agradar: amassa e coze dez broas por dia, distribuídas pelas visitas. Salazar faz questão de dizer aos convidados que «é a pequena que as faz». Provadas, as broas são depois elogiadas a Maria.

À mesa da criadagem «faltavam mimos».

Mas nunca «bacalhau, batatas, grão-de-bico e, muitas vezes, açorda com peixe frito», atalha Rosália.

Nem por isso havia fartura, nem festim. «Era tudo apertadinho, mas não por vontade do senhor doutor». Dizia ele: «Menina Maria, veja lá as pequenas, não as deixe passar mal», para pequeno conforto delas, que, por vezes, escutavam às escondidas as conversas entre os dois. «Ela dizia-lhe que nós não passávamos fome». Mas «é verdade que não andávamos bem alimentadas.»

Nos almoços e jantares solenes, travessas ainda compostas eram devolvidas à copa. «Se calhar, o senhor doutor pensava que nós comíamos o que tinha sobrado. Ela, se pudesse, guardava para outro dia. Sobretudo se fossem boas carnes e bons peixes. Ali não se deitava nada fora.»

Ainda assim, o ditador sempre obsequiou fidelidades. Entre os beneficiários estava Rosa Casaco, «o menino bonito de Salazar», fotógrafo da intimidade de São Bento, agente da PIDE. Em casa dele, Salazar mandava entregar garrafas de vinho da sua quinta no Vimieiro, hortaliças da produção de Maria no «quintal» das traseiras do palacete e flores, «muitas flores», para a mulher do chefe de brigada da polícia política que assassinou Humberto Delgado.

A despensa da casa, enorme, enchia-se do bom e do melhor.

As iguarias mais apetecíveis eram fechadas «a sete chaves». Mas quando as empregadas faziam a limpeza à despensa acabavam por «limpar das duas maneiras». Traziam laranjas às escondidas e «uma ou outra garrafinha de vinho, que a gente abria a bater com ela na parede, com um farrapo.» Se Maria desconfiasse - «e ela até as caixas de fruta controlava!» - logo se dizia que algumas peças estavam podres. «O vinho, ela nem notava. Jam para lá caixas e caixas do Dão...» Revezavam-se nas investidas e a governanta nem sonhava, «apesar de ter tudo debaixo de olho, sobretudo o bacalhau. Caixas de bacalhau que nem se diz! Mas quando apanhávamos as garrafas era uma festa!»

A contemplação da garrafeira era um dos passatempos favoritos de Salazar. «Bebia o seu copinho às refeições, vinho do dele, do Dão. E gostava de andar de volta das garrafas, a limpá-las.»

No Forte de Santo António do Estoril, na época estival, a governanta tinha sempre pronta uma pequena merenda, servida com copos de tinto daquela região, para aconchegar os estômagos dos secretários de Salazar durante as reuniões que nunca acabavam antes das 14 horas.

O moçambicano Manuel Nazaré, médico analista de Salazar, fora uma vez convidado para jantar em São Bento. A refeição era peixe. «Que vinho bebe?», perguntara o ditador. «Bem, senhor Presidente, sendo peixe, talvez um branco...», sugeriu. «Pois aqui em casa, com peixe ou carne, é tinto, do Dão e do meu!», respondeu, de pronto, o anfitrião.

À tardinha, em São Bento, o ditador apreciava o seu chá, «que acompanhava com umas cavacas, se houvesse».

Café nunca bebia, mas era um «nunca» relativo: provaria-o em mais do que uma ocasião e considerava-o

«a melhor bebida depois da água», mas nunca o incluía nos seus hábitos por causa das excitações, que não tolerava.

Ao jantar, havendo companhia, não dispensava um cálice de vinho do Porto. A relação de Salazar com o «generoso» das encostas durienses foi aveludada pelo padre Carneiro Mesquita. Além de presença domingueira nas missas e pequenos-almoços do palacete, o sacerdote era proprietário de quintas na região e produtor de néctares de eleição. Diz-se até que o apreço do chefe do Governo pelas propriedades do precioso líquido era levado ao extremo de usá-lo nos intervalos de longos discursos para molhar a palavra. Ginjinha também bebia, mas só por deferência à produtora: Maria de Jesus.

Enquanto teve saúde, o ditador nunca falhou a época das vindimas em Santa Comba. Antes da partida, perdia horas orientando por telefone os trabalhos preliminares e a distribuição do vasilhame. Já na terra, agradava-lhe provar o vinho novo. Sentia-se, de resto, depositário de uma tradição familiar de cultivo da vinha.

Sabedor e atento, o amigo Bissaya Barreto mandara fabricar garrafas especiais, de um vidro verde-escuro pesado, feitas de propósito para acolher a produção da adega de Salazar, de vinhos de mesa e aguardentes. As letras eram gravadas em relevo no vidro, todas em maiúsculas: «Quinta das Ladeiras - Santa Comba - Dão», lia-se, ao fundo, no redondo da garrafa, cuja elegância era adornada pelo lacre a cobrir a rolha e por um cacho de uvas também em relevo.

O campo delimita a geografia sentimental de Salazar.

De sacho na mão, perde a noção do tempo. Quando regressa a casa, atira-se para uma cadeira, tira as botas

e as meias, e espera-o Laurinda, uma pequena da terra, para lhe lavar os pés.

Ao lado já tem as pantufas. É com elas calçadas que almoça, quando não tem visitas. A rapariga tem 8 anos, se tanto, e, além dos trabalhos pesados, brinca por ali com a serapilheira e os tecidos que sobravam.

Tal como fizera no final dos anos 1930, quando se transferira para São Bento, Salazar não perdera o dom de engenheiro e arquiteto de trazer por casa. A pretexto da remodelação da residência familiar no Vimieiro, em cuja recuperação investira considerável maquia mensal através dos anos sonhando com o regresso, o líder do Executivo mandara datilografar três páginas de «notas à planta» rabiscadas pelo seu punho.

NOTAS À PLANTA



- 1 - Baixar o nível da terra do terraço. Prever do terraço porta para a estrada em (a) e escadaria para o pateo em (b).
- 2 - A sala de jantar deveria mudar para o lugar da cozinha e a cozinha para o da sala de jantar. Cuidado com a chaminé da cozinha - Prever a passagem da cozinha para o terraço.
- 4 - O corredor deve ser incorporado na cozinha. Deveria prever-se passagem não directa da cozinha para a sala de jantar.
- 5 - Pequena dispensa - Prever uma dispensa próximo da cozinha, fechada, sem servir de passagem para outro compartimento.
(c) Desta dispensa há porta para uma escada para o sótão. É dispensável, prevendo-se aliás alguma maneira de visitar o sótão.
- 6 - Pequeno quarto escuro - Pode ser incorporado na sala de jantar ou ser reservado para grandes armários de arrumação de louças e vidros ou ainda para outra dispensa.
- 11 a - O pequeno corredor 11 a é dispensável e o corredor 11 também parece dispensável até à altura da parede do fundo do escritório 10.
- 10 - Pode ser a sala de entrada, daí se passando para os outros compartimentos.
- 7 - Quarto de roupas e de costura.
- 8 - Para transformar em quarto de banho. Pode incluir-se nele W.C., desaparecendo a varanda.
- 9 - Pode prever-se o desaparecimento da varanda, o que tinha vantagem pa-

Tal como fizera no final dos anos 1930 na transferência para São Bento, Salazar manda, várias anos depois, datilografar também as ordens para as obras na quinta das Ladeiras, na sua terra natal. O espírito «dona de casa» nunca se perdeu.

Salazar decide o nível do terraço, a porta para a estrada e a escadaria para o pátio.

Troca a cozinha e a sala de jantar de lugar.

Pede cuidados com a chaminé da cozinha, manda incorporar corredores, passagens de divisões, despensas, escadas para o sótão e até um «pequeno

quarto escuro», reservado «para grandes armários de arrumação de louças e vidros».

Decide a localização do quarto de roupas e de costura, impõe a transformação da casa de banho, faz desaparecer uma varanda, manda alargar os quartos e envidraçar as portas para o terraço.

Às suas ordens, são substituídas, modificadas ou alinhadas paredes. Impede que o quarto de hóspedes fique dependente da sala de visitas e obriga a que uma das divisões seja «um quarto de criadas».

Noutras folhas, redige a lista dos móveis e objetos da habitação e mais umas quantas «recomendações» a quem tem por dever velar pela sua manutenção: Salazar quer a casa «limpa e bem arrumada», sublinha que não se pode «pregar nem colocar nada nas paredes», pede um esforço para «não deixar defumar a casa, servindo-se da lareira», sugere que se coloquem «cortinas, ao menos nas janelas da frente» e recomenda «não despejar na casa de banho as águas da cozinha».

Há ainda uma lista de ordens para «o João Carpinteiro» e indicações sobre a instalação do sistema elétrico na «Casa das Ladeiras», para a qual recomenda lâmpadas de 40 watts para «a sala de entrada e a cozinha», devendo as outras divisões não ultrapassar lâmpadas de 25 watts.

Nas obras, emprega operários da terra, homens que dividem os dias entre a sacha dos campos e o trabalho de pedreiros ao serviço do «senhor doutor». Dessa época se guardará na casa uma ampulheta e uma balança, objetos que ajudam a compor o perfil do proprietário.



D - Quarto grande de casal:

- 1 cama de casal
- 1 colchão de arame
- 1 travesseiro
- 2 fronhas
- 1 tapete
- 1 mesa de cabeceira - bacio
- 1 guarda-fato, com espelho
- 1 cómoda
- 2 cadeiras

E - Casa de banho:

- 1 bacia de lavatório
- 1 espelho
- 2 jarros de plástico
- 2 cabides para roupa
- 2 cabides para toalhas

F - Cozinha:

- 1 fogão
- 1 móvel com pedra (para lavar a louça) e
armários (a)
- 1 balde para aparar a água do lavadouro da loiça(b)
- 2 cabides para toalhas

(a) É preciso ver se ficou bem apertada a tarracha do cano de despejo, no interior do móvel.

(b) O balde está no sótão da cozinha a aparar água da chuva. É preciso um caiador reparar uma telha, para se retirar o balde.

A preocupação «das pequenas coisas» era frequente em Salazar. Ao mesmo tempo que lidava com a Guerra Colonial e as brechas na ditadura, preocupa-se com o seu «Portugalinho», no caso as obras, os cabides e os baldes da casa do Vimieiro.

A balança pesava as cartas que Salazar mandava o estafeta levar aos correios, não se desse o caso de o tentarem enganar no preço do despacho. A ampulheta servia para marcar o tempo da corrida do rapaz.

Qualquer atraso teria depois de ser justificado. «Administro talvez o Estado com menos dificuldade do que a minha pequena propriedade», confessara ele, a certa altura.

Para Salazar, o Portugal rural, puro, de boa cepa, respeitoso, metido nos seus assuntos, ordeiro e sem ambições, é um território a preservar. «Eu e meus pais vivemos pobres, mas felizes. Eu e meus pais temos paz em casa, paz na rua e paz no espírito», escreviam-lhe, a confirmar os seus pensamentos.

Ricardo Blanc, seu subsecretário do Tesouro, natural de Azeitão, tivera numa ocasião de aturar ao ditador a sua faceta de administrador franciscano e provinciano. O governante sugerira um aumento das verbas para melhoramentos rurais. «O senhor não conhece o interior de Portugal», contrariara-o Salazar, antecipando sermão. «As pessoas que ali vivem estão ainda muito arreigadas às suas tradições e modos de vida seculares. Se lhes levamos o progresso de repente, perturbaremos gravemente os seus equilíbrios naturais», justificara, exemplificando: «Por exemplo, se acabamos com as fontes e lhes levamos a água a casa, as mulheres já não terão de ir todas as manhãs com o cântaro à fonte. Como é que elas hão de poder pôr a conversa em dia umas com as outras?»

Um jornalista argentino que o entrevistara em dezembro de 1967 notara que esse País de camponeses conduzindo cabras e carregando molhos de lenha pesadíssimos à cabeça poderia ser sinal de subdesenvolvimento, mas Salazar não se enfadava. Esse era, afinal, «o ideal de vida de muitos portugueses que, assim, viviam felizes», respondeu-lhe.

Fosse esse País real ou imaginado por Salazar, a verdade é que, de terra em terra, há muito deixara de

se escutar, com vigor, o repicar dos sinos em honra do regime. O Portugal do Estado Novo caminha moribundo, incerto, trôpego. A queda adivinha-se próxima e, com ela, os últimos capítulos na vida de um homem cujo destino há muito se confundiu com o regime.

VI

O princípio do fim

Enganara-se em mais de uma ocasião nas orações da missa caseira.

Enfrentava as semanas de trabalho com uma fadiga e uma tristeza que os íntimos pressentiam repetidas vezes.

Confessara-se repetidamente «infeliz no Governo» por nunca ter podido «governar em paz e livre de ameaças ou ataques exteriores».

Longe ou ao pé da porta, avolumavam-se razões para Salazar temer os dias que se seguirão.

Naqueles meses de 1968, o mundo treme com a guerra no Vietname e anseia, da França ao Brasil, por novos horizontes.

De fora chegam desejos de aspirações democráticas, que contagiam os indígenas.

Multiplicam-se greves nos transportes públicos e no setor pesqueiro.

O braço de ferro estudantil nas universidades agrava-se.

Sucedem-se manifestações contra a guerra em África.

Vários membros da oposição são presos na sequência da divulgação internacional do escândalo *Ballet Rose* e

Mário Soares é deportado para São Tomé.

O padre Felicidade Alves, pároco de Belém, é afastado do ministério por causa das suas denúncias da estrutura e organização eclesiástica, da condenação da Guerra Colonial e das reivindicações de cariz libertador e democrático que professa.

Quinze mil pessoas vivem num antigo depósito de entulho, na Musgueira, em barracas de madeira, cimento, tijolo, pedra e cal, sem luz elétrica nem água canalizada, onde pagam uma renda. Pais e filhos dormem juntos, promiscuidade é verbo e substantivo.

As crianças nascem de mães com idades entre os 13 e os 50 anos, brincam descalças, sujas de lama. Algumas não vão à escola e vadiam noite e dia. Comer carne é um sonho alimentado até ao osso.

Em Lisboa vivem 70 mil famílias em barracas, quartos «ou partes da casa». Na capital há transportes coletivos infestados de pulgas. Em Viana do Castelo 1500 pessoas amontoam-se às portas da cidade em dois bairros sem acessos, ruas, eletricidade e água.

De norte a sul, faltam esgotos, estradas, caminhos, transportes, comunicações, energia, habitação, equipamentos sanitários e assistenciais. No interior mora um País entre sombras e escuridão, com candeia de azeite e candeeiro a petróleo. *As sopas de cavalo cansado* marcam a rotina do amanhecer de adultos e crianças que em alguns casos, reporta a imprensa, vivem «como verdadeiros animais».

O agricultor, longe da mitologia do Estado Novo, parece condenado «a empobrecer alegremente». Mas os agrónomos estão «atrás das secretárias nas grandes cidades», os veterinários «ocupam-se dos cães das senhoras ricas» e os médicos dedicam-se à psiquiatria, «novo eldorado para uma profissão que se enobreceu na memória de um João Semana».

A máquina administrativa do Estado «não funciona eficazmente».

Pelas fendas da censura, *O Século* consegue relatar «despesas sumptuárias e supérfluas» nas «repartições e gabinetes corporativos». Abusa-se na utilização de automóveis de Estado.

A emigração é a dolorosa realidade.

Em França, os homens portugueses pegam «em pás e picaretas» e as mulheres servem como criadas ou vão para as fábricas, trabalhar duro. Oito em cada dez emigrantes «vivem na miséria». O Alentejo é região de «mulheres sem maridos e filhos sem pais». Em Baleizão, nem os mortos sossegam: aguardam dias para serem sepultados.

Por esta altura, uma criada com a quarta classe pode ganhar 725 escudos num organismo oficial, com direito a alimentação e a reforma. Um empregado bancário leva para casa 2800 escudos. Num posto de correio, em Silves, uma funcionária bate com a porta porque o ordenado, 60 escudos, «não chega para manter-se».

Um pão de centeio, médio, custa 4\$50. Um litro de leite 1\$64.

O bilhete de uma zona, nos transportes públicos, um escudo, o preço do jornal. Umas calças de homem, cem. Uma excursão Fátima, mais cem, pouco mais do que um LP (90 escudos). O comboio especial para ver o Braga-Benfica custa 145 escudos, menos cinco do que a viagem de ida e volta entre a capital e o Porto nos mesmos carris.

Um apartamento nas grandes cidades fica paredes-meias com uma dívida para a eternidade: 220 contos, no mínimo. Dez mil contos é a lotaria, a «sorte grande». Terminação é a pensão mínima de invalidez, velhice e sobrevivência, 500 escudos.

Em Portugal, no ano de 1968, circulam meio milhão de automóveis, 200 mil «sem condições mínimas de

segurança». Morrem mais de três pessoas por dia nas estradas. Há 700 acidentes de trabalho e o «desdobramento de profissões» é assunto das colunas femininas.

O Século incentiva os organismos de Estado a abrir vagas para jovens entre os 17 e os 20 anos: «Não é justo nem cristão», escreve-se, que sejam despedidos ao fim de três ou quatro anos a substituir os recrutados para a Guerra Colonial. As mães dos soldados choram convulsivamente nos cais de embarque dos navios, sufocadas pela PIDE, sem que uma lágrima comova os jornais.

As remunerações no Estado e no setor privado são tão diferentes como o cordeiro e o lobo. A indústria farmacêutica, queixa-se a imprensa, ignora «a responsabilidade enorme na defesa da saúde pública», optando por aumentar o preço dos medicamentos e manter os lucros.

Os industriais de pastelaria disfarçam: oferecem 400 folares aos pobres pela Páscoa.

Maria de Lourdes Modesto apresenta na RTP sugestões para refeições leves com novos tipos de pão: de forma, de leite, de ovos, de frutas, integral ou glutinado, brioche ou *croissant*. O pão quotidiano «sabe a merda», mas não se diz em voz alta. A Inspeção-Geral das Atividades Económicas aperta o cerco ao comércio de pão, leite, bacalhau, ovos, azeite e carne congelada. Reprime matanças clandestinas de bovinos e descobre milhares de garrafas com água insalubre do Mondego vendidas ao público como... *Carvalhelhos*.

A nação vive uma época «de pressas, de vertigem».

Novos e velhos querem «chegar depressa» a qualquer lado, «passar à frente do seu semelhante» ou «fazer rapidamente o que deve e o que não deve». Para muitos, cultura é sinónimo de pequeno livro, historieta de aventuras, «romancinho cor-de-rosa». Outros leem

às escondidas obras proibidas, forradas para esconder a capa, não vá ver-se o título e o autor. Em casa, «são raros os pais que se interessam pela vida dos filhos, que vigiam os seus procedimentos, que os interrogam e aconselham, que políciam os seus estudos e que com eles brincam.»

O enviado do jornal *Catholic Herald*, de Londres, insuspeito de esquerdismos, descreve Portugal como país «de costas voltadas à Europa», afastado das «principais correntes de pensamento» e com padrões de vida «ainda muito baixos». Mas, naquele ano, nem tudo está perdido no caminho para o progresso: o Banco Espírito Santo ensaia o antecessor do multibanco, o «self-banco». Os guardas-noturnos abandonam o antiquado chanfalho e adotam o cassetete, «novo símbolo do poder» para propiciar uma «boa cacetada à século xx».

Os costumes, de resto, não escapam à sanha policial. «É proibido beijar na primavera», escreve o *Diário Popular*, relatando o julgamento de um par de namorados no Tribunal de Polícia, apanhados a beijar-se num banco de jardim.

As Nações Unidas têm Portugal atravessado: condenam o colonialismo nacional e o uso «de armas de destruição em massa na Guiné». A polémica é servida à hora do chá: o político trabalhista britânico William Baxter diz-se «horrorizado» ao descobrir que as colheres com que os deputados mexem o *five o'clock tea* são «*made in Portugal*». Por cá, há quem se ofenda: «Quem não tem de que falar, fala de colheres.»

A inauguração de um novo posto do Totobola tem mais espaço nos jornais do que as sintéticas e lacónicas notícias da morte dos combatentes no Ultramar, que a imprensa glorifica. O filão e o filete de jornal estão, pois, reservados para as condecorações dos «valentes» que

lutam «contra os terroristas» que ameaçam o Portugal além-mar.

O bispo de Nampula bem reclama no Pavilhão dos Desportos a passagem de uma «conceção estática da ordem das coisas» para uma fase «dinâmica e evolutiva», escutados «os sinais dos tempos». Mas os jornais preferem destacar «a superioridade da raça portuguesa».

Portugal em página de jornal é um desfile de governantes, discursos na íntegra, prémios, condecorações, homenagens, jantares, assembleias gerais, caridadezinha, tomadas de posse, receções, conferências e inaugurações de obras públicas ou exposições de aves canoras e ornamentais, onde é raro faltar o Presidente da República. Américo Tomás está ele próprio votado a ornamento do regime, «almirante de opereta cujos discursos constituíam motivo de chacota», recordará o jornalista José Carlos de Vasconcelos.

As tragédias humanas, postas em letra redonda, têm sempre «pobrezinhos», «irmãozinhos» e uma ou outra «velhinha». A adjetivação do quotidiano nacional é um facto: os homens de Estado fazem sempre «importantes» ou «notáveis» declarações. Jornalistas aparecem «eivados de portuguesismo» e dos «valores eternos da pátria» quando não escrevem nas entrelinhas ou fazem gracinhas com outras raças: «Desentrançada a burla dos ciganos negociantes de cabelo - a pente fino a polícia procura outros implicados», titula-se.

O «lápiz azul» da censura não chega, porém, para evitar o desassossego dos espíritos. Silva Pais, diretor da PIDE, diz que se inventam maldosamente centenas de presos políticos. «Há apenas 14 pessoas detidas por crimes contra a segurança do Estado»: nove membros da Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), de

Palma Inácio, e cinco comunistas. Os detidos, refere, «são tratados dentro dos preceitos legais e todos os princípios de humanidade».

Os portugueses vivem entre vários mundos, há sinais de esquizofrenia e alienação. Veem discos voadores, comovem-se com a coelha que teve 16 filhotes e escrevem editoriais nos periódicos sobre casos espantosamente elevados ao patamar de tragédia nacional: no caso, a morte de quatro mil pombos-correios que iam a caminho de Lisboa.

Mas lá se vai cantando e rindo com velhas e novas diatribes de Ribeirinho, Raul Solnado, Laura Alves ou Ivone Silva, entalados entre os fados de Amália, as melodias de Gianni Morandi e dos «guedelhudos» Beatles, que não saem do ouvido apesar das tentativas de desqualificação da imprensa. O bailado, a ópera, o nacional cançonetismo, as peças de Ionescu, as canções de Reggiani, as crónicas de Urbano Tavares Rodrigues sobre a «existência vermelha», os recitais de Villaret e as passagens de Nureyev, Vinicius e Elis Regina por Lisboa convivem, apesar do olho vivo do censor de serviço, nas páginas culturais.

António Feio, João Lourenço - «a brasa» - e Carlos Avillez, o encenador «que melhor fala do gosto e da imaginação da juventude», dão cartas nos palcos. Carlos Mendes ganha o festival da canção com *Verão* e vai estudar para os exames. Na feira do livro, Steinbeck vende bem e há quem se atreva a perguntar por «aquela obra» sobre «padres comunistas».

No cinema, as palhaçadas de Louis de Funès e Fernandel, as aventuras de James Bond versão Connery, a par de muita cobiada, rivalizam com filmes insinuantes, como *Esplendor na Relva*, de Elia Kazan, e *Paixões Escaldantes*, com Paul Newman e Joana Woodward, num enredo de «dias ardentes de ódio e abrasadoras noites de amor».

Bonnie & Clyde prolonga a moda da boina, usada por Faye Dunaway, e o adereço presta-se a interpretações revolucionárias. Os jornais repetem até á exaustão «os inconvenientes da minissaia», pois «pode fazer engordar as pernas», mas noticiam as tendências da temporada italiana: saia bem acima do joelho e cinturas bem vincadas.

Alerta-se: a guerra do Vietname, o LSD, o poder negro e a homossexualidade são temas «do cinema subterrâneo» e de um mundo pecador. A televisão transmite mensagens natalícias dos soldados e serve uma ementa diária de serviço religioso, transmissões de hóquei, desenhos animados, ginástica infantil, telescola, música clássica e séries como «Dr. Kildare» e «Bonanza».

Na rádio, os Parodiantes levam o programa PBX para a rua, numa caixa de vidro, para euforia dos transeuntes. Noutra frequência, o folhetim «Onde Está a Felicidade?», faz uma pergunta que ecoa, por todas as razões, na mente dos portugueses, sem resposta.

Em 1968, ser feliz é uma questão de aparência.

Clínicas seduzem as mulheres a reduzir 14 centímetros de gordura nas ancas e no estômago. E até «os homens estão mais vaidosos». A cirurgia plástica de Arpad Fisher, médico «que reconstituiu o rosto de atrizes famosas, princesas e donas de casa», é um sucesso onde, contudo, já se farejam problemas: um nariz novo pode custar 22 contos, mas quatro em cada dez senhoras querem reaver o nariz anterior.

Nesta época, o tabaco ainda é «o fiel companheiro do homem na hora do trabalho, do descansar e do pensar». Mas quem quiser deixar, um caldo de beatas deve inalar.

A meio do ano, as colunas femininas espantam o pó e aconselham as mulheres a cultivarem-se: «Leia os jornais, interesse-se por outros problemas, oiça rádio e

leia livros de viagens que lhe mostram outros mundos e outras gentes», sugere-se numa crónica, entalada entre receitas de ensopado de berbigão e seduções publicitárias sobre a «nova *Singer* de luxo» e a moderna máquina de lavar *Siemens*.

Os anúncios são para toda a família, para todas as ocasiões: o *Tampax* mantém «o segredo» das mulheres «secreto», o homem que veste *Terylene* «marca o rumo» e as crianças já podem comer *Nestum* com arroz, cevada e figos.

Maria Fernanda é, nesta época, a primeira mulher a ler um noticiário – completo, note-se – no telejornal da RTP. Mas as esposas ainda precisam de autorização dos maridos para viajar e só votarão quando Marcello Caetano se lembrar. «A mulher ideal» é Sónia Coutinho, angolana, 23 anos, hospedeira da TAP, eleita após ultrapassar provas de cultura geral, culinária, corte «e outras atribuições carateristicamente femininas».

Já o homem ideal, segundo as crónicas femininas, deve telefonar à mulher quando se atrasa no escritório. «Escangalha-se uma torneira, entope-se um cano» e ele deve arranjar. Tem de estar disponível para «pegar num esfregão e num balde» e não arvorar «ar de mártir» nessas tarefas. Não pode ainda esquecer o aniversário de casamento, de elogiar o novo penteado ou o vestido da consorte. E isso «sem fazer alusão a quanto possa ter custado», pois «o homem ideal» sabe que «a mulher precisa de dinheiro para gastos pessoais e estabelece o orçamento para que não haja discussões». Se há mulheres que não conseguem encontrar a sua carmetade com estes predicados, «é por sua própria culpa».

Mas homem que é homem devora páginas desportivas, até perder a conta aos títulos. Em 1968, a seleção nacional ganha a Taça do Mundo de Hóquei, o Benfica sagra-se bicampeão no futebol, Eusébio

conquista todos os troféus de melhor goleador, mas o clube da Luz é humilhado pelo Manchester United na final da Taça dos Campeões, perdendo por 4-1. O Futebol Clube do Porto, parente pobre dos três grandes ao tempo, contenta-se com a Taça de Portugal e não pode pagar os «proibitivos» 80 contos mensais a Yustrich, o treinador desejado. Os jogadores, esses, «são transacionados como gado». Américo Silva, do Benfica, vence a Volta a Portugal, mas o *doping* já anuncia «a degradação da epopeia». Nos Jogos Olímpicos do México é uma mulher que leva o facho. E a chama desses tempos já ninguém apaga.

Portugal está desconfortável numa curva apertada da História.

Demasiado apertada para a velocidade do tempo, perigosa para o nosso vagar. Os portugueses, instruídos por décadas de doutrina salazarista, são levados a pensar que mais vale um mal conhecido do que um bem por conhecer. «Não quero fazer pagar ao meu País o elevado custo de transformações cujo valor está ainda por demonstrar», afirma o ditador numa entrevista, em 1968, vai o ano a meio, minado por convulsões. Salazar considera o imobilismo «terrível», mas, adverte, «troçá-lo pelo caos é pior».

Aparte o mosaico de episódios e curiosidades que testemunham a força dos ventos sobre um tempo empedernido, é notório o enfado, o cansaço e a sensação de encruzilhada que contaminam as hostes do regime: o Governo está «esgotado», admite Supico Pinto, presidente da Câmara Corporativa e conselheiro de Oliveira Salazar.

O ditador sente-se desautorizado, zanga-se com o desconcerto que vai na governação, onde «ninguém

pergunta nada» e todos parecem pensar que quem manda «chegou ao fim».

Mesmo assim, ainda consegue descontraír-se, em privado.

Em conversas amenas, vai dando conta das suas preferências artísticas, que saltitam entre os pintores Henrique Medina e Eduardo Malta, com adjetivações excessivas reservadas para o «monstro» João Reis e para assinalar o «deslumbramento» que lhe provoca Maria Helena Vieira da Silva.

Às chancelarias diplomáticas em Madrid, chegam, todavia, insistentes rumores de golpes de Estado e revoluções iminentes em todo o território nacional. Mas Salazar, desligado da boataria que galgou fronteiras, está mais preocupado em saber como enviar para Nova Iorque um vestido de minhota, solicitado por uma emigrante portuguesa em Delaware, a pretexto de um festival de trajes típicos nacionais.

Os 79 anos do ditador, feitos em finais de abril, revelam-no na posse das suas faculdades, talvez mais lento de raciocínio, mas sem fissuras intelectuais que alimentem desconfianças. Discute os assuntos nacionais sem ranhuras, decide os negócios de Estado com a firmeza de sempre, sem comportamentos frouxos que o denunciem.

À vista de todos, não se desleixa na apresentação: mantém a cabeleira branca delicada, o aprumo. Os fatos ainda lhe assentam bem no corpo envelhecido, cuidados manejados pela dedicada Maria.

Nos gestos, redobra cautelas, sobretudo no andar.

Nas cerimónias, apresenta-se o mesmo de sempre: arguto, irónico, rápido de raciocínio, vigoroso, sem quebras e sem que se note o amarrotar da idade. Mas surge já abatido, desanimado e distante ao juízo de

quem com ele priva. Nota-se que, nas conversas, o olhar fica parado, por vezes perdido, ausente e alheio ao que se passa à sua volta. A voz fraqueja, some-se por segundos, quando fala. Demora a recuperá-la. Repete-se. «Todos os dias, quase a todas as horas, vejo o fim da minha vida e o princípio da vida dos outros.»

Antecipa a morte e o que virá depois: «Quando eu desaparecer vai ser para aí uma confusão! Tenho pena dos que assistirem a isso», desabafa, num estado de espírito que navega entre a melancolia e a resignação. Estar à beira dos 80 anos, reconhece, tem as suas vantagens: é garantia «de que não assistiremos a certas coisas, nem sofreremos certos desgostos. O Bissaya e eu dizemos isto muitas vezes um ao outro. É uma grande consolação!», comenta.

Nos bastidores do regime borbulham ansiedades, resguardam-se negócios, interesses e posições para o dia em que Salazar já não estiver neste mundo. «Acelera-se um processo de fuga», nota Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros. «Alguns afirmam que nunca colaboraram com a situação política, nem desta jamais auferiram benefício; outros descobrem-se de súbito vítimas, lesados em negócios não consentidos, frustrados em pretensões indeferidas, até perseguidos por divergência política.» Uns quantos recordam «as afrontas», reais ou imaginárias, «os conselhos que, se escutados, teriam evitado erros, as previsões desdenhadas que haveriam poupado calamidades». Em resumo, coragens e coerências adormecidas desfilam tardiamente convenientes, propícias a lançar pontes para o amanhã.

Neste clima de pós-salazarismo antecipado, as almas escolhem Deus e o diabo. «Move-se um mundo nebuloso, um caos de ambições, lutas, contradições, projetos, compromissos, pavores, incoerências, ódios, vinganças, oportunismos», vislumbra Franco Nogueira.

Posicionamentos que requerem olímpica elasticidade: por um lado, há que durar com Salazar, manter afinidades com o poder vigente e eventuais protagonistas de uma transição que mantenha a arquitetura dos favores e das influências e as engenharias dos benefícios e da fortuna. Ao mesmo tempo, lançam-se redes às forças oposicionistas, também seduções e riquezas, na tentativa previdente de comprar sobrevivências e posições num cenário em que tudo se desmorone.

Enquanto isso, não falta quem insinue disponibilidade para aberturas e flexibilidades até à data impraticáveis, certos de virem a ser, até pelas leis da vida, garantia de futuros mais aperfeiçoados e arejados, onde caberão todas as espécies que recusam extinguir-se com o homem que as criou e alimentou.

Neste cenário, a que não é totalmente alheio, Salazar aceita partilhar o jantar do seu dia de aniversário, um domingo, com o velho patriarca e amigo de Coimbra, Manuel Gonçalves Cerejeira.

Haviam sido, em tempos, «a consciência um do outro».

Afastaram-se, ora crispados, ora silenciosos, mas sem nunca se desentenderem naquilo que era a essência do regime. Neste tempo, caminham ambos, solitários, para o descanso da existência.

O convite para essa noite não parte do ditador. Antes se insinua o clérigo, numa carta enviada dois dias antes: «António: não quererias dar-me as tuas sopas no jantar do próximo dia 28?», questiona Cerejeira. «A Providência já nos levou o Carneiro de Mesquita, cujo aniversário da morte passou ontem. Estamos só os dois e podemos dizer com os discípulos de Imaúz que está a cair a tarde. Se não destinaste ainda o teu dia, não seria bem aquecer-nos à fogueira antiga?», desafia o cardeal.

É por esta época que Adriano Moreira, então já livre do cargo de ministro do Ultramar, de onde saíra anos antes desentendido com Salazar, visita o ditador na residência oficial. O chefe do Governo soubera do noivado do seu ex-governante e estranhara não lhe ter sido dita qualquer palavra sobre o casamento anunciado. O embaixador José Nosolini recomenda a Adriano que tenha, então, essa deferência com o homem de Santa Comba. «Assim fiz sem esforço, e recebi um convite para a visita com a Mónica, que ele gostaria de conhecer», assinala o professor nas suas memórias.

No dia aprazado, Adriano e a futura mulher apresentaram-se em São Bento. Arrumado o carro no jardim, foram atendidos por uma jovem empregada, «bem fardada», sendo encaminhados para a porta principal, onde eram esperados. Salazar surgiu diante do casal «rigorosamente vestido e calçado, porque se tratava de receber uma senhora».

A conversa entre ele e Isabel Mónica prolongou-se por cerca de uma hora. Adriano assiste calado às perguntas de Salazar sobre a família, interesses e projetos de vida. No final, acompanhou-os à saída, abrindo a porta do carro à futura senhora de Adriano Moreira, como um qualquer *gentleman*. Um despedida afetuosa, como recordará o antigo ministro.

Nas semanas que se seguem, Salazar ainda aparece bem disposto e sorridente na primeira comunhão do Antoninho. Mas perde o humor quando lhe chega aos ouvidos uma passagem do bailado *Romeu e Julieta* no Coliseu dos Recreios, patrocinado pela Fundação Calouste Gulbenkian: «Façam amor, não façam a guerra», gritaram os bailarinos a meio de uma cena, provocando sururu na sala.

Quando recebe a notícia, o ditador manda suspender o espetáculo e dá ordens para que seja expulso do País o responsável pela companhia belga, Maurice Béjart.

Por esses dias de junho, Salazar dará sinais de maior fadiga e palidez, deixando até de registrar os habituais e pormenorizados apontamentos dos seus afazeres na agenda diária.

Os sinais de alarme disparam durante uma reunião do Conselho de Ministros em que «surge atmosfera de drama, atravessada em silêncio», no dizer de Franco Nogueira. Governantes cabisbaixos, gelados pela circunstância, não arriscam sequer trocar olhares. O «chefe» parece ausente, disserta sobre coisas que já disse anteriormente para espanto geral. Por momentos, a memória imediata finou-se. «Mesmas minúcias, mesmos comentários, mesma narrativa do desenrolar dos acontecimentos, como se tudo fosse novidade». Conclui-se: «Há uma clara perturbação mental», ainda que, na aparência, passageira.

Já em finais de maio, no Palácio da Vila, em Sintra, durante a receção ao ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda, lhe tinham notado o esforço para manter uma conversa, a impaciência, o alheamento, o ar mortiço que lhe cobre o rosto, a tristeza infinita que deixa perceber, sem máscaras. O amigo Costa Brochado busca explicações mais atrás, no tempo: «A seguir ao golpe Botelho Moniz nunca mais foi o mesmo homem e aparecia, com frequência, nos bancos de jardim, a dormir.»

Em São Bento não se notam alterações.

É certo que Salazar anda mais cansado, percebem-se preocupações, menos disposição para alguns assuntos quotidianos, mas pouco mais que arrelie. Desde meados da década de 1950 que a saúde do ditador é acompanhada em permanência. Faz análises periódicas, radiografias. Por duas vezes, gripes ameaçam

transformar-se em pneumonias. Para trás ficara a sua própria definição sobre os males do corpo. «Tem uma saúde precária e nunca está doente», dissera de si próprio, num dos primeiros discursos como ministro das Finanças. Agora, para os íntimos que habitam a casa, Salazar está simplesmente «velho» e nada mais.

Na verdade, o Presidente do Conselho voltará a reunir nessas semanas o elenco governativo, sem que, dessa vez, se notem alterações psicológicas. Mas a inércia da situação política é algo que traz os ministros angustiados. Espera-se uma remodelação no Executivo, arriscam-se estratégias, intriga-se.

Salazar prepara, entretanto, a mudança de veraneio para o Forte de Santo António do Estoril.

Eram sempre dias de grande azáfama em São Bento, antes da partida.

Uma semana de preparativos era certa, criadas acomodando roupas de cama, vestuário, móveis e apetrechos vários, mas sem exageros: apenas os «estritamente indispensáveis à instalação» no fortim, «monasticamente austero», debruçado sobre o Atlântico, registara Silva Teles, secretário particular de Salazar à época.

Na agenda, o ditador anotara a data e a hora da saída: sexta-feira, 26 de julho de 1968, 17 horas.

O período estival entrava pelo apreciado outono do Estoril. Salazar gostava especialmente do repousado outubro, quase sem brisas.

Mas o primeiro dia na fortificação nem sempre era fácil para ele. O corte com as rotinas da residência oficial abalava-o antes da descompressão. Sente o choque «com o vento salgado e áspero do oceano» e é tomado por «palpitações cardíacas e um

estremecimento geral no organismo», dirá Franco Nogueira.

Em menos de 48 horas, estava, porém, apto a manter o trabalho.

O organismo adaptara-se a um ritmo mais pausado, o sono voltara e o coração serenara. A sua prioridade é agora remodelar o Governo. Consultara amigos, ouvira opiniões, testara opções.

Nos alvares de agosto, acontece no forte um misterioso acidente, sobre o qual permanecem na penumbra as certezas sobre o dia exato da sua ocorrência, que oscila entre 2 e 4 desse mês.

Dera-se como certo que, na manhã de 3 de agosto, Salazar, como era seu hábito, descera do quarto ao encontro de Augusto Hilário, o calista que, desde longa data, assiste o ditador. O pedicuro, que já o esperava no terraço, cede-lhe o *Diário de Notícias* desse dia, que Salazar abre e começa a percorrer com os olhos, abandonando o corpo numa das cadeiras de lona que por ali estão dispostas.

Com o peso, o assento tomba para trás, e o chefe do Governo cai desamparado, batendo com a cabeça no lajedo, de pedra dura. Augusto Hilário, que lavava as mãos, acode de pronto, Maria de Jesus surge logo depois, mas Salazar levanta-se sem queixas, apenas com dores no corpo. De imediato, pede que não se comente o acidente.

Perante as insistências da governanta no sentido de chamar um médico, o ditador dir-lhe-á não valer a pena. Espera, para breve, uma visita de rotina de Eduardo Coelho e nessa ocasião lhe contará o sucedido.

Uma outra versão, surgida mais tarde, dá como garantido que o episódio da queda ter-se-á dado na presença do barbeiro Manuel Marques, segundo relato feito pelo próprio. Nesta versão, Salazar não teria sequer chegado a sentar-se na cadeira, mas, confiando

que a mesma estaria no local habitual, ter-se-á estatelado, de forma atabalhoada, no chão.

Contra esta tese há um bilhete de Augusto Hilário, enviado a Salazar no dia seguinte ao do acidente, que ele garante ser 3 de agosto.

Dera com esse escrito Silva Teles, um dos secretários particulares do chefe do Governo que, no dia 5, notara entre a correspondência da véspera chegada ao forte, uma carta entregue em mão pelo calista. Que rabiscara ele no papel? Queria simplesmente saber do estado de saúde de Salazar na sequência da queda que presenciara.

Ao subir à pequena sala de trabalho do ditador para efetuar o rotineiro despacho, Silva Teles notara um certo odor a bálsamo. «Como está Senhor Presidente? Acabo de saber por uma carta do Senhor Hilário que o Senhor Presidente sofreu uma queda anteontem?!», indaga o secretário. «Ah! O Senhor Hilário escreveu-me?», reage um surpreendido Salazar. «É verdade. Ia a sentar-me numa cadeira de repouso que para aí está, ela não se encontrava bem encartada e caí desamparado, com a nuca no chão. Na altura, pareceu-me coisa de pouca monta. Mas agora sinto umas dorezitas no corpo e até estou a pôr uns unguentos, a ver se me passam», confessa. No dia seguinte, escreve a Augusto Hilário, agradecendo «a amabilidade» da carta. «Parece não ter havido consequências da queda, além de dores pelo corpo», remata.

Havendo contradições entre as duas narrativas sobre o sucedido, admite-se como possível que Salazar tenha caído por mais do que uma vez no espaço de poucos dias. Supõe-se até que o anedótico das situações poderia ter levado a um secretismo mais cuidado sobretudo no caso relatado pelo barbeiro. De resto, a propensão do ditador para quedas nem sequer era tabu. «Salazar vinha sofrendo sucessivos delíquios,

escondidos do público cuidadosamente por sua ordem e com a rigorosa colaboração da dona Maria que, por seu lado, também vivia quase no mesmo estado», notara o secretário-geral da Assembleia Nacional, Costa Brochado. Mesmo entre a família do governante, «havia a convicção de que ele sofrera, muito antes, em Lisboa, uma queda grave, na banheira, batendo fortemente com a cabeça nos rebordos».

Rosália não se recorda de tal, mas havia aspetos da «vida íntima» do ditador que eram sonogados às empregadas. Já as dores de cabeça e as enxaquecas vinham sendo notadas entre a criadagem.

Nesse correr inicial de agosto, Salazar não dá sinais de qualquer perturbação nas reuniões e encontros que vai mantendo. Anda ocupado com o «desenho» da futura remodelação governamental e nem Américo Tomás, Presidente da República, pressente alguma anomalia nas conversas a dois, na sua residência de verão, em Cascais.

Eduardo Coelho aparece então no forte para a consulta de rotina.

O exame superficial nada deteta, mas o médico insta o Presidente do Conselho e a governanta a avisá-lo no caso de Salazar sentir a mais ligeira dor de cabeça, pois, avisa, tais pancadas podem ter consequências muito sérias, sobretudo nas semanas imediatas.

Até ali, o ditador fora um doente que não oferecera precauções de monta: tinha tendência para problemas respiratórios, gripes, insónias e acidentes caseiros, mas nenhuma das maleitas o impedira de trabalhar num registo de normalidade. Mais atrás no tempo, sim, haviam sofrido depressões intensas e prolongadas. «Eu continuo na mesma - a tomar os remédios que me mandam, mas sem melhoras sensíveis. Mas a verdade é

que não sinto entusiasmo por nada - estou morto», escrevera no verão de 1921, vaticinando um futuro negro: «Sinto que a política me há de fazer infeliz; parece-me até que já começo a atolar-me na lama.»

Agora, ocorrera uma queda que, em face da sua idade, merecia da medicina toda a prudência quanto a eventuais consequências.

Por essa altura, Franco Nogueira falara com o ditador ao telefone sobre assuntos relacionados com a Tanzânia. Salazar engana-se repetidamente no nome do presidente daquele país africano: chama-lhe Niemeyer (conhecido arquiteto brasileiro). «Neyerere», corrige o ministro, duas vezes. «Tem razão, ah! esta minha cabeça», reage o chefe do Governo que, entretanto, se enganara mais uma vez.

No espaço de dias, é a ocasião de Américo Tomás se interrogar, por fim, sobre o estado de saúde de Salazar. Na segunda conversa desse mês com o Chefe do Estado, a propósito da remodelação governamental em curso, o ditador demonstra «uma persistência em determinadas soluções que não era normal da sua parte».

Está, entretanto, de regresso Christine Garnier. De férias em Portugal, acompanhada do marido, visita a residência de veraneio do amigo colorido de outrora. Além de lhe ouvir os queixumes naturais de quem já suspira por uma obra inacabada, a escritora francesa despede-se sem preocupações de maior.

Salazar passa a tarde de 18 de agosto, um domingo, na companhia de Franco Nogueira e da esposa. O convívio a três decorre imperturbável: o chefe do Governo não recebe visitas, o pessoal doméstico não aparece a dar recados e estranho à conversa apenas o habitual agente da polícia que permanece na entrada do forte.

O ditador desfruta da tarde serena e luminosa no terraço, sentado numa cadeira de praia. Comenta, corrosivo, as notícias que lhe chegam a propósito da anunciada remodelação. «Nunca ficam contentes os que saem, nem os que queriam ser ministros e não foram», desabafa. Salazar tinha por tradição guardar as cartas que alguns governantes lhe escreviam quase exigindo ser exonerados por esta ou aquela questiúncula. «Ficaram furiosos porque agora tirei as cartas da gaveta e lhes satisfiz o pedido. Eu tomo sempre tudo a sério», justifica, indignado com os «recados» e as «cunhas» que outros meteram para serem escolhidos ou evitar a substituição. «Houve quem solicitasse a intercessão da governanta. Como se eu me determinasse por razões de tal natureza. Parece que não me conhecem», resmungua, numa irritação que destoa do morno entardecer e não vai bem com o seu casaco de linho amarelo-claro.

No dia seguinte, toma posse em Belém o último elenco governativo da lavra de Salazar. As soluções desanimam, mais do que entusiasмам. Tiram-se conclusões, aqui e ali destilando venenos: afinal, que reais capacidades de recrutamento tem um homem que se arrasta e arrasta o regime com ele? Quem se atreveria, pois, a arriscar carreira política a seu lado numa hora que soa a toque de finados? São perguntas, sorrateiras e manhosas, que correm nos bastidores.

A 27 de agosto, Franco Nogueira desloca-se ao Estoril.

Salazar recebe-o bem-disposto, tranquilo, mas salta aos olhos do ministro a palidez e o físico encolhido do chefe do Governo.

Queixando-se mais tarde de dores de cabeça, Maria tenta convencê-lo, conforme as indicações recebidas, a chamar o médico Eduardo Coelho. Salazar resiste. Prefere esperar por nova visita de rotina e resolve o incómodo desse dia com uma aspirina.

Três dias depois não há sinais evidentes de desconforto quando o Presidente do Conselho recebe um grupo de famílias de nacionalidade espanhola que haviam buscado refúgio em Portugal durante a guerra civil. O *Diário Popular* publica a reportagem fotográfica em exclusivo sem imaginar que será este o último ato público de Salazar no cargo.

Nos primeiros dias de setembro, a excitação mundana toma conta de Lisboa. As festas de dois multimilionários, com magnatas globais e estrelas do firmamento hollywoodesco na lista de convidados, concentram as atenções num intervalo de poucos dias.

São esperados Audrey Hepburn, Vicente Minelli, Zsa Zsa Gabor, Gina Lollobrigida, Henry Ford, Douglas Fairbanks, o rei Humberto, vários Rockefeller, também alguns Rotchsild, imperadores e imperatrizes, a nata do planeta, enfim, a desaguar na capital portuguesa.

A primeira festa decorre na noite de 3 de setembro, na Quinta do Vinagre, para 1400 convidados. Arrasta 700 automóveis à propriedade do norte-americano Pierre Schlumberger, «passaporte francês, petróleo americano e mulher portuguesa», assinala a revista *Flama*.

Horas antes, ao final da tarde, inicia-se uma reunião do Conselho de Ministros, a primeira do novo Governo, que se tornará reveladora para os mais próximos da gravidade do estado de saúde de Salazar. Antes disso, o antigo professor de Finanças despacha assuntos pendentes com um dos seus secretários particulares. Este estranha que Salazar desconheça a ausência do ministro da Economia no estrangeiro, mas não tira especiais conclusões do lapso de memória.

Já na reunião, é indisfarçável para os presentes o cansaço e a «palidez doentia» que o ditador aparenta.

Terminado o Conselho, Salazar não controla a curiosidade: quer saber novidades do baile de Schlumberger. Interroga várias pessoas, deseja pormenores, o mais minuciosos possível. Mas sai curvado, encolhido, contraído, carregando papéis, arrastando-se, quase trôpego, com lentidão e penoso esforço.

Pessoalmente, dera instruções quanto ao desagrado com que veria a presença de ministros e suas mulheres nas festas que se avizinhavam. Temia que o deslumbramento e as aparências transmitam a ideia de que o Estado português era permeável às influências da grande finança internacional e das vedetas reluzentes com gosto pelos prazeres fúteis.

Há ainda que manter alguma decência numa nação que vive dias dramáticos por causa de uma guerra travada longe, nas colónias.

A mensagem também passara entre portas: Maria, que até desencantara um convite para se estrear nas lides dos ricos e famosos, fora aconselhada a recuar e a manter-se no seu posto.

Alguns notáveis do Governo acabaram por refrear o ímpeto, outros não fizeram caso, dispondo da ocasião única para mergulhar no evento cosmopolita. A ausência era irrelevância. «Todos querem ser convidados. Há intrigas, empenhos, pedidos, invejas, despeitos; e muitos portugueses sôfregos rastejam em abjeção provinciana, curvados ao estrangeiro», registara, indignado, o ministro Franco Nogueira.

A 4 de setembro, Salazar desperta exausto.

Durante a sessão de trabalho com o subsecretário de Estado da Presidência, Paulo Rodrigues, mal disfarça a dificuldade em ler os documentos. Tira os óculos e leva a mão à testa. Um dos secretários particulares notara

também na agenda e nos apontamentos a letra menos firme, tremida, além de uma ou outra falha de memória. A sua disposição é perturbada por novas, intensas e prolongadas dores de cabeça. Mas tem na agenda desse dia reuniões com dois ministros e assuntos que o deverão prender até às nove da noite, descartando por isso a possibilidade de chamar o médico para avaliar os sintomas, conforme lhe sugerira, de novo, Maria de Jesus.

No dia seguinte, ela decide desobedecer às ordens: pelas 11 horas telefona, aflita, a Eduardo Coelho.

Chegado ao forte, o médico nota o arrastar da perna direita de Salazar, as lacunas de memória e outras perturbações. O diagnóstico é claro: o doente tem de ser operado, o mais tardar, nas próximas 24 horas, e disso mesmo Eduardo Coelho se encarrega de informar o chefe do Governo. Pergunta se pode chamar um neurocirurgião da sua confiança.

Salazar acede, mas Maria interpõe-se: «Veja lá se vem alguém que seja contra a *Situação*», previne-o. «Tomo a responsabilidade», responde Eduardo Coelho.

A primeira tentativa de encontrar alguém revela-se infrutífera.

O médico decide então contactar o neurocirurgião Vasconcelos Marques, um dos mais reputados. Não lhe diz logo do que se trata. Fala apenas da necessidade de ter outra opinião sobre «um doente» e tenta, apesar de tudo, desvalorizar a gravidade do problema.

Sugere, porém, discricção.

Dada a indisponibilidade de Vasconcelos Marques nesse dia, combinam encontrar-se na tarde do dia seguinte em casa de Eduardo Coelho. Antes disso, o Presidente do Conselho ainda receberá no Estoril telefonemas que, em circunstâncias normais, costumavam diverti-lo: são amigos e amigas a dar-lhe pormenores da festa de Pierre Schumberguer e a pedir

a «bênção» do ditador para se deslocarem também ao baile do «rei do estanho» boliviano, Antenor Patiño. Adivinha-se a repetição do brilho de nova noite de luxo, *smokings*, vestidos arrojados - 117 da marca *Dior* - e joias a condizer, eventos para os quais os ourives de Lisboa, nessas semanas, não tiveram mãos a medir. Falara-se de 1800 garrafas de champanhe e 600 de uísque, uma liquidez ao nível dos bolsos de condes, princesas e ídolos que se embriagaram dos encantos de Lisboa.

No dia 6 de setembro, Salazar é visto pelos dois médicos.

Nessa manhã, tentara ainda registar na agenda as audiências do dia, mas a letra não lhe obedecera e as palavras parecem gatafunhos.

Tem gravada no rosto uma tristeza e uma amargura profundas. Vasconcelos Marques impressiona-se com o «aspeto acabrunhado» de Salazar, que está sentado numa cadeira e com as pernas embrulhadas numa manta.

Decorridos os exames, com o doente deitado despido na cama do seu quarto, conclui-se que o caso é da máxima urgência.

Salazar sofrerá, pensa-se, de um hematoma intracraniano ou de trombose, mas são precisos exames mais cirúrgicos e fiáveis, num hospital devidamente apetrechado para o efeito.

Deve agir-se rápido. Caso contrário, o Presidente do Conselho pode entrar em coma. Maria pede, contudo, um compasso de espera: a viagem, sugere, deve realizar-se à noite, evitando assim que Salazar possa ser reconhecido por olhares mais despertos à luz do dia.

Os amigos, o chefe da polícia política e os governantes que vão sendo postos a par do problema temem, mesmo assim, que a notícia tenha perna longa e origine uma alteração da ordem pública.

Nas horas que intervalam o diagnóstico e a partida para o hospital, o ditador ainda mantém uma breve reunião de trabalho com o ministro Mota Veiga, após grande insistência junto de quem o tenta demover. Faz alguns telefonemas «em tom de despedida misteriosa», por fim consciente dos perigos que corre, sem contudo os conseguir descrever: «Não sei o que tenho, estiveram aí uns médicos a observar-me os olhos, não sei», lamenta-se, ao telefone, a Franco Nogueira, que insistentemente ligara para o Estoril, sem obter respostas.

Lopes da Costa, da Cruz Vermelha e amigo da família de Salazar, é chamado ao forte para definir as providências necessárias ao internamento.

Só nesse dia, as empregadas têm noção exata do que se passa, contagiadas pelo alvoroço.

Tal como o restante pessoal doméstico que se encontrava no Estoril, Rosália não presenciara a suposta queda, mas guarda na memória uma versão curiosa do sucedido, alimentada pela governanta e nunca apurada na totalidade. «Era habitual o senhor doutor ler os jornais no corredor que dava para a capela do forte. De um lado e do outro havia plantas, cadeiras de verga e também de lona, onde ele normalmente se sentava», descreve. A nós, disseram-nos que, nessa noite, ele tinha batido com a cabeça numa das paredes», partilha a antiga criada.

Adriano Moreira, é certo, também o vira «muitas vezes» nesse pátio interior, sentado «na fatídica cadeira a ler os jornais».

Mas a história tem mais pormenores.

Embora Rosália não saiba hoje precisar datas, lembra-se da gritaria quando a notícia correu o forte: «Ele estaria, como sempre, a ler o jornal nesse corredor, quando as costas da cadeira, que também eram de lona, rebentaram e ele bateu com a cabeça para trás.

Queixou-se muito e mandaram chamar o doutor Eduardo Coelho e o doutor Vasconcelos, que depois o levaram para o hospital. Se foi nesse dia que ele bateu com a cabeça não sei, mas lembro-me de ter ouvido a dona Maria contar esta versão e entrar para uma ambulância no forte, para acompanhar o professor Salazar. Houve gritos e ficámos todas a chorar. Algum tempo depois, não sei como, a cadeira tinha desaparecido», recorda.

A História não validou o relato nem a presença de qualquer ambulância no forte. Mas Rosália insiste na sua verdade. «Como poderia esquecer-me do que vivemos nessas horas, quando o levaram para o hospital? O senhor doutor era muito nosso amigo e nós amigas dele.»

Sobra ainda uma última versão: a de *Micas*, «filha adotiva do coração».

A protegida de Salazar nada soubera do acidente, tendo sido mantida na mais pura ignorância pela concunhada Maria. Primeiro, zangara-se por causa do segredo. Depois, mostrara-se mais compreensiva pelo facto de a governanta ter ficado abalada com o estado de saúde do patrão. Ao fim de algumas semanas, *Micas* apurara «que a queda se deu no chamado quarto de hóspedes, uma sala soalheira do primeiro andar do forte que, fazendo esquina, tinha janelas tanto viradas para o mar como para a nave central onde eram servidas as refeições.» Contudo, as circunstâncias desse dia, admitirá, «ficaram para mim um mistério que me vai acompanhar até sempre».

Maria ainda dirá, mais tarde, na presença de jornalistas, que o tombo ocorrera dia 5 de agosto, mas a sugestão não oferece confiança a Franco Nogueira, biógrafo do ditador, que atribui as declarações confusas às «perturbações arterioscleróticas» de que a governanta «já na altura sofria». A pergunta ecoará,

pois, até aos nossos dias: de quantas quedas se fez, afinal, a história naquele mês de agosto de 1968? Esse, sim, o verdadeiro mistério.

Na mesma noite em que o chefe do Governo é conduzido, pelas 20 horas, do Estoril para Lisboa - de automóvel, segundo a versão que resistiu ao tempo - outra festa de arromba decorre em Alcoitão, juntando os mesmos convidados de Pierre Schlumberguer e mais umas centenas. Desta vez, o anfitrião Patiño mandara construir na sua propriedade uma gruta artificial a fazer de discoteca. O corrupio é de novo considerável e até as filhas do chefe de Estado, Américo Tomás - que já está avisado do sucedido com Salazar, marcam presença.

A essa altura, o doente está a caminho do Hospital dos Capuchos para realizar exames mais fundamentados, onde o aguarda, logo à entrada uma cadeira de rodas. O episódio não passa despercebido a um repórter do jornal *O Século* que, por coincidência, rondava por ali.

Luís Figueira, o jornalista, estranhara a chegada do automóvel do Presidente do Conselho e de Silva Pais, chefe da PIDE, e, na primeira oportunidade, ligara para o diário pedindo um fotógrafo. Tentara saber o que se passava, mas não lhe permitiram entrar.

Feito novo diagnóstico, Salazar seguirá depois para o Hospital de São José, onde as radiografias ao crânio não mostram qualquer sinal de fratura e o pessoal de enfermaria o toma por um vulgar «velhinho». «É inacreditável, parece inacreditável», murmura o doente.

Questionado pelos médicos que o acompanham durante o percurso, Salazar já não consegue dizer em que universidade se formou nem se recorda do ano da sua licenciatura. É seguido de táxi pelo desconfiado repórter e está em «grande sofrimento» quando, pouco

antes da meia-noite, chega à Casa de Saúde da Cruz Vermelha, em Benfica, a mais apetrechada unidade hospitalar da época.

Levam-no ao elevador de serviço, nas traseiras do edifício. Vai acordado e consciente, mas está praticamente paralisado do lado direito. À sua espera tem o quarto 68, no sexto piso, evacuado para o efeito. O regime, tal como ele, vai enfrentar a sua madrugada mais longa, de prognóstico reservado.



A 7 de setembro de 1968, Salazar é operado de urgência na Cruz Vermelha, em Lisboa, após um acidente doméstico no Estoril. Uma das

primeiras coisas que pede é a sua poltrona, carregada pela criada Rosália e um polícia.

VII

«A luz apaga-se devagarinho...»

São sete horas da manhã de 7 de setembro de 1968.

Franco Nogueira é acordado pelo tinir do telefone oficial. Do outro lado da linha, o ministro de Estado Mota Veiga anuncia que Salazar foi operado durante a madrugada a um hematoma no cérebro na Casa de Saúde da Cruz Vermelha.

A Emissora Nacional noticia o assunto duas horas depois, já na posse do boletim médico que o subsecretário Paulo Rodrigues entregara bem cedo ao locutor Pedro Moutinho, que o lê aos microfones de forma serena: «Em consequência de uma queda na sua residência de verão no Estoril, o senhor Presidente do Conselho apresentou sintomas que levaram o seu médico assistente a recorrer à colaboração de dois colegas neurocirurgiões. Sua Excelência foi operado esta noite a um hematoma, sob anestesia local, encontrando-se bem.»

Na rua, escutam-se os pregões dos ardinhas, com *O Século* na mão, o único jornal que, graças à persistência do seu repórter, «furara» a notícia.

No Forte de Santo António, Rosália e as restantes empregadas iniciam o arrumo das roupas e tralhas trazidas de São Bento. O período estival, interrompido

abruptamente, já lá vai, e antecipa-se o regresso à residência oficial, à Calçada da Estrela.

No hospital, àquela hora da manhã, não se encontra qualquer membro do Governo. Maria, essa sim, aí permanece, velando pelo único homem da sua vida. Franco Nogueira dá com ela «comovida a mais não poder» e num estado «em que se suspenderam as faculdades mentais».

O sexto andar está agora todo ele reservado para gabinetes médicos de acompanhamento ao doente, entidades oficiais, segurança e, claro, um quarto para a eterna governanta de Salazar, o 81.

A noite fora longa. Carregada de indefinições, discussões e polémicas.

Enquanto Portugal dormia, os médicos desentendiam-se quanto ao diagnóstico e à cirurgia. Entre governantes, amigos e secretários entretanto ali chegados analisaram-se as opções sem prescindir do olhar político. O caso não era para menos: uma operação tal «não podia fazer-se sem o acordo do Governo».

As irmãs de Salazar estão longe, velhas, frágeis, e fora consensual que não deviam ser despertadas a meio da noite para tomar uma decisão de tal calibre. Habitado a tudo decidir, o chefe do Governo deixara de ser dono do seu destino. «Neste momento exato, o poder abandona Salazar», escreverá Franco Nogueira. Mas o feitio não muda. «Quer que chame um confessor?», perguntara-lhe Vasconcelos Marques. «Isto é um hospital ou uma igreja?», respondera o ditador, seco.

Cerejeira e Maria rezam por ele, no quarto ao lado.

Salazar vai respondendo a estímulos de conversa. «Parece que não estou muito bom, julgo que me querem fazer uns orifícios na cabeça», desabafa. Sabe depois que terá de rapar o cabelo. «Se é preciso fazer, faça-se», aceita, de voz tranquila.

Sugere-se ainda que sejam facultados uns 30 minutos a Salazar para que possa ditar uma espécie de testamento político. O estado do doente não o aconselha: a lucidez é duvidosa, a situação cerebral agrava-se e, a fazer-se tal documento, a sua validade estará, no mínimo, em causa. Há mesmo quem sugira que escrever ou ditar algo do género resultaria numa fraude.

Pelas quatro da madrugada, vivem-se horas dramáticas.

Estão de plantão a polícia política, estruturas militares, a censura. A ordem estabelecida treme.

Às primeiras horas da manhã, Salazar está de cabeça ligada, olhos cerrados, mas lúcido e consciente quando pede para ver a embaixatriz Vera Franco Nogueira. Vencera a primeira batalha. O subsecretário Paulo Rodrigues faz também uma curta visita por essa altura e, fiel à sua «fria objetividade», Salazar deixa cair uma pergunta tão dramática quanto irónica, face às circunstâncias: «Olhe lá, nós não estamos presos, pois não?»

Em São Bento, azáfama.

As empregadas organizam-se para levar à Casa de Saúde da Cruz Vermelha refeições, roupas, utensílios de higiene e o que mais faça falta ao «senhor doutor». Maria de Jesus dorme por lá. O palacete está posto em desassossego sem o mando da governanta e Rosália anda num virote por causa das compras, das despesas e do que, nessa altura, abalou e abanou o quotidiano da residência oficial. «Estivemos sozinhas em casa. A dona Maria passou uns oito dias na Cruz Vermelha. Era eu que mandava fazer alguns recados e comprar pão», conta Rosália.

Pedem-lhe, por esses dias, que ajude a transportar de São Bento para a Casa de Saúde a poltrona de pele preta de Salazar. Com um polícia a segurar num braço e ela noutra, Rosália assim aparece, com um puxo atando o cabelo, nas páginas dos matutinos da época, carregando o cadeirão preferido do doente para o quarto onde ele apresenta, aos primeiros sintomas pós-operatórios, boa cara e apetite.



As criadas levam todos os dias à Cruz Vermelha, onde Salazar está internado, «mimos» provenientes de São Bento, entre os quais ovos das capoeiras mandadas construir pela governanta. Rosália aparece de perfil, à direita, de cabelo puxado, blusa branca.

Rosália e as restantes criadas atravessam os corredores da Casa de Saúde sempre carregadas, «ora

cestos de roupa lavada, ora roupa suja que trazíamos para lavar». Maria, preocupada em redimir a sua ausência forçada da residência oficial, manda entregar todos os dias no palacete a comida que sobra das refeições preparadas na Casa de Saúde da Cruz Vermelha. «As outras comiam, mas eu não. Não gostava da comida do hospital», justifica Rosália, que aproveita então o que a capoeira de São Bento dá. «O meu forte era o pão com manteiga e os ovos estrelados. Foram tantos os ovos comi nessa altura!»

Dúzias deles, da mesma produção caseira, rumam também para o «senhor doutor», a pedido da governanta.

Maria dá nas vistas. Mais do que a conta.

Vasconcelos Marques espanta-se com a presença constante daquela senhora que não conhece de parte alguma: «Mas quem é, afinal? É a mulher, a amante, a empregada do Presidente do Conselho?», questiona, aproveitando a presença do ministro Correia de Oliveira. «É a empregada», responde o governante.

Insatisfeito, o neurocirurgião aproveita uma das raras ocasiões em que Salazar parece em franca recuperação, com disposição a condizer, e procura atalhar a curiosidade: «A senhora dona Maria é uma mulher dedicadíssima e inteligentíssima», insinua. «É dedicadíssima, mas ignorantíssima!», dispara o doente, congelando os avanços.

Seis pisos abaixo, no átrio, os jornalistas espreitam cada possibilidade de chegarem à fala com ela, rondam-na como abelhas em volta do mel.

A governanta sai, por essa altura, de um recato de décadas, e torna-se delicadoce com a imprensa, revelando o pequeno-almoço do doente, à base de sumos, chá e torradas que ela preparara. Também o caldo verde, ao almoço, é cozinhado por Maria. Besuntada pelos jornalistas, embalada, chega a trocar

as datas do acidente, confundindo os próprios repórteres. Momentos raros, estes, ou não tivesse ela mantido as portas trancadas à exposição pública, se excetuarmos um fugaz destaque na revista *O Século Ilustrado*, em 1938, numa reportagem sobre a intimidade de Salazar, e as duas frequentes aparições anuais, em silêncio, quando o ditador recebia em São Bento os pescadores dos bacalhoeiros e as alunas do Instituto de Odivelas.

No sexto piso, onde Salazar está internado, «só uma pessoa tem estado constantemente à sua cabeceira: Dona Maria de Jesus Caetano Freire, a sua governanta», escreve o diário londrino *The Times*, esmiuçando: «Raramente sai do seu lado e, só ocasionalmente, faz uma sesta num quarto do hospital especialmente preparado para o efeito. Ela veio para Lisboa para tratar do jovem professor, assim como o fizera quando ele estava em Coimbra. Uma mulher de província, simples, que usa xaile e meias pretas.»

Na Cruz Vermelha, Maria torna-se uma espécie de polícia de giro. Tentava controlar cada pormenor «e nem todas as pessoas que queriam visitar o senhor doutor conseguiam passar por ela», lembra Rosália.

A anestesista Cristina da Câmara nota que o doente «tem mais amigas do que amigos».

Quando visita Salazar, a protegida *Micas* percebe o embaraço e atrapalhão do pessoal dos serviços clínicos com o comportamento típico de Maria, «feroz cão de fila do Presidente do Conselho».

Sollari Allegro, outro dos secretários particulares de Salazar, não se recordará de tais excessos, bem pelo contrário: lembra-se, isso sim, de ver Maria perto de senhoras que iam visitar o doente e fazer sempre «a

cerimónia de não se sentar enquanto essas senhoras não insistissem com ela para o fazer».



Durante o internamento de Salazar, Rosália (à esquerda) estará sempre perto da governanta. Maria vigia tudo e todos. Pela primeira vez fala com frequência para os jornalistas sobre a saúde do ditador.

À maioria não escapa, no entanto, o «entra e sai» vigiado pela governanta. Rosália também repara naqueles que cochicham em cada canto, «dois aqui, três ali, em grupinhos», com ar de quem deseja manter a conversa reservada. «Quando a gente se aproximava, paravam de falar ou mudavam de assunto», notara a rapariga de Favaios que, à época, deixara já de saber distinguir os amigos dos inimigos de Salazar. «Havia por

lá gente verdadeiramente amiga, sim, mas havia outros que se faziam, uns fingidos.»

Os primeiros sinais surgem nos corredores da Casa da Saúde, aos primeiros dias de internamento. As melhoras ou agravamentos no estado de saúde de Salazar ajudam a perceber as oscilações de humor de quem gere as ambições ao ritmo dos boletins clínicos do Presidente do Conselho. Se corre um rumor sobre o agravamento do estado do doente, o verniz quase estala, em afoitezas e atitudes fora da moldura do pudor.

Se Salazar melhora, esboça-se nos mesmos rostos um misto de nervosismo e pavor, receando que «o homem», logo que restabelecido, se inteire dos ardis e insídias, promovendo o ajuste de contas.

Está, em qualquer caso, aberta a luta pelo poder, notam os mais atentos. Já não interessa se o ilustre doente sairá restabelecido da cama do hospital. Mais cedo do que tarde, creem, a ordem natural das coisas fará o seu caminho.

Espantam, ainda assim, algumas «manobras infantis, grotescas» propiciadas pelo delicado momento.

Desenham-se listas de nomes para um futuro governo, suspeita-se que Marcello Caetano reunira indefetíveis para preparar o dia seguinte, há gente desavinda nas hostes do Governo. «Por todo o lado, são as tricas e nicas, as insídias, as acusações perversas, os aleives, a destruição deste, a eliminação daquele, um escadeirar geral que deixa tudo esbarrondado», lamenta-se Franco Nogueira no seu diário.

As lutas pela sucessão aparecem à luz do dia, «saem da penumbra em que há anos decorriam», resumirá Adriano Moreira nas suas notas de um «tempo perdido».

O «hospital» da Cruz Vermelha atraía uma romaria de gente simples, mas transformara-se ao mesmo tempo num vespeiro político, local onde os enredos sobre o futuro do regime se tecem a todas as horas.

A televisão transmite diariamente o «filme das visitas», monocórdico, cinzento e baço. Costa Brochado fornece outro colorido deste tempo nas suas memórias: assistiu-se, segundo ele, «à desvergonha sem perdão, de ver, todos os dias, na televisão, antigos, presentes e futuros candidatos a qualquer coisa, de copo na mão, exibindo o seu amor tardio ao Chefe que nunca reconheceram e muitas vezes traíram.» Eram «como abutres à volta da carne morta, mostrando, na televisão, uma dedicação que nunca existiu e a suprema hipocrisia da mágoa no lugar do júbilo».

Perante o cenário, o antigo jornalista nem às missas mandadas celebrar «nas igrejas mundanas de Lisboa» apareceu, para não ter de se encontrar «com os piores mortificadores da alma de Salazar».

Também Franco Nogueira se espantara com o frenesim das visitas ministeriais «a horas mortas, em plena madrugada» por parte de personagens que pretendem «dramatizar o seu interesse» e ver o seu nome destacado nos periódicos.

Há mesmo quem contrate fotógrafos para o efeito ou avise a televisão da sua presença, com a devida antecedência. Em paralelo, uns esgadam-se por aparecer na fotografia com o Presidente da República, enquanto outros, já a ensaiar a fuga para a sobrevivência, vestem o estatuto de paladinos da mudança e ocupam os dias em intrigas, conluios e estratégias para destronar rivais ou arregimentar falanges de apoio.

Não faltam, a propósito, «espiões» e «emissários» bem colocados na casa de saúde, atentos a idênticas manobras de eventuais adversários na guerra por um

lugar ao sol depois que se desvaneça a sombra de Salazar.

Não será o caso de Domingos Vitória Pires, à época secretário de Estado da Agricultura e responsável pela milagrosa multiplicação de sementes nos terrenos da Quinta das Ladeiras, em Santa Comba. Salazar queixara-se, certo dia, do facto dos beirões como ele não saberem cultivar o trigo ao ponto de obter as boas produções que eram comuns no Alentejo. Com o consentimento do «chefe», o engenheiro agrônomo do Governo propôs-se então fazer nas leiras de Salazar uma experiência idêntica às que já então se aplicavam nas terras de outros agricultores, através da Estação de Melhoramento de Plantas. Com as instruções dadas pessoalmente ao caseiro do ditador, as produções cresceram, atingindo, mais tarde, dezoito sementes.

Ao visitar Salazar na sua cama de hospital, Domingos Pires levava notícias da sua passagem recente por Santa Comba para ver o trigo. «E vocês, este ano, garantem-me outra vez dezoito sementes?», interroga-o, desafiante, o doente em convalescença.

Ao fim de sete dias, Salazar reage bem aos tratamentos, os boletins clínicos acentuam as melhoras.

Vasconcelos Marques dera um murro na mesa, perante governantes e o Chefe do Estado, declarando-se indisponível para permitir retoques ou censuras à informação médica sobre o doente vazada para o público: «Diremos a verdade e só a verdade. Vossas Excelências não nos peçam para dizer coisas que não sejam verdade porque nos recusaremos a assinar. Temos as nossas responsabilidades profissionais e há o dever de informar o País da verdade», insistira.

De uma situação «quase desesperada» em que todos deveriam «estar preparados para tudo», conforme

alertara o neurocirurgião, o chefe do Governo começa a contrariar as sentenças.

Sempre por perto, a assistente Cristina da Câmara ouve de Salazar «uma conversa agradável e muito simpática» e reconhece nele um homem «delicado» que cumpre «todas as ordens médicas» que lhe são dadas, sempre «muito afável e dócil».

Em poucos dias, o doente caminha no quarto sem dificuldade, alimenta-se regularmente e come quase tudo da sua preferência. Conversa com os médicos, faz sonos repousantes, mostra boa disposição, ensaia a assinatura e tem desejos de regressar à vida normal. O povo faz fila à porta da Casa de Saúde, em cuja capela senhoras mandam rezar missa pelas melhoras do seu «santo».

Orações pela sua cura atravessam as páginas dos jornais, chegadas de remotas capelas do interior. Peregrinações, preces coletivas, organiza-se o País crente e devoto, que confia ao divino o que os homens já não podem. As irmãs visitam Salazar e consta até que, em escapadelas ao quarto, Maria lhe permite molhar os lábios em pinguinhas de vinho do Porto e copos de tinto para arrebitar.

O estendal mediático montado à porta da Casa de Saúde da Cruz Vermelha, cujas tentações a censura corta e costura com requintes de filigrana, resulta, ainda assim, em histórias tricotadas entre o *fait-divers* e uma tragicomédia. Descrevem-se, ao minuto, as entradas e saídas dos visitantes ilustres, faz-se marcação cerrada às assinaturas no livro «de cumprimentos».

Os jornalistas, ali «plantados» todo o dia, lançam perguntas com isco às individualidades que sobem ao sexto piso, a ver se elas mordem alguma indiscrição ou desabafo. Mas impõe-se a narrativa oficial: «O que vocês podem dizer é que a comovida, mas serena

reação do País, é a atitude justa nesta hora», dirá Paulo Rodrigues, secretário de Salazar.

Daniel Ricardo, do vespertino *A Capital*, e Fernando Antunes, do matutino portuense *O Primeiro de Janeiro*, conseguem infiltrar-se e passa-lhes pela cabeça vestirem batas de enfermeiros, mas são identificados antes de ensaiarem qualquer disfarce.

O *Diário de Notícias* tem um carro estacionado em permanência à porta da clínica, com telefone instalado, o que permitirá ao seu repórter despachar as novidades, quase sempre à frente da concorrência.

«Agora é que é!» – sussurrara um doutor, compincha dos jornalistas. «Não lhe damos mais do que um quarto de hora.»

Mas Salazar trocava as voltas a todos os vaticínios.

Foi nesse momento que Mário Castrim, do *Diário de Lisboa*, decidiu tentar confirmar pelos próprios meios a situação clínica do homem que esteve sempre para morrer «daqui a bocadinho». Ainda chegou ao andar proibido, mas mal saiu do elevador, caíram-lhe em cima «uns paisanos irrepreensivelmente brutos».

O repórter percebe rapidamente que o caminho de regresso vai ser pelas escadas, corrido a safanão. «Que é isso?», interrompe então uma voz, com autoridade. «O que é que vocês estão a fazer ao rapazinho?», insiste. Os seguranças gaguejaram umas desculpas – estavam a cumprir «ordens», só se entrava «com cartão» – mas Maria não se comoveu: «Pois, mas também não é preciso fazer mal ao rapazinho», respondeu, agarrando o jornalista pelo braço. «Anda comigo, não fales muito alto. Como te chamas?», dirigindo-se ao «catraio»... de 48 anos. «Mário», respondeu ele. «Mário, está bem. Entra para aqui», puxou ela.

O repórter foi conduzido a uma salinha, onde «a senhora condessa, a senhora doutora e a senhora

embaixatriz» conversavam em sussurro.

A condessa fazia a cronologia dos acontecimentos que pessoalmente vivera, «fora das primeiras pessoas a ser informada». Gabava-se de conhecer ao pormenor «a vida e os costumes» de Salazar e percebia a reverência, «mesclada de inveja», com que as outras a escutavam, «todas de negro, os olhos a puxar as lágrimas».

Mário Castrim tenta fotografar mentalmente o corredor, os movimentos. Surge depois a governanta, em tom de confiança. Repara nela com mais pormenor: «os olhos empapuçados, a erosão das insónias», rosto torturado de mulher, capaz de circular «com a sobriedade e a leveza de uma sombra», num teatro de cujo enredo ela poderia bem ser a chave. «Saiu agora o doutor Merrit», diz a governanta ao «rapazinho», baixinho. «Nada a fazer», resigna-se Maria de Jesus, referindo-se ao comentário do neurologista norte-americano, chamado de urgência para dar a sua opinião. Realçara, apesar da delicadeza da situação, o «espírito indomável» de Salazar, tendo em conta a idade.

Telegramas do mundo inteiro são publicados na íntegra, chegam ramos de flores que dariam para cobrir a unidade hospitalar inteira e no átrio são entregues embrulhos, cestos, sacos de doces regionais e vinhos.

Entre a entrada e o exterior, declamam-se poemas, canta-se, reza-se. Equipas de futebol de passagem por Lisboa vão, com todo o plantel, marcar presença simbólica.

Velhinhos chegam a pé, arrastando-se, cumprindo promessas.

Velhinhas dedilham terços, contando histórias de milagres.

Há mesmo quem jure ter visto Salazar acenar à janela da clínica, em aparições - ou assombrações? - fugazes.

Numa dessas noites, pelas 21h30, estaciona à porta da Cruz Vermelha um automóvel preto. É Rosália quem sai ao encontro do veículo para receber das mãos de Amália Rodrigues um enorme cesto de botões de rosas e um bilhete com umas quadras para «o senhor doutor».

Uma hora depois, o *Diário de Notícias* capta o momento em que Rosália e outras jovens empregadas se preparam para sair daquela unidade hospitalar. Regressadas do quarto do doente, têm indicações expressas para entregar as flores oferecidas pela fadista numa igreja de Lisboa. A censura autoriza apenas a divulgação do gesto, mas proíbe a publicação dos versos: «Ponha-se-me bom depressa / Meu querido presidente / Depressa... Não sei do regulamento/ E se isto é má criação/ Perdoe o procedimento/ Aceite a intenção... que essa cabeça não merece estar doente», escrevera Amália, sem imaginar o folheto que estas simples palavras arrastariam.

A fadista, nascida em família onde se admirava Salazar, apaixonara-se por ele na inocência dos seus 13 anos. «Era um homem bonito, era o homem que mandava em tudo», justificara. Com a fama e a proximidade geográfica - a residência oficial era quase vizinha da moradia de Amália - vieram os boatos: «Chegaram a dizer que havia umas escadas entre a minha casa e São Bento... E que havia um elevador especial para mim. E que aqui no quintal tinha um túnel que ia direto para lá... porque ele não fazia nada sem mim!», contará, no final da vida.

Salazar habituara-se a tratar a fadista por «criaturinha» desde que António Ferro os apresentara. Tinha pelos fados um profundo desprezo: considerava-os deprimentes, culpados do amolecimento do carácter português e capazes de incitar à inação. Amália era, pois, a «criaturinha» que personificava tudo isso.

A 14 de setembro, o chefe do Governo entra «em franca convalescença» e os médicos garantem que «regressará brevemente à sua residência em Lisboa». Eduardo Coelho deixa que o entusiasmo o precipite: «Restituímos o senhor Presidente do Conselho à Nação completamente curado.»

Dois dias volvidos, Salazar é traído por um acidente vascular cerebral violento. De manhã, quando visitado pelo antigo ministro Leite Pinto, comentara até, apontando para a janela, como as folhas das árvores se tinham modificado em tão pouco tempo.

A seguir ao almoço, porém, afligira-se com uma dor violenta, lançando as mãos à cabeça, e soltando um «Ai meu Jesus!» antes de entrar em coma.

A hora é dramática, a mais dramática de todas, e a equipa de médicos e enfermeiros não o esconde. Gera-se novo corrupio de figuras de Estado e, pela primeira vez desde o internamento, aparece Marcello Caetano.

O cardeal Cerejeira também surge para uma visita que aprazara antes dos últimos desenvolvimentos. Emociona-se com o cenário e os prognósticos. «Ele sempre foi católico e tem sido sempre muito infeliz. Não, nunca foi feliz, sei-o bem», desabafa, com o Presidente da República a ouvi-lo. «Nesta hora, se Vossa Excelência estivesse de acordo, eu queria administrar a extrema-unção. Para mim é muito importante poder confortá-lo assim. Comprometo-me a segredo absoluto, só entre mim e Deus», insiste. Américo Tomás não se opõe. Guardar-se-á sigilo.

Com o passar das horas, à medida que a preocupação toma conta do Chefe de Estado, o prognóstico de Salazar fica também mais definido: sobreviverá, é certo, mas ficará incapacitado mental e fisicamente de forma irremediável. Um inválido, portanto. Já muito resistira.

Passara entretanto pela Cruz Vermelha, o padre Gregório Verdonk, missionário holandês naturalizado português com fama de milagreiro, que se tornara, nos últimos tempos, assistente espiritual do ditador. Voltam as rezas, os dramatismos, agora em clima de luto antecipado.

A 17 de setembro, reúne o Conselho de Estado, em contexto de emergência nacional. Há já uma certeza: Salazar não voltará a assumir funções de Estado. Na véspera, Américo Tomás falhara na tentativa de encontrar um sucessor. Estranha-se agora que Marcello Caetano, há tantos anos ausente destas reuniões apesar de convocado, compareça. Será ele, de resto, um dos defensores da tese de uma imediata substituição do Presidente do Conselho.

Por muito que as opiniões médicas se dividam, por muito que salazaristas rígidos confiem à divina providência o milagre da salvação do «chefe», Salazar está entregue a uma sentença de ciência exata: aos 79 anos e com tais fragilidades, pouco durará. O máximo que dele podem esperar é uma existência precária. Nem sempre lúcida e, a todo o tempo, amparada.

O velho ditador paralisara de um dos lados do corpo, perdera metade da visão nos dois olhos e toda a memória recente era incerta, inconstante, por vezes remetida às mais sombrias profundezas. Todo ele é, enfim, passado. Um passado mais do que presente, contudo.

Os meses seguintes, ilustrados por desavenças médicas quase a atingir cenas de pugilato e pelas melhoras e recaídas do «cadáver empalhado», no dizer de Mário Soares, exasperam os amigos e colaboradores mais próximos. Mas não só. Também Eduardo Coelho, seu médico pessoal, se impacienta com os políticos que «pululam» na casa de saúde onde Salazar continuará

internado. «Querem meter o nariz em tudo e onde não são chamados», desabafa.

Irrita-o a presença constante de senhoras que se reúnem na Cruz Vermelha «para tomarem chá e fazerem croché». Senhoras que «“adoram” Salazar, que se apaixonaram por ele» e que «têm todas uma vida marital desavergonhada».

Nesse espaço de tempo, o regime saíra do coma.

Marcello Caetano fora nomeado substituto de Salazar a 26 de setembro, inaugurando um período de governação que ele atribuía «aos homens como os outros» por oposição a um estadista «de génio». Nativo de Leão, provavelmente não lera os astros: «Tenha cuidado de não aumentar o embaraço da situação de qualquer maneira. Dê bastante atenção às pesquisas, estudos e esforços para encontrar a solução para os problemas que o preocupam», reza o seu horóscopo do dia da posse.

Miguel Torga, da sua barricada intelectual e oposicionista, interrogava-se: «Sem hábitos de liberdade e aliviados da canga do opressor, que alimentava em nós, apesar de tudo, um salutar complexo de Édipo, a que outra razão de luta iremos pedir energias? Por quem substituiremos o pai tirano que combatíamos?», escreve.

Para Adriano Moreira, esse é o tempo dos homens que fugiram «das vacas magras» e andam «pelos postos da nova viradeira, a lavar as mãos do passado com o ar de nada terem a ver com as dificuldades do presente». Segundo o ex-ministro do Ultramar, viver-se-ão, a partir daí, os tempos de reinação dos homens que foram obtendo «proveitos dos tempos das vacas gordas», além de concessões, empregos, facilidades. «A corrupção da alegria», no seu esplendor.

Exonerado, Salazar sujeitara-se a ficar sem salário e desamparado financeiramente numa altura em que as

despesas hospitalares subiam em flecha por causa da sua doença. Mas o novo Governo, não podendo legislar um fato pronto-a-vestir para a figura, desenrasca uma solução, aprovando um diploma que salvaguarda o passado... e o futuro: dez anos de governo exercidos sem interrupção passam a dar direito a um vencimento vitalício, que não pode ser acumulável com outro.

O Estado assume ainda a responsabilidade pelo internamento hospitalar de Salazar, honorários clínicos e demais gastos médicos, despesas, que à época, atingiram os 5,6 milhões de escudos, um valor que hoje seria superior a 1,5 milhões de euros.

António de Oliveira Salazar vivera os meses após o AVC sem noção de coisa alguma, prostrado na mesma cama do quarto 68, na clínica da Cruz Vermelha, sacudido por altos e baixos.

Após o coma, sofrera várias complicações graves: alterações metabólicas, insuficiência renal, outras de natureza cardiovascular.

Nem sequer percebera a sua substituição por Marcello Caetano que, numa visita à casa de saúde e já investido nas novas funções, desafiara os serviços, de forma seráfica, a passarem para segundo plano os cuidados e atenções com o seu antecessor: «Não sacrifiquem os serviços hospitalares a que pertencem os médicos auxiliares, que aqui fazem os turnos, na vigilância de complicações súbitas, quando o doente vai morrer, em prejuízo dos doentes de urgência que podem aparecer nos serviços hospitalares e que é preciso salvar», dirá o novo Presidente do Conselho.

Salazar vive o ocaso da vida, um lusco-fusco de realidade.

Tem a existência suspensa por fios, tubos, máquinas, cuidados.

Mas não perde o sentido de humor. «Não vai conseguir nada, eu tenho a língua curta!», reage, quando o

otorrinolaringologista lhe faz um exame à laringe. Por vezes, dá sinais de melhoras, comenta-se que poderá até recuperar para lá das expectativas.

Enquanto isso, Eduardo Coelho e Vasconcelos Marques quase chegam a vias de facto por causa do acompanhamento médico do doente ilustre. Há um fosso entre eles. No diagnóstico e nos procedimentos, mas também nos feitos.

O médico pessoal de Salazar indigna-se com a postura dos ministros, do chefe de Estado. A Secretaria de Estado da Informação recorre à censura e impede que os boletins médicos se refiram a melhorias no estado de saúde do governante substituído. Só interessam as notícias sobre a sua incapacidade e impossível recuperação. Para a nova ordem, Salazar tem de «morrer» lentamente, mesmo que revele melhoras. Está em curso, segundo Eduardo Coelho, a estratégia do esquecimento, a encenação do último capítulo de vida do homem cuja situação clínica não pode nem deve alimentar esperanças e conjeturas sobre o seu regresso: «O Governo não quer que se saiba que o Dr. Salazar tenha recuperado extraordinariamente, tanto da motricidade dos seus membros, como do seu cérebro e da sua mente? Onde estamos nós? Num país de doidos? De débeis mentais, já se sabia, mas com tanta maldade não supunha», dirá Eduardo Coelho ao ministro do Interior, Gonçalves Rapazote.

Entra-se em 1969 e Salazar volta a ter noites agitadas.

Exalta-se e impacienta-se: «Quero que a Maria mande vir um fato de casa», pede. «Quero ir embora», insiste. Américo Tomás visita-o e leva na memória a imagem de um homem «muito caído», com a «voz bastante fraca». A mente do velho ditador fraqueja, navega em

incertezas, lampejos de raciocínio. «Quando sair daqui, para onde vou? Não tenho casa, não tenho para onde ir. Para onde hei de ir?», questiona-se. Governantes de turno ainda insinuam que o antigo chefe do Executivo terá de deixar vaga a residência de Estado. Porém, até à sua morte, continuará a viver em São Bento, uma última concessão de Marcello Caetano.

Com a memória nebulosa para acontecimentos recentes, são os assuntos do passado que ainda iluminam os seus diálogos. Christine Garnier vem de Paris para uma visita que será de despedida e dois dedos de conversa, que muito a abalam. Para ela, o ditador morrerá ali: nunca mais falará em público do homem que retratou em livro.

Em poucas semanas, a convalescença de Salazar esmorecera na agenda mediática. Os jornais dedicam cada vez menos espaço ao seu internamento, findam as extensas reportagens à porta da Cruz Vermelha, o interesse noticioso segue agora o zumbido dos novos protagonistas, dos seus feitos e obras.

Sai de cena o ditador, esquecido e censurado ao sabor das diretrizes dos políticos da nova estação. Do governante de outrora resta o velho de Santa Comba, com certidão de óbito política ironicamente carimbada pelo mesmo regime que o elevou aos píncaros, incensado e idolatrado. «A restituição será feita a Deus que no-Lo emprestou durante quarenta anos de Providência e Governo», escreve a revista *Stella*, do Santuário de Fátima. «A luz apaga-se devagarinho como se a hora do descanso não tivesse ainda chegado...» A criação já não queria saber da criatura.

VIII

Shakespeare em São Bento

A 5 de fevereiro de 1969, Rosália Araújo viu entrar em São Bento a sombra do homem que conhecera anos antes, então ainda seguro dos seus movimentos, certo de raciocínio e com momentos de vitalidade. Agora, Salazar regressava a casa, amarrotado pelos anos e pela doença, mortiço no olhar, desconfiado de tudo e procurando decifrar ténues familiaridades nos rostos e cenários que o rodeiam.

Oscila entre um torpor profundo e frinchas de lucidez, o homem que nesse dia abandonara, numa ambulância, a clínica da Cruz Vermelha. Estavam dez graus à sombra e um sol brilhante num céu azul límpido, quando Eduardo Coelho ordenou o transporte do doente.

Salazar vai no banco de trás, envolto em mantas.

Segundo o médico, deixara a cama do hospital «com uma disposição magnífica». Franco Nogueira vê-o, pelo contrário, «muito diminuído fisicamente», paralisado e incapaz.

Abatidas, as criadas olham o farrapo humano que, de cadeira de rodas, regressa a casa. «Ele parecia uma pessoa fora deste mundo», recorda Rosália.

À sua espera, Salazar tem ainda o ministro Gonçalves Rapazote e o diretor da PIDE, Silva Pais. O velho ditador

está baralhado, confuso.

Sem sair da cadeira de rodas, percorre o primeiro andar, o mais íntimo, e dá umas voltas no jardim e no lago, estranhando, num primeiro momento, o local onde se encontra.

«Que diacho, parece tudo diferente!», desabafa.

Horas depois perguntará pelo «livro encarnado». À partida, parece mais uma questão sem sentido, sintoma da sua debilidade. Mas Paulo Rodrigues, secretário particular, percebe onde ele quer chegar: Salazar procurava as suas agendas diárias, pequenos livrinhos de capa vermelha, nos quais anotava sínteses e comentários do seu quotidiano de trabalho.

Nas primeiras semanas, os rituais do antigo governante pouco diferem dos seis meses passados na Cruz Vermelha. É observado diariamente por Eduardo Coelho e várias enfermeiras revezam-se nos cuidados ao longo das 24 horas de cada dia.

Rosália é a mais nova das empregadas e a mais forte fisicamente. Por isso, a sua ajuda é solicitada com frequência, anda sempre num virote. Salazar é submetido a várias drogas e terapêuticas, exercitam-lhe alguns movimentos, para ver como reage. Tem o lado esquerdo paralisado, está praticamente cego de uma vista. As noites são de insónias, dorme aos bochechos.

Alienado, silencioso e distante boa parte do tempo, tem, todavia, cintilações que o trazem de volta à realidade, num claro-escuro de curta duração, como se um interruptor o ligasse e desligasse do convívio dos outros.

Mas há relatos surpreendentes.

Cerejeira visita-o por esses dias. Conversam durante uma hora. «Mas que diferença! Que recuperação!», espanta-se o cardeal-patriarca. «Se o não tivesse visto

como vi, tão doente, não acreditava! Estivemos a conversar sobre os problemas atuais da Igreja, quantos ensinamentos ele me deu», admitira a Eduardo Coelho.

Nos dias mais prazenteiros, Salazar dá passeios de automóvel pelos arredores de Lisboa, acompanhado por velhas amigas, pela governanta e um par de enfermeiras que sempre o ampara.

Rosália empurra a cadeira de rodas, dando voltas com ele nos jardins da residência de São Bento. «Até nos tiraram uma fotografia, que ele ainda autografou para mim. Ele gostava muito que eu estivesse ao pé dele», conta a empregada.

Salazar passa tardes no cadeirão.

«Chame-me a pequena», ordenava, amiúde, à governanta, que não disfarçava a contrariedade com o pedido.

Rosália sentava-se então ao lado do ditador, no escritório, a contar episódios e histórias divertidas de Favaios, que ele adorava ouvir, rindo-se a bom rir, sem se cansar das repetições. Passagens que Rosália guardara desde menina. «Contava muito a história do burro branco. O meu pai tinha um desses animais, já velho, que, a dada altura, estava cravejado de piolhos. Então um dia disseram-lhe: “sabe como é que saem os piolhos do burro? Unte-o com petróleo”. O meu pai, de tão inocente que era, pegou num talo com petróleo, untou o bicho e chegou-lhe o fogo. Eu era miúda e ainda me lembro de ver o burro a arder. Corri a chamar a minha mãe que abafou o bicho com um cobertor e ainda ralhou ao meu pai», sorri Rosália, recordando «as gargalhadas que o senhor doutor dava».

O Presidente da República fora posto ao corrente dos riscos que Salazar correria se soubesse toda a verdade sobre a alteração governativa verificada em consequência do seu apagão mental.

Em São Bento, pelas mesmas razões, a dona Maria impusera um segredo de Estado: Salazar não pode saber que foi substituído na chefia do Governo, deve pensar que ainda governa.

Em privado, encena-se um poder que já não existe, enquanto a morte não vem. É um quotidiano sórdido, seguindo um guião teatral por vezes cómico e despuorado, em nome de um bem maior: proteger o doente da verdade, adiar-lhe a consciência da sua condição e circunstâncias.

As empregadas recebem ordens para representarem conforme o estabelecido. «Fingíamos todas, tínhamos de esconder. Não podíamos comentar fosse o que fosse à beira dele», lembra Rosália.

Os jornais são-lhe lidos por senhoras amigas com a preocupação de ocultar os artigos e notícias que reflitam a realidade política vigente. José Manuel da Costa, chefe de gabinete de Salazar nos anos de 1940, antigo diretor do *Diário da Manhã*, oferecera-se também, durante uma visita, para fazer a revista de imprensa em voz alta. O ditador agradece, não sem remoque. «Estas senhoras também mos leem, mas sem grande critério: leem-me notícias que não interessam nada».

Convenhamos: as notícias que interessam também não aparecem refletidas na maioria dos noticiários, apesar de um ligeiro suavizar da censura.

Aquele será o ano de críticas ao regime vindas dos meios católicos, fartos de serem «cúmplices de uma conspiração de silêncio» à volta da Guerra Colonial. Haverá surtos grevistas e a submersão de Coimbra numa revolta universitária e na desobediência cívica, com prisões de estudantes à mistura, contestação que contagiara também Lisboa e Porto. Será o ano do II

Congresso Republicano de Aveiro, mas também do regresso do bispo do Porto e de Mário Soares do exílio, duas concessões de Marcello Caetano.

Em São Bento, ministros simulam ir a despacho, fazem de conta que escutam ordens, sugestões, planeamentos. Américo Tomás finge o espírito das reuniões entre ambos. Diplomatas são recebidos como se aguardassem diretrizes. Nas breves ocasiões de lucidez, Salazar reflete sobre acontecimentos políticos internacionais com a sabedoria e a intuição de sempre. «São invocados assuntos ou problemas do passado – um ou dois anos antes da queda – e Oliveira Salazar então aproxima-se, adere, discorre com quase normalidade: a memória é pronta e fiel, o raciocínio é claro, a lucidez não tem falhas aparentes», regista Franco Nogueira. Mas o presente, a atualidade são, para ele, alçapões onde, com frequência, mergulha indefinidamente, atingido por anestésias de espírito e abismos sem qualquer possibilidade de resgate para as conversas daqueles que o rodeiam.

À mesa, sentam-no com esforço e cuidado extremo.

Os braços sem forças, o corpo sem energia, Salazar é um ser vivo quase inerte, que mastiga sem apetite, nem gosto, um nico de vagens, uma rodela de fruta. No entanto, assalta-o preocupação antiga, remoída: quando e como voltar para Santa Comba para o descanso final da existência? E a mobília: vende-se? Mas quem quer os trastes arrumados em Lisboa, que de outros já a casa das Ladeiras está atulhada? Melhor seria despachá-los num leilão em hasta pública, mas quem os comprará, se «não valem um pataco falso e furado?» A ironia é breve, vem e vai. «Depois, entra a noite no espírito de Salazar», que é já um despojo humano. «Fica ausente, alheio, mudo, muito longe, apenas existe», retrata Franco Nogueira. «A atmosfera da sala sufoca e esmaga, povoam-na fantasmas, há

drama escrito nas coisas, o tempo imobilizou-se», descreve o antigo ministro.

Íntimos, amigos e colaboradores questionam-se: o que é que Salazar conhece ou desconhece? Saberá ele, sem o dizer, que já não governa? Saberá que o substituíram? Sabendo isso, aceitaria manter-se na mesma casa, com regalias de Estado e exposto a tal afronta? «O senhor doutor pensava que ainda estava a comandar o País. Por vezes, nem sabia onde se encontrava», assegura Rosália, recusando admitir que o patrão alguma vez tivesse lucidez suficiente para entender o que acontecera.

Paulo Rodrigues, no entanto, acreditava no disfarce.

Para o secretário particular, Salazar fingia a sua condição, para melhor se aperceber do que diziam e faziam com ele. Saberia tudo, mas o estado de morbidez impedia-o de encarar a verdade, enfrentar o ridículo. «Você está bem acompanhado nessa opinião. A minha mulher também pensa assim», dir-lhe-á Franco Nogueira. O ministro, porém, não tinha «a menor dúvida» de que ele «ignorava em absoluto que já não era Presidente do Conselho». Admite que Salazar, «num instante de lucidez», pudesse compreender a situação real, mas, na verdade, não tinha consciência «da gravidade da doença». Perdera a noção do tempo, não se apercebera «das diminuições mentais que tinha sofrido».

Os episódios sucedem-se, ajudando a formar a sua convicção: «Calcule o senhor que as enfermeiras me obrigaram hoje a andar nos jardins, debaixo de chuva, e com uma pessoa atrás, de chapéu de chuva aberto!», comenta o ditador, em conversa com Franco Nogueira. «Já viu o que há de ridículo em o Presidente do Conselho andar a passear com chuva e de sombrinha aberta?», interrogara-se, a rir.

Costa Brochado, velho amigo, nunca ficara convencido.

Conversas mantidas entre ambos inclinavam-no para a tese de que Salazar percebera, «em súbitos clarões de lucidez», que Marcello subira ao poder. «Via isso num segundo, mas no segundo seguinte já de nada se recordava.» Se assim não fosse, advertira, «todos os que o conhecemos bem sabem que ele seria incapaz de continuar vivendo na residência oficial do Presidente do Conselho, a receber o vencimento de chefe do Governo e a aceitar a pensão vitalícia que o Governo de Marcello Caetano lhe arbitrou, contra toda a nossa tradição política», escreverá Costa Brochado, nas suas memórias.

Os médicos, porém, são categóricos: Salazar vive noutra realidade.

A doença afetou-o com tal gravidade que não sabe, nem pode saber, que já não é chefe do Governo.

É férreo, pois, o controlo das entradas e saídas de São Bento.

Escasseiam os contactos com o morto adiado.

«A dona Maria não deixava que houvesse muitas visitas, nem toda a gente lhe servia. Só entrava quem estivesse guardado no peito dela. Pessoas que iam lá de propósito para vê-lo, ficavam à porta. Ela dizia que o senhor doutor estava a descansar, inventava desculpas. Quando ele percebia, ficava muito triste», explica a antiga criada, sem contudo esquecer atitudes em sentido contrário. «Quando o senhor doutor deixou de ter saúde, pessoas que eram visita habitual e muito dadas deixaram de frequentar a casa. A dona Maria queixava-se muito disso.»

Nessa altura, a governanta ainda autoriza, por insistência de Rosália, a visita de uma conterrânea.

Padeira em Favaios, dona Adélia pedira para ver o «senhor doutor» em vida. Leva uma mala de cartão, atada com um baraço, recheada de vinho, moscatel e aperitivos. «Eu tenho muitas padarias, mas estão em sítios onde não dão nada», lamenta-se a idosa em conversa com Salazar, pela tarde. «Diz-me o que tens e onde», responde-lhe o doente, sentado no cadeirão, com a manta nas pernas.

Na madrugada de 28 de fevereiro de 1969, um tremor de terra sem paralelo desde o terramoto de 1755 sacode Lisboa, arredores e toda a zona sul do País. Instala-se o pânico entre a população.

Há mortos, dezenas de feridos, desalojados, estragos avultados, cortes de energia elétrica. Centenas de casas ameaçam ruína, algumas desmoronam-se. Aldeias desmontam-se como legos. «Era como se o mundo fosse acabar», leu-se nos jornais.

Em São Bento, o sismo abana os candeeiros e apanha o ditador prostrado, entre lençóis, com as enfermeiras em volta. «Estejam quietas com a cama!», reagiu Salazar, emergindo por momentos dos confins da alma.

A poucos dias do final de março, o ditador ainda deita o olho ao festival da canção e à vitoriosa *Desfolhada*, de Simone de Oliveira, que Rosália e o restante pessoal da casa acompanham pela televisão sem perder pitada.

Mas, em abril de 1969, Salazar cumprirá 80 anos e é já, por esses dias, uma figura de pé de página, atirada num ápice para o baú do regime.

Tirando a imprensa estrangeira e uma ou outra referência numa publicação de província, escasseiam as notas jornalísticas sobre os boletins médicos e o seu estado de saúde.



A 28 de abril de 1969, Salazar festeja 80 anos. No País, há greves, manifestações, lutas por liberdades. Dentro de casa, o ditador sopra as velas de um tempo que se apaga, rodeado de amigas e das criadas. Rosália é a segunda a contar da direita, atrás, de blusa branca.

Em Portugal, caiu o silêncio, a penumbra, sobre a vida política e pública do ditador. Nos últimos meses, os bastidores ainda haviam registado enredos e polémicas envolvendo salazaristas e figuras da nova fornada de governantes, mas a intensidade dos folhetins amainara.

Só as intrigas em torno do acompanhamento médico continuam encrespadas. A rutura entre clínicos divide ministros, arrasta o chefe do Estado, gera trincheiras. Eduardo Coelho é acusado de «sequestrar» Salazar. Este defende-se, diz ser o contrário: ele é que está sequestrado pelo regime. Os ministros têm entrada franca em São Bento, continuam a ser autorizadas

visitas pessoais com dia e hora marcada, com exceção da equipa de cirurgiões que acompanhara Salazar na Cruz Vermelha, impedida por Eduardo Coelho.

O médico queixa-se de censuras ao seu trabalho e à divulgação pública da evolução do estado de saúde do ditador, que já nada dita. Os jornais chegam a ter as notícias prontas, mas nada se traduz em letra impressa. Dizem-lhe do *Diário da Manhã*: «Não veio ordem para se publicar o seu comunicado.» Gonçalves Rapazote, ministro do Interior, com responsabilidades pela PIDE, desabafa diante do médico pessoal de Salazar, de Maria de Jesus e do banqueiro Manuel Espírito Santo: «São coisas do Moreira Baptista», justifica, referindo-se ao subsecretário de Estado da Presidência do Conselho e secretário de Estado de Informação e Turismo. «Dá-me sempre a impressão de que tem os neurónios untados de sebo», ironiza Rapazote.

Enquanto isso, é imposta por Belém ao médico assistente uma segunda visita de Houston Merritt, neurologista norte-americano, para observar Salazar. Contrariado, Eduardo Coelho cede ao «interrogatório», que inclui os membros da equipa médica com quem entrara em conflito. O doente aguenta 70 minutos de perguntas, algumas das quais sobre política internacional. Fala do Médio Oriente, do Vietname e do presidente dos EUA, Eisenhower.

Mas há também um desfile de respostas vagas, ao jeito de «não sei» ou «não conheço», sobretudo em temas de maior atualidade. «Não há direito de vir um homem “tão eminente” da América e fazer-me perguntas para as quais eu não estava preparado. Isto poderia até provocar implicações políticas», comenta Salazar ao amigo Bissaya Barreto, antigo professor de Eduardo Coelho em Coimbra.

Este vê nas palavras do seu doente um «avivar das faculdades críticas». Para ele, «é digna de nota a ironia

cortante, esmagadora, com que Salazar comenta certos eventos e visitas que recebe. E o sorriso com que liquida atitudes ridículas». Enfim, resume, «autênticos fantoches diante de um homem superior».

O antigo chefe do Governo, porém, encerra-se em angústias, estampadas no rosto. «Posso saber por que é que o Senhor Presidente está tão triste?», pergunta uma enfermeira. «Porque sinto que já não posso trabalhar como eu desejava», lamenta-se Salazar.

Entretanto, é divulgado o relatório do norte-americano Merritt. Saíra de Lisboa «impressionado» com as melhoras do doente. Mas o diagnóstico reforça a sentença que já todos conhecem, embora alguns ainda recusem as evidências: «A memória para os factos ocorridos antes do traumatismo craniano é boa, mas está perdida para os que se verificaram durante o período mais grave da doença e é deficiente em relação aos factos recentes», escreve o neurocirurgião sobre Salazar. «É possível que se verifiquem melhoras nos próximos meses, mas a sua idade é um fator que impede um completo regresso à normalidade.»

O enfermo retoma, porém, alguns movimentos dos braços e pernas.

Mas só consegue andar amparado.

Mantém conversas fluentes com aqueles que o visitam, partilha recordações sobre as graças e desventuras do pai sentado na poltrona, após o jantar. Lê e escreve corretamente, embora por vezes trémulo, continuando sem acesso aos jornais. De vários cantos do mundo chegam desejos de melhoras, telegramas, cartas, correspondência variada. A governanta agradece com cartões de Salazar, que o ditador assina pelo seu punho. Também atende telefonemas de jornalistas. «Como está o nosso doentinho?», perguntara certa vez, simulando familiaridade, José Carlos de Vasconcelos, repórter do *Diário de Lisboa*. «Hoje já fez chichi...»,

respondera Maria de Jesus, intercalando a «novidade» com banalidades sobre o que lhe fizera para comer e as fadigas da sua rotina.

A 27 de abril celebram-se 41 anos da entrada do antigo professor de Finanças para o Governo. Na sequência de uma sessão para assinalar a efeméride, em que participam poucos ministros e figuras datadas, a imprensa recoloca Salazar na agenda, mas o tom é memorialístico, meras impressões sobre a figura de um tempo acabado.

O Presidente da República já o assinalara semanas antes, no seu estilo atabalhado, mas sem meias palavras, enquanto inaugurava uma exposição na Gulbenkian: «Salazar foi uma pessoa praticamente ímpar na nossa terra e digo foi, porque precisamente é, infelizmente, já um homem do passado.»

Por momentos, brasas de saudosismo reacendem das cinzas, agitadas por salazaristas que tentam atestar, com insensatez e sem piedade, a vitalidade do doente. Mas são fogachos com o seu quê de insensatez sebastianista, fogueiras de vaidades. Quem governa deseja, isso sim, mostrar, de uma vez por todas, que Salazar é um inválido, «uma ruína física». Segundo Franco Nogueira, recorre-se «a propósitos políticos sem grandeza e até cruéis sem o querer».

O dia 28 de abril, data de aniversário de Salazar, será, a esse respeito, a lápide que faltava. Por essa altura, no País, há romagens a Fátima. Em São Bento, há bolo, a visita de Cerejeira, flores vindas de todo o lado. Estudantes de Coimbra descem à capital para confortá-lo e cantar. Salazar manda servir um vinho do Porto, com tantos anos como aqueles que celebra. «Quando é bom torna-se muito melhor à medida que envelhece.

Quando não é bom, piora com a velhice», comenta, perante a audiência de capa e batina.



Amparado por polícias, num esforço hercúleo, Salazar assoma à varanda de São Bento. O povo invade os jardins para lhe dar os parabéns. Na varanda ao lado, Rosália é a última da direita.

Os portões da residência oficial são abertos a curiosos e conhecidos na esperança de que o octogenário possa, pelo menos, acenar à varanda. Ele acede e surge à janela do primeiro andar. Na varanda do lado, Rosália observa o esforço hercúleo. «Agarrado por dois polícias» e amparado por enfermeiras, Salazar dá dois passos, sorri, acena a quem o aplaude e incentiva, e volta a recolher-se, para se sentar na cadeira de rodas especial, oferecida pelo banqueiro Manuel Queirós Pereira.

A Emissora Nacional e a RTP rumam a São Bento.

Durante o dia prepara-se transmissão especial para mostrar Salazar ao País, após longa e periclitante

ausência. O pessoal da casa fica assarapantado com o aparato de câmaras, fios e luzes, coisa nada costumeira por aquelas bandas, sempre austeras e pouco dadas a exibicionismos.

Débil, amachucado e taciturno, Salazar veste um fato creme, camisa branca, põe os óculos. «Foi preciso agarrá-lo, compor-lhe os braços, pois ele já não tinha forças e tremia muito», explica Rosália.

A criada está por perto, à esquerda do ditador, para qualquer eventualidade. O corpo frágil de Salazar afunda-se na poltrona favorita, preta e forrada a couro, assente em pequenos suportes de madeira, para dar mais altura. Por cima da cabeça, o aniversariante recebe a luz direta de um abajur de metal.

Diante dos olhos, num suporte reclinado como se olhasse uma partitura, Salazar lê, apenas com a vista direita, a folha com o pequeno texto que preparara, seguindo as linhas com o indicador, trémulo, em riste. «O número de pessoas que se interessaram pela minha saúde e vida, quando gravemente comprometidas, comoveu-me profundamente», começara por dizer, com uma voz que parece vinda do além, continuando: «É a primeira vez que me apresento em público e não podia deixar de ter no meu espírito toda essa manifestação de amizade, carinho e interesse para lhe render o tributo da minha gratidão. Deus foi infinitamente bom para com as nossas súplicas e demonstrações de aflição. Pedimos-Lhe que nos continue a ajudar e a proteger.»

São dois minutos e uns quantos segundos fatais.

As imagens que chegarão a casa dos portugueses não deixam mais margem para dúvidas: Salazar é *aquilo*. E é precisamente *aquilo* que os novos senhores do regime pretendem mostrar ao País: um discurso fúnebre, lido por um homem exposto na sua decadência mental e física, fantasma de uma época. Uma «segunda morte» encenada de forma maquiavélica que «mostrava um

pobre velho doente, confuso e balbuciante», dirá o investigador e escritor Jaime Nogueira Pinto.

Logo se comenta o acontecimento, avançam-se teorias conspirativas: a perfídia fora orquestrada nos corredores do Governo, tendo os órgãos de informação do Estado colaborado na montagem. O presidente da RTP, Ramiro Valadão, é suspeito de preparar a encenação degradante do enterro público de Salazar com a bênção de Moreira Baptista, o titular da pasta da Informação e, talvez, do próprio Marcello Caetano.

O médico Eduardo Coelho recebe de Bissaya Barreto a informação confidencial de que alguém da administração do canal de televisão fora demitido dias antes «para que pudessem manobrar à vontade o filme de Salazar», deteriorando a imagem o suficiente para dar ao ditador um aspeto de grande fraqueza. Na verdade, nem era preciso, mas ter-se-á carregado nas tintas.

O antigo chefe do Governo é exibido numa postura que roça o patético pela propaganda do mesmo regime que durante décadas, com idêntico refinamento e servilismo, maquilhara as suas palavras e gestos para consumo interno. Os últimos minutos de Salazar vivo mostram um cadáver adiado, hesitante, gaguejando entre frases, soturno, caquético. O amigo Sollari Alegro guardará desse dia uma outra gravação, de 8mm, na qual, apesar da evidente debilidade, Salazar surge mais «saudável» aos olhos dos espetadores que mais choram a sua ausência.

Mas findara-se o mito, algo que não precisa ser explicado.

A nostalgia e as ilusões de um regresso perdem-se definitivamente nas trevas. Salazar é indiferente, Marcello torna-se indiscutível, dono do seu tempo, quase sem passado. É ele o portador de esperanças que pretendem extinguir, de vez, a lembrança, a fama e o

prestígio de uma figura que os novos gestores de problemas velhos querem ver desvanecida, rapidamente e em força.

Desde o início desse ano de 1969 que o pequeno mundo português mudara, só os irredutíveis não tinham percebido.

Em janeiro, a RTP estreara «Conversas em Família», um programa em que o novo chefe, Marcello Caetano, «entrava» em casa dos telespetadores «sem formalismos, nem solenidades», com a afabilidade e a candura de um parente próximo. Mudara o governante, mudara a televisão, agora mais apetecida e acessível às massas.

Para trás ficara um tempo mediático enfadonho, cinzento e monocórdico, conduzido e vigiado com rédea curta.

As «conversas» de Marcelo representam a inovação da propaganda do regime e a sua suposta modernidade, mais conforme com a retórica da primavera aberta da ditadura. A nação, na sua maioria desgraçadamente analfabeta, pobre e resignada, continuaria a viver um quotidiano a preto e branco, mas Marcello falava de uma realidade «a cores», o que, em si, já era uma novidade.

Em São Bento, sucedem-se os capítulos da narrativa de faz-de-conta.

Salazar é escondido do País e o País dele.

Mas percebe «com uma clareza espantosa» a verdade sobre a sua degradação física.

Bissaya Barreto insiste, em desespero, que se obrigue o doente a trabalhar, ler, escrever e pensar. Eduardo Coelho teme as consequências de um tal esforço, por causa da fadiga, embora concorde ser tempo de pôr Salazar a par do mundo exterior, «com a leitura dos

jornais, sem peias ou esconderijos». A solução «é política», ultrapassa o «ato médico».

Mas a pantomina segue o seu curso.

Um ministro vai a São Bento pedir autorização a Salazar para viajar até Londres. Maria está à cabeceira do ditador, deitado na cama. Encosta a cabeça ao seu ouvido e repete a pergunta do ministro. O doente não responde, nem um lábio mexe. «Vossa Excelência pode ir, o senhor doutor autoriza», responde a companheira de décadas, mantendo a farsa.

A governanta tenta dar sinais a Salazar, nas entrelinhas.

Convencê-lo a «deixar o cargo», aproveitar o tempo no Forte de Santo António do Estoril e depois rumar de vez a Santa Comba, «tratar-se e descansar». Salazar escuta as palavras de Maria como se nada fosse. «Quem é que virá para o meu lugar? Quem é que o chefe do Estado iria encontrar?», interroga-se.

No seu mundo, ainda governa.

Mas outros tentam precaver o inevitável.

A 14 de maio, pelas seis da tarde, Costa Brochado aparece na residência oficial para falar com a governanta. Quer saber se está tudo bem, se precisa de algo. Maria não contém o choro, agarrando as mãos do secretário-geral da Assembleia Nacional, que pergunta pelos «diários» de Salazar e os papéis particulares.

A governanta havia tido uma conversa a respeito desses assuntos com o Presidente da República. O encontro correria mal. O almirante Américo Tomás aconselhara Maria a deixar sair os papéis de casa, não fossem eles desaparecer. Ela discordara: afinal, justificou, se o palacete esteve guardado, e bem, pela polícia, durante décadas, bastaria manter tudo como estava. «Ora a minha vida! O que me havia de acontecer!», reagirá o chefe do Estado, pondo-se a caminhar para trás e para diante na sala. «Nem aos

piores inimigos eu desejaria que acontecesse o que agora me acontece a mim», lastimara, virando-se depois para a «patroa» de São Bento. «Olhe, faça o que quiser... pois fique lá com os papéis». E fim de conversa.

Na sequência do episódio, Maria mandou substituir as chaves do arquivo, prevenindo a eventualidade de serem usadas outras, sem o seu conhecimento, existentes na secretaria da Presidência do Conselho. Costa Brochado, esse, recomendara que guardasse os papéis particulares de Salazar, afastando-os de olhares curiosos. Em caso de aflição, deveria aconselhar-se com Cerejeira. «Não pode confiar em mais ninguém», advertiu-a. O dirigente aproveitaria a visita para cumprimentar Salazar, mas este confundira-o com o ministro do Interior. Corrigido pela governanta e pelo próprio, o doente desculpara-se. «Olha os meus olhos! Se tivesse ouvido a voz, logo o reconheceria...»

Costa Brochado ainda não sabe, mas nunca mais voltará a vê-los.

No jardim, a caminho da rua, encontrara o motorista Furtado, de quem tentara obter eco de alguma esperança. «Encontrei o Senhor Presidente melhor do que supunha», deixara cair, ansiando pela reação do interlocutor. «Não se iluda, senhor diretor! Ele mija na cama e borra-se todo!», esclarecera, imperativo, o motorista.

Nos meses seguintes, Salazar continuará protegido, numa redoma. Resguardado de indiscrições, mimado pelos íntimos, confortado nos bons e maus momentos. Maria de Jesus massaja-lhe os pés, que lhe doem com frequência. «É preciso que venha o calista para o tratar», sugere ela. «Mas que eu esteja bem sentado»,

resmunguava ele. «Não numa cadeira como a outra da qual caí...»

Micas visita-o, promete voltar: «Vem sempre porque daqui a pouco já não me encontras.»

Maria é pressionada por amigos e conhecidos a desvendar o que o doente ainda não sabe. Chorosa, descarta-se: o assunto não é da sua competência, que o faça quem pode e manda, insinua.

Mas o deslize de uma terapeuta em São Bento sobre o afastamento de Salazar do Governo, deixa-o de rastos. Segue-se uma madrugada às claras, péssima, com o ditador em «grande sofrimento» e «grande tristeza», segundo Eduardo Coelho.

O estado em que o ditador se encontra atira para o limbo preocupações comezinhas, que tanto o apoquentavam. Lacunas que, nele, não seriam admissíveis num estado normal.

Desde que fora internado, Salazar deixara, por exemplo, de entregar à governanta dinheiro para as despesas da casa e pagamento dos ordenados ao pessoal. Nem se lembrava de tal. Maria tentara por vezes desafiá-lo a fazer contas, coisa que ele prometera resolver «logo que pudesse ir para o escritório».

Perante as insistências, Salazar recordara, entretanto, a existência de uma pasta verde, guardada numa das gavetas do seu escritório improvisado no Forte de Santo António do Estoril. Quando a procura, Maria encontra dinheiro dentro de um envelope.

Os lampejos de Salazar têm dias.

Na sua cabeça, baila por vezes o desconforto por não se ver a trabalhar. Mas falta-lhe a vontade, escasseia o discernimento, impõe-se o cansaço. Imagina que tem de concluir relatórios, condecorar oficiais pelo «Dia da Raça» ou informar ministros sobre «determinados assuntos».

Exige ser posto ao corrente de viagens, contactos, novidades, mas logo se esquece. Pelo meio, sobressalta-se com o facto de não ter ainda pago os honorários aos médicos que o rodeiam.

Deixa-se levar, silencioso e distante, por momentos de saudade, quase reclamando memórias que o afaguem. «Anda, vai ali mostrar-te ao senhor doutor», incitava a governanta virando-se para Rosália, quando «a pequena» ia ao cabeleireiro aperaltar-se. «Eu tinha o cabelo comprido e ele gostava que eu fizesse dois carrapitos. Recordava-lhe a mãe.»

Se a criadagem tinha algo em comum com Salazar era, nessa altura, o desconhecimento do que se passava no mundo exterior. No caso dele, essa fora uma prescrição médica, depois política.

Nos diálogos e nas visitas, havia que congelar o tempo em que ele vivera para que pudesse sobreviver. Para lá dos muros de São Bento, nem Portugal nem o mundo paravam, cada vez mais agitados, reivindicativos, sedentos de liberdade. Mas às empregadas da residência oficial também não chegavam os ventos de mudança que abanavam a sua própria condição.

Rosália desconhecia a Obra de Santa Zita, apostada na previdência e formação das criadas. Não sabia que monsenhor Alves Brás, fundador da instituição, aconselhava as mulheres associadas a verem na família que serviam a própria «família da Nazaré»: no patrão, São José; na «patroa», Nossa Senhora; nos meninos, o Menino Jesus. Nada saberá também da contestação pública à inexistência de uma lei que regule o serviço doméstico das criadas e serviçais, quando havia «leis até para os animais».

Em meados de 1969, a profissão está, na verdade, desprestigiada.

Da província, continuam a chegar raparigas dispostas a servir, mas logo que surge emprego melhor, saem porta fora. Segundo um inquérito publicado por essa altura, o ordenado médio de uma empregada doméstica nas principais cidades era de 800 escudos por mês, 400 nos meios mais pequenos, já contando com alimentação, alojamento e outros obséquios. Trabalha uma média de 16 horas por dia, sem contrato, nem qualquer proteção social. Quando sofre problemas de saúde, é quase sempre despedida, ficando entregue a si mesma.

Rosália só em parte pertence a este mundo.

Apesar de trabalhar há vários anos na casa mais importante do País, o seu ordenado mensal é, na verdade, uma gratificação que nunca ultrapassará os 300 escudos, dos quais só uma terça parte chegará à conta. «A vida era má, mas não havia outra para distinguir...»

O que não atravessava os portões do palacete, não existia. Dentro, requer-se uma dedicação extrema, incondicional.

Um manto de tristeza caíra sobre uma parte dos dias de Salazar. «Estou abandonado», desabafara perante Maria.

Em São Bento, onde Salazar por vezes vegeta, já não há enganar, nem se alimentam ilusões: a degradação da vida do «senhor doutor» é um caminho de sentido único: ida, sem volta.

IX

As últimas palavras

No verão de 1969, Roland Faure, jornalista francês, aterrou em Lisboa.

Era um velho conhecido de Salazar: entrevistara-o por mais de uma vez e, oito anos antes, escrevera para o *L'Aurore* um artigo que muito agradara ao ditador a propósito do desvio do navio *Santa Maria* por um grupo de resistentes antifascistas.

Desta vez, porém, o chefe de redação daquele diário da direita parisiense trazia na bagagem outro propósito: perceber os tempos de mudança em Portugal e entrevistar Marcello Caetano.

Faure era um homem considerado e respeitado nos gabinetes do regime.

Moreira Baptista, então na Secretaria de Estado do Turismo e da Informação, recebera-o por mais de uma vez, não lhe escondendo, no passado, a existência de «alguns problemas» com Salazar.

Mas agora respirava-se uma nova aragem e Faure buscava a primeira entrevista do Presidente do Conselho a um jornal estrangeiro. Desejo que Marcello Caetano satisfaria, convidando-o para um almoço no Forte de Santo António do Estoril.

Logo aí, o repórter francês percebera uma alteração nos rituais.

Apesar das muitas visitas que lhe fez na mesma residência de verão, nunca Salazar o convidara para almoçar, mantendo as formalidades e uma equilibrada reserva. Marcello revela, contudo, outra forma de comunicar e de se apresentar: convida o jornalista para um passeio junto ao mar e responde a todas as perguntas de âmbito nacional e internacional, com descontração e amabilidade.

O verniz só estalara quando Roland, já informado dos boatos que correm sobre o facto de Salazar ser mantido na ignorância quanto à sua situação real, confessa a intenção de se avistar com ele e questiona Caetano sobre as relações entre ambos. «Não tenho quaisquer relações com ele!», reagiu, ríspido, o chefe do Governo. «Algumas pessoas desejam que eu o encontre mas, para isso, eu exijo que as coisas sejam bem esclarecidas: tem de se lhe indicar claramente que o Presidente do Conselho já não é ele, mas sim eu», afirmara, desconfortável.

Por momentos, Caetano fica mal-humorado, tenso.

O jornalista percebe que não gostou da ideia de uma eventual entrevista a Salazar. Mas logo recupera a boa disposição e a entrevista prossegue.

O repórter do *L'Aurore*, porém, não desiste.

Os rumores sobre a «inocência» de Salazar quanto às ilusões em que o mantêm haviam chegado ao hotel onde o jornalista se instalara. Não se sabe ao certo como Roland Faure foi introduzido em São Bento e o próprio será, em duas entrevistas posteriores concedidas ao *Expresso*, contraditório. Em 1988, afirma que telefonara ao amigo Moreira Baptista para este lhe proporcionar um encontro com Salazar. Fê-lo sem grande expectativa, mas dias depois o telefone tocou. Afinal, o governante conseguira de Maria de Jesus a anuência para que visitasse o antigo líder do Executivo,

mas impunha-se uma condição: o jornalista teria de se comportar como se, de facto, Salazar ainda mandasse.

Em 2010, a sua versão é ligeiramente diferente: Faure apaga da memória a «cunha» a Moreira Baptista e confessa ter telefonado diretamente para a residência oficial, pedindo para falar com a «dona Maria», sabendo que as suas hipóteses eram escassas. «Disse-lhe que teria muito gosto em rever o doutor Salazar.»

Primeiro fez-se silêncio.

Depois, a governanta condicionou a autorização ao parecer do médico. A resposta demorou, mas veio: Faure podia aparecer em São Bento. A condição, essa, é igual à da primeira versão do jornalista: o entrevistado não podia, em circunstância alguma, saber que já não governa.

Às 18h45 de 20 de agosto de 1969, Roland Faure entrou em São Bento. Era o primeiro jornalista autorizado a ver Salazar depois do seu internamento, um privilégio que o leva a anotar todos os detalhes. «Pormenor pouco vulgar: nessa casa onde a marcha do tempo era tão metodicamente regulada, como os negócios do Estado, o relógio tem um atraso de vinte minutos», registara ele à chegada.

«As sete horas vão bater e o presidente chegará atrasado pela primeira vez. No entanto, a porta abre-se. Entra dona Maria, essa que outrora foi temida e ainda hoje é receada e que vela há quase meio século pelo Senhor Doutor. Os seus cabelos castanhos, puxados para trás, dominam um rosto de grande mobilidade que, quando ela fala, se quebra, todo ele em rugas furtivas», descreve o jornalista, rematando o perfil: «Criada balzaquiana que se tornou, devido à sua devoção, ao seu bom senso de camponesa, à sua incondicional dedicação ao patrão, a governanta do chefe do

Governo, dotada de poderes indefinidos, isto é, de uma influência não definida, mas incontestada.»

Maria recebe-o, amável e simpática. «Já a tinha visto várias vezes e falava bem francês», recordará, mais tarde, o repórter.

A governanta aproveita os breves minutos iniciais para traçar o quadro geral da situação: Salazar não consegue caminhar sozinho, nem com ajuda de uma bengala. Por determinação médica, está impedido de ler jornais, ver televisão e ouvir rádio. Dentro de certos limites, vai sendo informado de tudo através das visitas dos amigos. Maria volta então a lembrar o compromisso: o jornalista tem de colaborar na encenação «e não lhe revelar que já não é dono de Portugal».

Roland levava na memória uma imagem de Salazar longínqua, retrato de um homem de olhar vivo e sorriso sedutor, «uma bela figura de velho». Agora encontra-o na pérgula, ao fundo do parque, junto a uma buganvília, sentado numa cadeira de baloiço, sob um toldo, e aconchegado por almofadas. Do homem que conhecera sobra uma amostra macilenta, paralisado do lado esquerdo, vestindo um casaco branco, uma gravata preta e as botas do costume.

Está um belo fim de tarde.

O antigo chefe do Governo reconhece o jornalista à primeira, estende-lhe a mão, pede que se sente. Salazar deseja saber novas de França, mas parece estar a par de tudo: sabia que o general Charles de Gaulle abandonara o poder e que fora substituído, na Presidência da República, por Georges Pompidou. Aborda-se um pouco a política caseira, pela rama, e entra-se a fundo nos temas internacionais, sobretudo centrados na África portuguesa. Salazar desenvolve as teses habituais, sem descolorir os propósitos: resistir, resistir sempre. Às Nações Unidas, às pressões dos EUA,

ao perigo soviético no Mediterrâneo, no Atlântico Sul... e na lua. «Quem sabe», questiona, se «os russos» não tentarão utilizá-la «como base de agressão?»

Roland Faure escuta, atento, as reflexões do ditador. «Num francês impecável». Mas está ali com um propósito, uma estratégia arriscada e delicada: conseguir da boca do interlocutor a resposta à pergunta que todos fazem: saberá ele que já não é Presidente do Conselho?

O jornalista orienta, pois, a conversa nesse sentido. Quer saber até que ponto Salazar dirigiu os assuntos de Estado durante a doença, se todos os ministros lhe dão conta da marcha do Governo, se lhes dá todas as diretivas, se reúne ali o Conselho de Ministros, se escolheu todos os membros do Executivo e o que faria se algum se desviasse da política definida.

O doente responde sem hesitações.

Reconhecendo não estar completamente restabelecido, a sua única preocupação é a de «conservar força suficiente» para continuar nas funções que desempenha. Confirma continuar a receber os ministros nos jardins de São Bento - «é mais agradável» - garante que todos lhe prestam contas do andamento da governação e que as decisões se tomam, de forma coletiva e não por imposição sua, no Conselho de Ministros. Quem faltasse aos seus deveres ou alterasse as políticas definidas, teria o seu destino traçado, assegura o entrevistado, ensaiando um gesto negligente com a mão direita.

Os minutos escasseiam.

Roland Faure está há quase uma hora a tentar arrastar o antigo chefe do Governo para o terreno onde se possam dissipar todas as dúvidas e rumores. Em desespero, arrisca uma última pergunta, movediça, daquelas que fazem deslizar o compromisso a que dera a sua palavra. «Desde há algum tempo que se fala

muito de um dos seus antigos ministros, Marcello Caetano. Que pensa dele?», interroga.

Passam dez segundos de silêncio que parecem uma eternidade.

Salazar põe um rosto sério. Responde: «Conheço-o bem. Foi várias vezes meu ministro e aprecio-o. Ele gosta do poder: não para retirar quaisquer benefícios pessoais ou para a família, é muito honesto. Mas gosta do poder pelo poder. Para ter a impressão exaltante de deixar a sua marca nos acontecimentos», afirma o ditador, sem perder o fôlego: «É inteligente e tem autoridade, mas está errado em não querer trabalhar connosco no Governo. Porque, como sabe, ele não faz parte do Governo. Continua a ensinar Direito na universidade e escreve-me, às vezes, a dizer-me o que pensa das minhas iniciativas. Nem sempre as aprova – e tem a coragem de mo dizer. Admiro a sua coragem. Mas parece não compreender que, para agir com eficácia, para ter peso sobre os acontecimentos, é preciso estar no Governo.»

O jornalista francês fica em choque, incrédulo.

Estava ainda a digerir a resposta de Salazar quando a governanta aparece, pondo termo à entrevista. O «senhor doutor» tinha duas senhoras à espera e Roland Faure dispunha apenas de alguns segundos para as despedidas. Assim faz. No caminho do jardim para a residência, lança «um último olhar» ao perfil imobilizado de Salazar, assegurando-se de que «não estivera no palco fascinante de um teatro».

Mas acabara de viver um momento shakespeariano. Uma atmosfera irreal, dramática, trágica, em que um homem, já inválido, ensaia ainda um sopro de vida e recusa o fim, ao mesmo tempo que se vai extinguindo, sem dar por isso, arrastando com ele o peso de uma época, teatro de um «rei que não queria morrer», conclui Roland Faure.

Moreira Baptista, o amigo governante, é informado pelo jornalista do conteúdo do encontro. Fica estupefacto e percebe de nada valer tentar que a entrevista não saia.

O *L'Aurore* publicará a 5 de setembro de 1969 as declarações de Marcello Caetano. Na edição seguinte, de fim de semana, sai a conversa com Salazar, que o jornal titula como «um documento excepcional». O sucesso internacional está garantido, mas só a primeira entrevista é distribuída e comentada em Portugal. O autor dos artigos passa a *persona non grata* do marcelismo. O Presidente do Conselho nunca perdoará a desfeita a Roland Faure.

Para a História, esta foi a última entrevista de Salazar. Mas havia outra.

Ao princípio da noite de 11 de fevereiro de 1970, uma limusina preta, com chofer, estaciona à porta de um hotel de Lisboa. Chove e, como é habitual por esta altura do ano, escurecera cedo.

Uma mulher entra no automóvel e este dirige-se à Rua da Imprensa à Estrela. À chegada, ela fixa os muros altos que cercam a moradia. Sai e toca à campainha.

De uma porta lateral, surge um guarda que pede a identificação e pergunta ao que vem. Maria de Lourdes Brandão identifica-se: vive no Brasil, traz uma encomenda para Maria, a governanta. Mostra um embrulho com uma lata de goiabada. É convidada a entrar para um pequeno compartimento, dizem-lhe que espere.

Sucedem-se misteriosos telefonemas da entrada para o interior da residência oficial. Agentes da PIDE à paisana desconfiam do propósito da visita, parecem não estar convencidos de que a mulher seja quem diz ser.

Revistam-lhe a bolsa, pedem que abra o embrulho. Assim faz.

Volta a identificar-se, mostra o passaporte.

Mais telefonemas.

Pedem desculpa, «mas a ordem é para não deixar entrar ninguém».

A mulher argumenta que está ali para dar notícias a Maria sobre parentes ausentes. Passam 30 minutos. Os agentes ficam convencidos.

Acompanhada por um polícia, Maria de Lourdes atravessa o jardim fronteiro ao palacete. À porta, sem disfarçar o ar preocupado, algo aflito, aguarda a governanta de Salazar. «Como vão os irmãos?», pergunta. «Vão muito bem, trago aqui uma lembrancinha deles para a senhora.»

O polícia volta ao seu posto e as duas entram para uma sala mobilada com peças antigas. Maria usa um vestido de seda azul-marinho com desenhos pequenos em branco e um xaile lilás de lã rendada, feito à mão. Pergunta o que sucedeu à entrada, o porquê da demora. A mulher explica. «Pois é... Eles não querem que, lá fora, saibam como está o Presidente», comenta Maria de Jesus.

Eles quem? A pergunta não chega a ser feita.

As duas sobem umas escadas e, ao fim de um corredor, Maria de Lourdes entra para um salão. A lareira está acesa, há mesas de mogno com arranjos de folhagens e camélias, poltronas, livros, papéis, revistas, uma janela com reposteiros.

Em destaque, uma imagem da Virgem de Fátima, rodeada de rosas e cravos vermelhos, com um genuflexório em frente.

Sentado na habitual poltrona, junto a uma janela, com uma manta de lã xadrez sobre as pernas, está um homem de cabelos brancos, olhos pequenos, de fato elegante de casimira azul-escuro, camisa branca,

gravata com quadradinhos miúdos em vermelho e branco. O homem é Salazar.

Maria de Lourdes passara com distinção a primeira parte da encenação, com a cumplicidade da fiel governanta do antigo chefe do Governo.

Não, ela não traz novidades de parentes afastados, que nem sequer existem.

Não, ela não veio apenas entregar «lembrancinhas».

Maria de Lourdes é jornalista.

Nascera em Braga, filha de mãe brasileira e pai português. Aos 15 anos, a família rumou ao Brasil e por lá ficou. Trabalhara em conhecidas publicações daquele país e até na televisão. Na sua carreira entrevistara, entre outras personalidades, a Rainha de Inglaterra, o Imperador japonês Hirohito, os presidentes brasileiros Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, Amália Rodrigues e as atrizes francesas Brigitte Bardot e Martine Carol.

Um mês antes aterrara em Portugal com uma missão: entrevistar Salazar para a revista brasileira *Manchete* e o jornal *Voz de Portugal*, da comunidade portuguesa radicada na outra margem do Atlântico.

Tarefa complicada.

Na verdade, ela recebera a informação de que o antigo Presidente do Conselho estaria inacessível, quase sequestrado dentro da sua própria casa, talvez «a bem da Nação».

Era já datada de 31 de agosto a última fotografia da sua vida política aparecida na imprensa quando, no Estoril, recebera um grupo de professoras.

Desde então, Salazar fora visto apenas mais uma vez em público a 26 de outubro de 1969, simulacro de eleições gerais convocadas pela ditadura, embora com a participação, pela primeira vez, de três listas ligadas à oposição.

Nem sequer saíra do seu automóvel. A governanta e uma enfermeira acompanham-no nesse dia à Rua da Bela Vista, na freguesia da Lapa, em Lisboa, mas é a urna a ir ter com o doente ao carro, levada pelo presidente da mesa e fiscalizada por elementos da oposição.

Salazar vota, observado por alguns eleitores e curiosos concentrados no local, que lhe tributam um discreto aplauso.

Ele agradece, acenando.

Américo Tomás, Presidente da República, tentara a todo o custo evitar a cena. Por ele, Salazar teria ficado em casa e, com esse propósito, terá mesmo incumbido Silva Pais, diretor da PIDE, da missão «melindrosa» de convencer a governanta a resguardar o velho doente.

Mas Maria e algumas senhoras amigas de Salazar fazem orelhas moucas à sugestão e, com a concordância do próprio, decidem que ele sairia de casa para votar.

Desde esse dia que Salazar continuara resguardado na residência oficial, quase sem vontade própria e privado de visitas, cuja ausência estranha. A 19 de novembro escrevera mesmo a Américo Tomás. Admirado por não receber notícias do chefe do Estado e julgando-se ainda na pele de Presidente do Conselho, desafiara-o a convocar um Conselho de Ministros para analisar os resultados eleitorais.

A missiva, de «caligrafia incerta e linhas tortuosas», segundo Franco Nogueira, com uma troca do nome de um ministro à mistura, é toda uma evidência do seu desfasamento temporal e fragilidade mental.

Dez dias depois, reforçando a clausura de Salazar, Américo Tomás dará ordens à polícia que vigia e controla a residência oficial: sem autorização da Presidência da República, não entra viva alma.

Visitas marcadas são canceladas, o clima entre São Bento e Belém torna-se algo irrespirável. Governantes do Malawi ficam sem os rolos das máquinas fotográficas à saída e o polícia que autorizou a entrada paga em dobro o seu ordenado pela falha. «É preciso que venha pouca gente; deixe vir pouca gente», sugere um ministro a Maria.

Em Portugal, nada transpira para os jornais, a censura risca como dantes. Mas lá fora, a prestigiada *Time*, avançara, pelo menos, uma versão do ridículo: «O idoso e austero ditador António de Oliveira Salazar ignora ainda que foi substituído há 15 meses», escreve-se na edição de 19 de dezembro de 1969. «Até à data, ninguém em Portugal teve a coragem necessária para dizer ao octogenário que o seu reino de 36 anos terminou», prossegue a publicação, atribuindo à governanta e ao médico Eduardo Coelho a responsabilidade pela manutenção do segredo, «ilibando» o chefe do Estado. «Por diversas ocasiões, o almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás, Presidente da República Portuguesa desde 1958, tentou dar delicadamente a notícia a Salazar que, aos oitenta anos de idade, se encontra lúcido, mas semiparalisado. Mas, como confidenciou recentemente D. Maria a uma amiga, sempre que Tomás se dirige à residência do ex-primeiro-ministro em Lisboa, “com a firme intenção de lhe dizer a verdade, não consegue encontrar as palavras”.»

A verdade é uma: poucos dias antes da jornalista Maria de Lourdes entrar camuflada em São Bento, Salazar, mesmo afetado no seu juízo, chegara às suas próprias conclusões: «Não tem vindo cá nenhum ministro. Não me procuram. O que há?», pergunta à governanta, já depois de se deitar. «Admira-me porque o Presidente da República é meu amigo, quase tanto como foi o marechal Carmona...»

O «amigo», porém, já duvidava das suas capacidades: Salazar era «um homem com uma força de vontade espantosa e de envergadura extraordinária e isso ajudava a enganar, sobretudo quem estivesse fanaticamente predisposto no sentido de que ele podia voltar, totalmente, à forma antiga», escreverá o Presidente da República.

Com Salazar «sequestrado» e protegido da caricatura em que se tornara, as tentativas de Maria de Lourdes para entrevistá-lo naquelas primeiras semanas de 1970 são abafadas numa cortina de silêncio.

Nessas semanas, ela nem sequer chegara perto da *entourage* do antigo primeiro-ministro. Desanimara e estaria talvez a ponto de desistir quando, durante uma viagem a Braga, conhece um dos amigos íntimos de Salazar e de Maria: Nogueira da Silva, o fundador da Casa da Sorte.

O encontro revelar-se-ia uma lotaria para ela. «Nós, os verdadeiros amigos do Presidente, gostaríamos que se soubesse a verdade do seu estado de saúde», confessara-lhe o comendador minhoto. «Anda muita coisa encoberta que não interessa divulgar... Você pode prestar-nos esse serviço», admitira, prometendo ajudá-la.

A 10 de fevereiro, Maria de Lourdes recebe no hotel a indicação de que Salazar estará à sua disposição no dia seguinte. O motorista de Nogueira da Silva irá buscá-la ao final da tarde, mas é preciso um «disfarce»: dizer que vive no Brasil e que precisa de entregar a Maria de Jesus uma encomenda do irmão, que vive em São Paulo.

Para não levantar suspeitas, aconselham que deixe a máquina fotográfica e o gravador no hotel, mas recebe a garantia de que alguém, no interior da residência oficial, tentará desenrascar as imagens.

Quando se deteve diante de Salazar, a jornalista comoveu-se.

Ouvira falar dele em criança, como um mito, e agora tinha a oportunidade de registrar, com toda a probabilidade, as últimas palavras do velho ditador.

Durante uma hora de conversa, ficara deslumbrada.

Salazar dera-lhe as mãos desde o primeiro minuto e não as largara. Falaram de Portugal, do Brasil, «da África dele». Mas Maria de Lourdes, levada pela emoção, não registara qualquer apontamento.

Para a memória desse encontro, haveria apenas quatro fotografias tiradas por um rapaz que, entretanto, a governanta havia levado à sala.

À saída, a jornalista combinara com Maria voltar em breve. Era quase uma obrigação: estivera com Salazar um tempo que só a poucos mortais era, naquela altura, permitido. Mas nem uma linha tinha para contar.

A 21 de março de 1970, início de primavera, Maria de Lourdes regressou a São Bento. Levava um ramo de tulipas, disse que se ia despedir e, dessa vez, não lhe complicaram a entrada.

Na residência, a governanta esperava-a, entusiasmada. Conseguira um gravador e um fotógrafo profissional para que, desta vez, nada falhasse. Com mão trémula e letra pouco legível, Salazar dedicara as fotografias da primeira visita, e autografara duas da sua colheita oficial, que mandara buscar. Depois, a entrevista, finalmente.

A conversa decorre prazenteira.

Salazar está como um peixe na água, os assuntos não requerem uma memória recente. Pode, por isso, desfiar com relativa clareza sobre o papel dos portugueses no mundo, o espanto de industriais norte-americanos pelas riquezas e progresso na «nossa» África, a herança portuguesa no Brasil. Maria de Lourdes interrompe com delicadezas e despropósitos. «O senhor sabe que

engordei uns quilinhos desde que cheguei?», comenta. «E o senhor? Qual é a comidinha que mais gosta? Conte, que isso não digo a ninguém...», graceja.

O ditador deixa-se embalar. «Prefiro bacalhau», responde.

Falam de pão, broa. «Eu também gosto muito e é um castigo arranjar broa para mim. Tenho de esperar que me mandem da minha aldeia...», confessa o doente.

Do nada, surge o tema da viagem do homem à lua, salto científico programado para dali a uns meses e que vem trazendo Salazar desconfiado. «Estamos a criar, com essas explorações lunares que não valem absolutamente nada para a paz, um germe para futuras guerras», reage, receoso de que a façanha «envaideça de tal maneira os norte-americanos que eles pensem que tendo aquilo, têm tudo».

Maria de Jesus interrompe por momentos para anunciar a chegada do fotógrafo. Tiram-se algumas fotografias e a conversa prossegue.

O diálogo, em ziguezague permanente, volta «aos laços que unem Portugal e o Brasil». Fala-se da emigração de cidadãos nacionais para vários pontos do globo. «Eu vejo essa emigração sem grande entusiasmo, apesar de que todos voltam a Portugal já com um automovelzito...», ironiza Salazar. «Eles vêm por aí abaixo com o seu automovelzito, mas aquilo não vale grande coisa», desdenha o antigo chefe do Governo, reconhecendo, contudo, não se poder impedir que o português «procure melhores condições de vida em países onde lhe dizem: vindo para aqui, você tem isto, tem aquilo».

A jornalista vai embalada.

Mas a entrevista é interrompida de forma abrupta.

Ruídos e vozes ouvem-se em fundo, há pessoas a discutir.

Entrevistadora e entrevistado calam-se.

Uma criada entra a correr na sala, com ordens da governanta, pedindo que Maria de Lourdes saia imediatamente do palacete, pois o fotógrafo fora «intercetado».

A jornalista tira a cassete do gravador, pega no casaco, despede-se com um beijo a Salazar e palavras apressadas: «Obrigada...se puder volto».

Assustada, segue a criada por um corredor. «Andámos imenso». Descem umas escadas interiores e chegam a uma porta lateral. Maria de Lourdes está de novo na rua, mas agora carregando as palavras de Salazar.

No dia seguinte, a luso-brasileira seria aconselhada a deixar o hotel. «A PIDE tinha descoberto que eu era jornalista». O fotógrafo fora preso. Nesse momento, ela própria decidira refugiar-se em Braga, na casa de família, até que tudo acalmasse.

Maria de Lourdes nunca conseguiu publicar a última entrevista com Salazar em Portugal ou no Brasil. Só em 1984, quando então voltara a residir no Norte do País, conseguiu editar, pelos seus próprios meios, um pequeno livro de 44 páginas onde relata os dois encontros com o ditador e as desventuras decorrentes. *O Adeus de Salazar aos Portugueses* teve apenas uma edição de 2500 exemplares, numerados, ignorados e esquecidos, tornando-se uma raridade.



Nesta imagem guardada no álbum de recordações de Rosália, Salazar celebra os 81 anos com uma missa na capela privada de São Bento (Rosália é a primeira da esquerda). O ditador desconhece que foi substituído no cargo de Presidente do Conselho e o seu ocaso é já uma realidade.

Naquela primavera de 1970, Salazar celebrará 81 anos.

Vão longe os tempos de celebrações eufóricas, agora são tempos de espera por um fim que não deverá tardar. Mas os admiradores do professor de Santa Comba acorrem à residência oficial para saudá-lo e, com eles, surgem os mesmos cestos de flores.

O cardeal Cerejeira aparece com o padre João Rocha e celebra-se missa na capela privativa, diante de um Salazar sumido na poltrona, de terço junto ao fato, rodeado de enfermeiras, de Maria, e outras senhoras amigas. «Ainda estou vivo», repete o ditador durante um passeio pelo jardim.

Ramón Serrano Súñer, cunhado do ditador espanhol Francisco Franco e antigo governante franquista, visita-o por esta altura. «Estás a ver a situação da minha vida?», desabafa o doente. «Temos tantas coisas que podemos recordar, tu e eu...», comenta, melancólico.

Tinham, de facto. Mas nem sempre do mesmo lado da barricada. Serrano Súñer fora um dos mais empenhados germanófilos espanhóis, extasiado com a ascensão de Hitler. Em tempos, considerara Salazar o último amigo da Inglaterra na Península, mas, entre eles, haviam ocorrido histórias suficientes sobre o papel de Portugal e da Espanha na Segunda Guerra Mundial, aproximando-os. Sim, tinham muito que lembrar. «Mas é preferível que não nos recordemos. Sossegue e ponha-se bom», recomendara Súñer a Salazar, antes de selarem o último encontro com um abraço.

Nas semanas seguintes, o enfermo perde o ânimo para conversar, deixa-se ir numa corrente de tristeza. Ainda dá alguns passeios, visita amigos, mas não é apenas de meter dó o seu semblante: é penoso o seu viver. Os dias do enfermo são já um carrossel de fraldas, transfusões e preocupações. «Era do cadeirão para cama e da cama para o cadeirão», esclarece Rosália que, por essa altura, não tem parança.

Uma dessas noites, Maria tenta espicaçá-lo, com perguntas envenenadas: «Ó senhor doutor, como é que o poder está organizado no período da sua doença?», interpela-o. «Bem ou mal tudo caminha», responde Salazar, sem forças nem ânimo. «Correram comigo brutalmente. Nem me falam dos assuntos políticos, não me dizem nada, não me ouvem», repete, por segundos consciente da realidade e da fantasia com que o ludibriaram: «Se se aproveitaram da doença para se afastarem de mim... isso não é bonito, não se faz.»

Salazar deixara de ser o ator principal da sua própria vida, transformara-se, isso sim, num figurante incómodo para as estrelas cintilantes do regime.

Incapaz de perceber, de ciência certa, as razões do abandono a que fora votado, o ditador recorrerá no fim da vida a uma velha amiga, a quem reconhecia outras capacidades de leitura da realidade: Maria Emília Vieira,

então casada com Norberto Lopes, antigo diretor do *Diário de Lisboa* e de *A Capital*, jornal onde a esposa assinava, sob pseudónimo, o horóscopo diário. «Nos últimos tempos, perguntava-me porque o odiavam tanto. Afligia-o saber que o detestavam, não compreendia que não gostassem dele», dirá.

Durante décadas, a bailarina e atriz fora a ponte entre Salazar e os astros, quem diria. O ditador mantinha reserva sobre essas consultas, mas esperava pacientemente que Maria Emília estudasse os mapas, ouvia de forma religiosa os seus pareceres e apreciava a sua palavra em decisões importantes. Isso, porém, não significava que a seguisse.

A astróloga, alertada por perigosas conjugações planetárias, chegara a recomendar-lhe que abandonasse o poder e fugisse para a Suíça, mas Salazar relativizava a influência das ciências ocultas nas decisões pessoais e de Estado.

Acamado e esquecido, bem necessitado estivera de favores esotéricos, pudessem eles. Na última estação da existência, o acompanhamento médico era permanente, com escalas de 12 horas para cada membro da equipa clínica. Os cinco especialistas que vigiam e tratam de Salazar dormem alternadamente numa cama instalada no chamado «gabinete de despacho». Partilham as refeições com a governanta, que os mima com bolinhos de bacalhau e arroz de tomate, além de outros cozinhados que ficam no palato e na memória.

Para os clínicos, três deles com ligações ao PCP, Salazar é um doente igual aos outros, «igual a um desses ricos que podiam ter médicos em permanência e aparelho de hemodiálise em casa», mas ao qual não poupam comentários sarcásticos: «Como está hoje o nosso PBX?», ironizam, entre eles, referindo-se ao emaranhado de fios que mantinha o ditador vivo.

Há neles um sentimento de pequeno ajuste de contas, não com o doente, mas com quem o pretende visitar. Durante o trabalho médico, divertem-se a enxotar o cardeal Cerejeira ou a limitar os movimentos do secretário Paulo Rodrigues. Ao doente, «já ninguém lhe ligava», dirá um deles. «Toda a gente desejava que morresse. Era um corpo mantido vivo artificialmente, que estava a empatar o sistema.»

A 15 de julho, Salazar sofre uma grave «doença infecciosa». O quadro geral agrava-se: os órgãos vitais cedem, só o coração ainda resiste. O doente é sujeito a um tratamento de hemodiálise e espantam-se os médicos com o seu apego à vida. Mas logo se anunciam perturbações cardiovasculares e problemas renais. Salazar volta a ser notícia no País. «Tanto conviveu com Deus e Deus não se lembra dele!», escreve Eduardo Coelho, médico pessoal do doente no seu diário.

No domingo, 26 de julho, Salazar entra praticamente em coma, afetado agora pela formação de um edema pulmonar e sinais de pneumonia. A consternação toma conta de todos os rostos reunidos em São Bento. Bissaya Barreto pressente a agonia, recolhe-se noutra sala, deixando-se desmaiar de resignação numa cadeira: «É o fim, a ciência nada mais sabe fazer.» Sem palco, quase sem vida, Salazar é já um murmúrio quando cai o pano sobre uma época.

X

Depois do adeus

A manhã de 27 de julho de 1970 despertara com um convidativo sol de verão. Mas para lá dos muros brancos e altos do palacete de São Bento a luminosidade não penetra nas almas que rodeiam a cama onde Salazar permanece imóvel.

O doente passara a madrugada sem sobressaltos de maior, mas a cada arrastar de horas vão cessando no seu corpo as funções vitais.

Pouco depois das oito, retomara-se a rotina: o pessoal doméstico afadigado com as primeiras tarefas do dia, o médico de turno aguardando a chegada dos clínicos Eduardo Coelho e Jacinto Simões para a visita habitual. De um momento para o outro, todos o sabem, de Salazar já não restará um suspiro.

Às oito e meia, Bissaya Barreto entra na moradia, saudado pelos presentes. Como acontecia quase sempre nas suas deslocações a Lisboa, dormira no Hotel Metrópole e levantara-se cedo. Dirige-se à cabeceira do doente. «Até sexta, António», despede-se pouco depois, estendendo as mãos. Salazar mexe apenas os lábios, sem que se perceba um sopro. Ditador e clínico encontravam-se quase sempre ao fim de semana e era habitual Bissaya jantar na residência nesses períodos.

O cirurgião deixa São Bento minutos depois, dirigindo-se apressado para a estação de Santa Apolónia, onde o «rápido» das segundas-feiras para Coimbra nunca parte sem ele. «Ainda tem um palminho de vida», comenta, sobre Salazar, com alguém das suas relações, à entrada para a carruagem.

Perto das nove da manhã, anda-se em bicos de pés no quarto do primeiro andar da moradia de São Bento. Na penumbra, movem-se rostos como sombras, sussurrando ou em silêncios cerimoniosos.

Junto da cama, os médicos, o prior da freguesia da Estrela, padre Tobias Duarte e Maria de Jesus. Em volta, Maria Carlota, sobrinha do enfermo, as enfermeiras Emília e Helena e uma única criada: Rosália.

«Estava sempre presente», recorda ela. «Nesse período mais próximo do fim, só saía da beira do senhor doutor quando lhe faziam as lavagens ao estômago, pois não aguentava ver aquilo.» As enfermeiras, embora esforçadas, gostavam de a ter por perto «para ajudá-lo a mudar de roupa, a tirá-lo da cama e a sentá-lo».

Na manhã fatídica, uma delas despertou, abruptamente, o médico de «faxina», informando-o de que Salazar não respirava. Catorze minutos depois das nove, o sacerdote interroga os médicos com um olhar. A governanta não esboça um gesto de carícia, não solta um ai, mantém-se impenetrável. É o fim. Salazar já não pertence a este mundo. São 9h15.

Vitimara-o, além da sua própria debilidade, uma embolia de última hora. O seu rosto falecido mete dó: nota-se na pele, nas rugas, a lenta agonia que só uma resistência física invulgar permitiu suportar além dos limites do comum dos mortais.

O clínico de serviço que confirma o óbito tem ordens para abrir um envelope que repousa há dias na secretária de Salazar. Recebera instruções para, assim que o doente falecesse, telefonar para o contacto que

estava escrito num papel, sem nome nem endereço. Do outro lado da linha, atendê-lo-á uma voz que o médico não reconhece nem se deixa reconhecer. Talvez um responsável da PIDE, presume, sustentando a tese no facto de, pouco tempo depois, uma dupla de agentes da polícia política irromper pela casa adentro.

Os santos óleos voltam a crismar a fonte do moribundo. Repete-se a extrema-unção. Ungido pela derradeira vez, em breve Salazar será saudade para os que o rodeiam, alívio para os que se lhe opõem. Mas não se vislumbraram «quaisquer sinais de tristeza alterada e, menos ainda, de euforia redentora», escreverá Miguel Torga, no seu *Diário*.

Em Portugal, no mesmo dia, os presos políticos em Caxias entraram em greve de fome e o padre Mário, de Macieira da Lixa, seria detido pela PIDE. Quinze minutos antes do falecimento de Salazar, estudantes iniciavam nas escolas o exame de Português, partindo da análise de um excerto de *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett: «Meu Deus, meu Deus! (ajoelha) Levai o velho que já não presta para nada. Levai-o por quem sois!»

A azáfama tomou conta de toda a manhã daquele dia na residência oficial. Começara a arrumação da casa e a organização dos serviços fúnebres. Maria, vergada pela dor, chorara boa parte do tempo sentada na beira da cama do seu quarto, incapaz de tomar decisões.

Marcello Caetano viera pouco antes das 11 horas, de gravata preta, e antes do primeiro sinal público de luto nacional.

Américo Tomás, de visita oficial a São Tomé e Príncipe, cancelara os compromissos e iniciara o seu regresso a Lisboa.

São Bento tornara-se um redemoinho de limusinas pretas, vaivém de gente importante do regime.

Os amigos de Salazar põem e dispõem: amortalham o corpo do falecido com trajes e insígnias que não lhe pertencem. Na confusão, perdera-se o tino ao local onde se encontram a capa e batina do antigo mestre de Coimbra e as suas «divisas» do doutoramento, presumindo-se que estas últimas existiam. Diante de um cadáver de vestes alheias, celebra-se missa de corpo presente.

«Eu era forte, mas emagreci uns quantos quilos», recorda Rosália. «Tocavam três e quatro telefones ao mesmo tempo, foi uma coisa louca, um desassossego. Não houve tempo para nada, muito menos para comer e dormir. Foi uma balbúrdia. Mas naquele momento também ninguém tinha apetite...»

À hora do almoço, o Conselho de Ministros decreta três dias de luto nacional, suspende espetáculos públicos até ao dia do funeral, que esperará pelo regresso do Presidente da República. Os jornais esgotam edições atrás de edições, num contínuo de palavras sobre Salazar, de Pio XII a Churchill, de Franco a Konrad Adenauer, todas datadas, mas à mistura com telegramas, mensagens, declarações emotivas que vão sendo reproduzidas. Para o palacete convergem lamentos oriundos de várias latitudes e patentes, flores e uma coroa de cravos, impossível de ignorar pela sua dimensão, enviada por Amália Rodrigues.

O Presidente do Conselho fala ao País pela rádio e televisão.

Faz o balanço da gestão política do homem que o antecedeu, referindo-se ao «saldo positivo enorme», mas lembrando, contudo, que quase quatro décadas de governação «não podem decorrer sem sombras», pois «governar é necessariamente descontentar», precisa Marcello Caetano.

Pela tarde, o escultor António Duarte, chamado a São Bento por Eduardo Coelho, ocupa-se do estudo para a

reprodução da máscara do rosto e da mão direita da ilustre figura extinta. Era um trabalho de minúcia, pois havia o risco de a pele e os cabelos do cadáver se deteriorarem ao tirar os moldes.

O artista trabalha tendo ao lado, na mesa de cabeceira, dois medalhões de marfim com as efígies de Maria do Resgate e António de Oliveira, mãe e pai de Salazar, *Tia Mariquinhas* e *Ti António Feitor* para os conterrâneos. João Falcato, jornalista do *Diário de Notícias*, também entrara à socapa na residência, disfarçado de ajudante do escultor. «Mas o jornalista não conseguiu vencer o homem» e o repórter dera meia volta. O escultor abandona a residência ao final da tarde. Guardará as duas peças no ateliê pela vida fora, sem que alguém as tenha pago ou mandado buscar.

No dia da morte de Salazar, Eduardo Coelho vertera para o seu diário um epitáfio do seu doente. Além das «complicações gravíssimas», o cardiologista juntara ao drama vivido pelo falecido «as dores do espírito» e «as dores da alma». Sentira que «antigos ministros, os que lhe deviam tudo, os que ele colocou em lugares chorudos» o abandonaram, na sua maioria, «não lhe deram assistência moral».

A hipócrita homenagem ao morto tinha-a agora Eduardo Coelho, diante dos olhos, protagonizada por homens esquecidos do próprio esquecimento de Salazar durante a doença, pois já então andavam de noivado com o oportunismo e a vontade de agradar aos novos mandantes. «Eu próprio lhes pedi que o visitassem. Nunca puseram os pés em São Bento», recordará, nos seus escritos, o médico. «Que tristeza! Podia juntar os nomes dos que faltaram. E como ele sentia os que faltavam», escrevera, concluindo: «Fizeram dele o eLivros de si próprio.»

Marta, irmã mais velha de Salazar, chega a Lisboa na madrugada de 28 de julho e é logo posta perante questão delicada: decidir se o irmão deve ou não ser embalsamado. A relação entre ambos, carente de afeições familiares de grande proximidade, sempre fora respeitosa, mas nunca de molde a tomar responsabilidade de tal envergadura. Ela, atarantada com a incumbência, opta pelo embalsamento, que terá de ser deixado para o dia seguinte, pois a noite vai longa.

Ao amanhecer, precipitam-se novas urgências, aceleram-se os preparativos do transporte de Salazar para o Mosteiro dos Jerónimos.

Nos seus aposentos, há uma persiana ligeiramente subida por onde entra a aragem que faz ondular lá fora a *cabeleira* das palmeiras do jardim.

Magalhães Monteiro, jornalista afeto ao regime, olha a cama vazia e observa os delicados movimentos de uma freira que alisa a colcha e recompõe as flores. Bissaya Barreto saíra dali amparado, inconsolável. O resto são mulheres, umas viúvas, outras casadas com militares, outras ainda desconhecidas do repórter.

O que resta de Salazar está em câmara ardente, o capelo rubro envolvendo os ombros, crucifixo e terço entrelaçados nas mãos «amarelecidas como marfim velho onde afloram sinais roxos de uma longa jornada de sofrimento». A luz das lâmpadas é branda, quatro círios ardem preguiçosos e um relógio, ao longe, magoa, a cada quarto de hora, o silêncio de quem vela pelo ditador.

São rostos fechados e gestos pausados que permanecem os mesmos por horas que parecem não ter fim. Há quem se debruce sobre o ataúde e passe as mãos pelos cabelos brancos de Salazar. Acumulam-se cravos aos pés do morto, que uma mulher afaga com discrição. Sem que a maioria dos presentes note, corta

uma das flores, leva-a ao rosto do antigo chefe do Governo e guarda-a, com a mesma elegância, na bolsa. Ao final da tarde, este cenário de vidas em câmara lenta é interrompido: «Minhas senhoras, façam o favor... Chegaram os médicos.»

Apressam-se as despedidas, descem-se as escadas para o rés do chão do palacete. «O Senhor Professor está atrasado... e tem que começar a trabalhar.» O professor é Arsénio Nunes, que vai proceder ao embalsamento do cadáver. Enfermeiras sobem e descem no afã de não esquecer qualquer pormenor. «Por favor, senhores! O Senhor Professor está atrasadíssimo. Não pode esperar mais. Há que levar o Senhor Presidente e faltam-nos as forças para isso. Receamos deixar cair o corpo. Podem ajudar-nos?», desafia uma enfermeira que desce as escadas a correr.

Os esforços distribuem-se de forma desequilibrada à volta da urna. Muitas enfermeiras e um desconhecido de um lado, o jornalista Magalhães Monteiro do outro, um agente da polícia política aos pés. «Seguremos no lençol e levemo-lo assim», sugere-se. «Não. Podemos deixá-lo cair», recusa uma enfermeira, sugerindo antes que os presentes juntem as mãos sob o cadáver. Com mãos trémulas, levam-no finalmente para o quarto onde o professor Arsénio e um assistente aguardam para iniciar o embalsamento. «Cuidado com este braço», ouve-se. Mas tudo é feito com cautela e destreza.

Salazar está entregue.

Dali seguirá para os Jerónimos, antes da última viagem para o cemitério do Vimieiro. Comparando-o ao *Pensador*, de Rodin, recordando o político fiel «à gleba e à lareira» e o «voluntário da solidão, como o Infante das Descobertas, que fez da sua casa de São Bento a sua Escola de Sagres» monsenhor Moreira das Neves proferira a homília fúnebre: «Depois de tantas lutas, nem sempre conhecidas nas suas determinantes, e de

tamanhos sacrifícios, nem sempre dignamente avaliados na sua verdade mais íntima; depois de tantas preocupações que são o martírio da responsabilidade e não o raro o tributo de sangue da Glória; depois de uma longa jornada de holocausto e dádiva, entre as manhãs cheias de programas e noites esgotantes de vigília - morreu o homem!», dissera. «Tarde de mais para ele e para nós, que o combatíamos», regista Miguel Torga.

À hora da sua morte, o ditador deixara uma única conta bancária, na Caixa Geral de Depósitos. A 31 de dezembro de 1969, sete meses antes do fim, apresentara um saldo positivo de quase 275 contos, que entretanto não deveria ultrapassar os 50 mil escudos, fruto do levantamento de cheques que Salazar ainda conseguira assinar nos primeiros tempos de 1970. Há ainda as propriedades em Santa Comba e no Vimieiro, terrenos e casa que naquele ano deveriam valer à volta de 100 contos, e que o falecido deixa às irmãs.

Salazar parte como sempre viveu: sem conceder ambições para quem dele dependia e continuando fiel à ideia de que a posse de bens materiais não traria a felicidade. Quando abandonasse o poder, prometera, poderiam até sacudir-lhe as algibeiras que nem poeira se encontraria.

Fora um provinciano até ao fim, maniqueísta.

Para ele, não era nos campos, no mundo rural, que a miséria se tornara «aflitiva, dramática». O mal estava nas cidades, que esculpira os homens no individualismo, no isolamento, nas lutas diárias com outros homens, levando-os a ser «sem reparar, a encarnação do próprio egoísmo».

Agora que tudo se resumiria a pó, cinza e nada, António de Oliveira Salazar deixara, aos 81 anos, um País fiel à sua figura e doutrina. Considerava «mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar

toda a gente a ler» e glorificava o povo domesticado, ordeiro e mesquinho, atado de sonhos e liberdades, onde a pobreza, o atraso e o remedeio foram vendidos pela propaganda do regime como traços de nobreza. «Nós somos um País pobre que, tanto quanto se enxerga no futuro, não pode na metrópole aspirar a mais do que à dignidade de uma vida modesta», sustentara ele, untando de fatalidade o destino coletivo. «A doçura de um viver tranquilo», era o seu mais ardente desejo para «o nosso canto de terra». A obediência das gentes, «mais receosa do que cívica», punha-o de sobreaviso, por recear que a «docilidade» representasse «um grave perigo para estabilidade política e social». Fernando Pessoa batizara-o de «tiraninho», imagem com que ilustrara a sua dimensão «campestramente sórdida», produto «duma fusão de estreitezas». No seu trágico e cómico fim, Salazar não satisfizera acólitos nem adversários: uns sonhavam vê-lo morrer em glória, outros viram-se obrigados a contentar-se com o passamento, sem poder libertar as comportas de tanta raiva acumulada.

E depois do adeus?

Removido o fantasma que condicionara a plenitude do marcelismo e expirado o prazo de recolhimento e luto, o Presidente do Conselho decidira não tolerar mais a presença de Maria e das criadas no palacete de São Bento, incitando-as a procurar outro poiso. Uma semana, no máximo, foi o tempo destinado por Marcello Caetano para que a residência oficial ficasse vaga de tralhas e gente, embora haja versões que apontem para um prazo mais apertado: 48 horas.

Certo é que Maria recebeu o ultimato como uma pancada forte, chocada e sentindo-se ultrajada. A eterna companheira de Salazar nunca se convencera de

que a morte do «senhor doutor» arrastaria a sua própria insignificância até à porta de saída da moradia da Calçada da Estrela. «Ela ficou muito revoltada, fartou-se de chorar, não acreditava que fosse possível», conta Rosália. «Tivemos de andar a fazer as coisas à pressa, a arrumarmos os nossos pertences. Eu, ao fim de três dias, já tinha as malas feitas. Tivemos de tratar da nossa vida. O que era do senhor doutor, ficou lá», conta Rosália.

Maria de Jesus lamentava às amigas e senhoras conhecidas a afronta da ordem de despejo. Ainda tentou, por artes que só ela soube, fazer saber a Marcello Caetano que era curto o tempo de que dispunha para entregar as chaves da residência que habitara grande parte da sua vida, mas o novo líder do Governo mostrou-se irredutível. «Ela nem casa tinha», lembra Rosália. «Estava doente, tinha comprado um apartamento em Benfica, mas ainda não estava pronto e não sabia para onde se virar. Recordo-me bem do dia da saída. Foi uma despedida debaixo de choro.»

Micas, que com ela mantivera sempre uma relação conflituosa, convidou-a para viver na sua casa, até que as obras do seu andar em Benfica ficassem prontas.

Famílias da burguesia lisboeta, habituais visitas da moradia de São Bento e beatas do salazarismo, ofereceram-lhe guarida. A governanta, porém, aceitaria o convite do dono da Fundação de Oeiras, que já então vivia a maior parte do tempo em Paris com a esposa, para se instalar na sua vivenda da família no Linhó. A estadia em casa emprestada prolongou-se apenas por alguns meses, até que Maria pôde, finalmente, habitar o apartamento em Benfica, que comprara com a ajuda de senhoras amigas e da família Espírito Santo e habitava com duas antigas empregadas de São Bento. Para seu sustento, um grupo de amigos e amigas de Salazar – e dela – decidira depositar dinheiro todos os anos numa

conta do Banco Espírito Santo e crê-se que ela nunca soube quem fazia os depósitos.

Para trás, tinha ficado uma intenção de Salazar, nunca concretizada: construir uma casa para a governanta em Santa Comba.

De resto, iniciara-se, logo após o falecimento de Salazar, um imbróglio jurídico relativo aos bens e objetos deixados no palacete de São Bento.

A governanta devolvera intacto o recheio da casa que tinha sido entregue pelo Estado e que Salazar mandara embrulhar e acomodar numa divisão da moradia, preferindo usar o que fora pago e comprado por si. Mas nem tudo ficara esclarecido.

Nos primeiros dias de agosto de 1970, ainda mal refeita da morte do irmão, Marta Salazar fora informada pela Presidência do Conselho de Ministros da necessidade de indicar quem deveria representar as herdeiras no processo que levaria «à identificação e separação de bens e objetos que devem considerar-se propriedade do Estado» e os que deveriam ser tidos «como pertencentes às referidas herdeiras», bem como «tomar as disposições convenientes sobre o destino a dar-lhes», lia-se num aditamento que se crê lavrado pelo próprio Marcello Caetano. Salazar não fizera qualquer testamento nem teve, aparentemente, qualquer preocupação com o que poderia suceder ao seu património após a morte, sendo certo que também não estava convencido da sua imortalidade.

O caso foi tratado nas mais altas instâncias do regime, envolvendo ainda o ministro da Justiça e o procurador-geral da República, sinal de que os despojos de Salazar constituíam melindroso assunto. Não havendo antecedentes legais sobre a forma de proceder em situações como esta, seria determinado que cartas-missivas e papéis existentes nos arquivos ou fora deles constituíam propriedade do Estado, dada a íntima

relação com as funções exercidas. Livros e outros objetos pessoais de Salazar, não adquiridos com dinheiros públicos ou oferecidos ao Estado, deveriam, por outro lado, integrar a herança, embora se admita que alguns pudessem ser direcionados para uma futura casa-museu.

Curioso, porém, foi o facto de Marcello ter guardado para si a correspondência trocada com Salazar ao longo de décadas, quando esta deveria fazer parte do arquivo do seu antecessor à guarda do Estado. O advogado Pais de Sousa, sobrinho do ditador, que recebera procuração da família para tomar conta dos seus bens pessoais, queixou-se então de lhe ter sido vedada durante semanas a entrada na residência oficial.

O mobiliário pertencente a Salazar acabaria embalado e despachado para Santa Comba Dão, enquanto outros bens só foram retirados em finais de setembro de 1970. Uma parte restante sairia, por fim, do palacete em fevereiro de 1971.

Maria viverá, desde então, numa espécie de clandestinidade, evitando ser reconhecida em público e mantendo a discrição. Nunca deu entrevistas, nem mesmo alguma vez a ouviram, no conforto das amizades, falar dos tempos vividos com Salazar.

Com a sua morte, também essa memória desceu à terra, encerrada como um túmulo. Em Benfica, mandava celebrar missas pelo defunto, embora nunca lhe atribuindo o nome pelo qual ficara conhecido. Dava o nome de António Oliveira porque, confidenciava aos sacerdotes, «Deus sabe muito bem de quem se trata.»

Aos domingos, entrava na igreja perto de casa para a missa e todos os rostos sintonizavam o seu andar arrastado, de bengala, figura alta e magra, de cabelo apanhado para trás, sempre com porte imponente, carregando ainda uma aura mítica.

Aos poucos, a relação com a concunhada *Micas* foi desanuviando. Passeavam e almoçavam em família, ao fim de semana, e houve mesmo ocasiões em que a governanta apareceu de surpresa com a refeição num saco, depois de apanhar o comboio no Cais de Sodré.

Recebia também alguns amigos em casa. Por lá passou, o antigo subsecretário de Estado da Presidência, Paulo Rodrigues, a quem Maria ofertara a *Parker* de Salazar, a última com que o ditador escreveu. Ele, que se assumira como «a lapiseira de Salazar», retribuía as delicadezas convidando Maria a passar férias com ele e as suas irmãs na Foz do Arelho, onde as velhotas de zona buscavam a presença da antiga governanta «pelo cheiro de santidade», confessou ele ao jornalista Joaquim Vieira, biógrafo da governanta.

A Revolução dos Cravos, a 25 de abril de 1974, não alterou as rotinas e a vida da mais leal servidora de Salazar.

Excetuando esporádicos incidentes, sem importância de maior, Maria passou incólume pelos fervores revolucionários, até porque, diga-se, nunca havia buscado os holofotes nem se dera a arremedos de protagonismo. «Com o 25 de Abril ela perdeu todos, ou quase todos, os seus rendimentos. Podia fazer uma fortuna se tivesse aceitado falar da sua vida com Salazar, desde Coimbra! Negou-se absolutamente e morreu nobre, digna e exemplar em tudo!», recordará Costa Brochado, amigo de ambos.

Uma trombose no início dos anos 1980 leva-a ao Hospital de Santa Maria. É depois internada no Lar João XXIII, no bairro de Alvalade, contra a sua vontade, pela irmã Rosalina. Aí permanecerá até ao fim dos seus dias. Nunca se zangara, nem criara engulhos. Não fizera exigências especiais, nem sequer à mesa. Discreta, dava-se apenas com duas ou três pessoas também internadas no lar, lia muito, fazia as refeições no quarto

ou na sala sem alaridos. Sobre o passado, sobre São Bento, nem uma palavra. Quem dirigia a instituição só saberia da sua biografia pela irmã, a quem Maria de Jesus passara procuração para tratar de alguns assuntos. Mas pagava ela o seu internamento.

Doente, a antiga governanta é algaliada após ser submetida a exames ginecológicos, por causa de uma infeção urinária crónica. Os responsáveis do lar terão, nessa altura, confirmado: a caminho dos 89 anos, continuava virgem. Guardará, até ao fim, uma fotografia autografada de Salazar: «A Maria de Jesus Freire, muito grato pela sua companhia de sempre, até sempre», escrevera o ditador.

Na madrugada de 22 de maio de 1981, Maria morre serena e discretamente, na sequência de uma pneumonia, na cama da casa de repouso onde se encontrava.

Entre os seus objetos pessoais, guardados com desvelo, encontraram-se trevos de quatro folhas embrulhados em papel vegetal, uma flor, folhas de oliveira e um escapulário da confraria de Nossa Senhora do Carmo.

Ao seu funeral, comparecem não mais de 40 pessoas, poucas delas frequentadoras da moradia de São Bento.

Em vida, a antiga governanta recusara a possibilidade de ser enterrada no Vimieiro, onde Salazar reservara uma pedra tumular para ela, que havia sobrado das que mandara fazer para a família.

Maria seria, pois, sepultada em campa rasa no cemitério da Ajuda, em Lisboa, por imposição da irmã. A morte não diluirá as desavenças com Rosalina, antes as agrava. Atravessadas décadas em desalinho de afetos e feitos, Maria fenecera, deixando a distância e o desamor em relação à irmã lavradas em testamento. Deixaria o apartamento aos frades capuchinhos de Benfica, enquanto *Micas*, a concunhada, receberá

algumas libras de ouro, peças de mobiliário e parte do espólio de Salazar. Para a irmã Rosalina, nada. Nem a bengala.

Rosália Araújo, «a pequena» de Favaios, nunca mais lhe falara desde que ambas, em pranto, abandonaram o palacete de São Bento.

Com a morte de Salazar, separaram-se as vidas, encerrara-se uma época. «Nunca mais fui a Lisboa», reconhece a última criada a servir em casa do ditador.

Nessa altura, Maria sugerira às empregadas que ficassem pela capital, pois não faltariam convites para trabalhar «em casa de pessoas conhecidas». Rosália foi uma das mais solicitadas. «Apareceram muitas casas a oferecer trabalho e até recebi uma carta do Hospital Miguel Bombarda com uma proposta bem boa: queriam que trabalhasse lá de manhã e deixavam-me estudar à noite», recorda.

Mas a rapariga, com 19 anos, sente-se novamente à toa.

«Onde é que eu ia viver?», questionara.

Não tinha casa, não queria incomodar a família em Queluz, tinha saudades do berço duriense. Ficara para trás a promessa de uma habitação num dos bairros sociais da Fundação Salazar, mas tal nunca viria a concretizar-se. «O senhor doutor dizia que íamos todas ficar com uma casa só para nós, mas aquilo foi só de boca.» No fundo, depois do funeral, «senti-me desamparada e preferi regressar à minha terra».

O tempo das criadas mudara ao ritmo do País, por muito que alguns julgassem eterna uma servidão realizada «no amor de Deus e da Pátria».

Poucos meses antes de Salazar morrer, o seu velho amigo Gonçalves Cerejeira regressara por momentos a Coimbra, a convite da Obra de Santa Zita, para presidir

a uma sessão de homenagem às empregadas domésticas com mais de 25 anos de serviço na mesma família.

Traçando o perfil das serviçais através dos tempos, o cardeal-patriarca que, em meados dos anos 1920, contratara Maria para a residência onde vivia com Salazar, elogiara o género de criada «humilde, ignorante, esquecida de si, para quem o sacrifício era o seu procedimento habitual». Quantas delas, perguntara, «não terão sido, nas casas onde entram, luz, alegria, paz, felicidade».

A própria Obra, contudo, mirava já o futuro com outros olhos, reivindicando, desde 1969, «o reconhecimento da profissão com legislação rigorosa quanto a condições de aprendizagem», incluindo diplomas, formação profissional, horários de trabalho, salários, férias pagas, habitação e visitas médicas também pagas.

O termo «criada», popularizado durante o salazarismo, dera lugar à expressão «empregada doméstica» e esta não era apenas uma alteração semântica. Mas a mudança política, só chegaria, de facto, em 1973, com um decreto-lei que enquadrava o serviço doméstico no regime geral de previdência social.

Quando, em agosto de 1970, Rosália decidira não querer mais a vida que levava, sobretudo mantendo-se na capital, já as casas particulares, de boas famílias, mandavam publicar anúncios dos jornais, dispostas a pagar 1100 escudos por uma empregada doméstica. Tempos esses em que uma viagem de oito dias a Paris, de autocarro, poderia custar quase três contos, os infantários levavam cerca de 350 escudos mensais para tomar conta das crianças e um bilhete para ver *A Relíquia*, de Eça de Queirós, da plateia do Teatro Maria Matos, custava entre 30 a 50 escudos. «Quando me vim embora, pude então levantar o que havia na conta

bancária, dos meus anos de trabalho em São Bento», recorda Rosália. «Fui à dependência da Caixa, em Alijó. Não era muito dinheiro.»



Após a morte do ditador, Rosália teve convites para ficar em Lisboa, mas regressou a Faveiros. Casou, criou família, enviuvou. Padeira fora, padeira continuou. «Precisávamos de outro 25 de Abril», diz, agora, a antiga criada de Salazar.

Ao regressar a Faveiros a rapariga abre finalmente o coração.

Arranja namoro. Durante dois anos, assim anda.

Depois casa e nascem os primeiros filhos.

Ao marido, puxam-lhe as tendências «do contra»: vocífera contra o regime, não gosta de Salazar nem de quem lhe sucedeu. «Era muito humano, nunca foi agressivo e respeitou-me sempre, mas tinha as suas ideias», reconhece Rosália, hoje viúva.

A princípio, o casal chispa por causa das políticas.

O marido tenta catequizá-la para as suas teses, mas Rosália guardara boas memórias do seu passado recente, onde tivera mais do que sonhara para a sua condição: «No País, vivia-se pior, eu sei, e o senhor doutor era, para muitos, o rosto da maldade que havia. Os meus pais eram pobres, não conseguiam dar de comer a tantos filhos. O senhor doutor bem dizia: livros da guerra, mas não vos livro da fome. Mas para mim foi sempre muito humano, boa pessoa», recorda ela, que nos tempos prévios ao 25 de Abril ainda receberá, em Favaios, visitas de cortesia de um antigo agente da PIDE, natural de São João da Pesqueira.

O marido não se resigna. «O meu pai era antifascista, nem suportava ouvir o nome do Salazar», acode, à conversa, o filho Adelino.

Embora a vontade fosse muita, o marido não chega ao atrevimento de rasgar as fotografias que a antiga serviçal trouxera dos seus tempos de São Bento, entre as quais uma, autografada por Salazar. Mas dá rédea solta aos filhos para brincarem com elas. «Deu no mesmo, rasgaram quase tudo», lamenta-se Rosália.

A Revolução, em 1974, não apanha a padeira de Favaios propriamente desprevenida. Já cheirava a esturro, diz.

Nem aí o casal está do mesmo lado.

Ela chora, fica murcha com a notícia.

Ele, músico na banda da terra, «andou toda a noite a trocar trombone, nem dormiu, felicíssimo».

Rosália ainda teria outro desgosto. «Foi quando mudaram o nome à Ponte Salazar, fiquei muito triste.»

Socialista até morrer, o marido conseguiria convertê-la com o andar da procissão democrática, logo que saiu do adro. «Impôs-me sempre a vontade dele». É ela que diz: «Agora precisávamos de outro 25 de Abril, pois andamos todos como os feijões chícharos, de rabo virado uns para os outros...»

Epílogo

Março de 2012.

Rosália Araújo mantém as mesmas rotinas há anos.

Levanta-se por volta das cinco da manhã, fica na padaria até ao meio-dia e regressa a casa para fazer o almoço. Arruma a cozinha e fica um bom bocado no sofá a ver as novelas.

Quando o tempo ajuda, vai com a filha, Maria do Céu, até ao campo, escavar as videiras. Na sua casa humilde, mas de coração aberto, há sempre um moscatel de Favaios - cujas uvas ela vende para a adega que o produz - uma bola de carne ainda quentinha e também, segundo uma revista gastronómica, «o melhor pão da região cozido em fornos a lenha».

Rosália tem uma vida cheia, realizada, de volta do seu pão de ouro, e da maioria dos familiares. O filho mais velho, José Augusto, vive e trabalha em Inglaterra, mas Adelino e Maria andam sempre por perto. Tem dois netos rapazes (Rafael e Lucas), mas é a mais velha, Ana, com 19 anos, que, por vezes, desafia a avó a recordar histórias do tempo de Salazar.

Para tudo ser perfeito, falta a Rosália concretizar um sonho: visitar Lisboa. «Às vezes dá-me umas saudades daquele palacete, daquele jardim, onde passei tanto tempo a brincar... Mesmo depois de tantos anos, ia lá direitinha e corria aquela casa com os olhos fechados. Não queria morrer sem lá ir», confessa, antes de saber que Marcello Caetano mandou, logo em 1971,

realizar a mais profunda intervenção da história da residência. Do edifício original, pouco mais foi mantido do que as fachadas.



Rosália Araújo, no alpendre da sua casa em Favaios, em março de 2012. Estão presentes a filha Maria do Céu, o filho Adelino e um dos netos. Falta-lhe cumprir um sonho: voltar ao palacete de São Bento, onde nunca mais regressou depois da morte de Salazar.

Em 2010, a família cumpriu outro pedido que estava adiado: rumou a Santa Comba Dão, depois de uma visita ao santuário de Fátima. Os filhos, mesmo sendo orgulhosamente fruto de uma colheita fermentada em liberdade, quiseram satisfazer um desejo de mãe. Para Rosália, haviam passado 30 anos desde aquele final de tarde enlutado do Vimieiro, quando «o senhor doutor» foi a enterrar.

Durante esse período, a memória de Salazar nunca deixou sossegar as almas nem de semear a discórdia entre os conterrâneos do filho do *Ti António* feitor. O termómetro da temperatura política, como afirmara um cronista, passou por ali.

Em fevereiro de 1975, os calores da revolução atravessaram também Santa Comba. Pela calada da noite, desconhecidos arrancaram a cabeça de bronze de Salazar do monumento erguido em honra do ditador, em abril de 1965. Sentado, de braços apoiados, situado no largo da vila fronteiro ao Palácio de Justiça e à Igreja, Salazar aparecera decapitado ao amanhecer, serrado pelo pescoço de forma meticulosa durante várias madrugadas para que nada se notasse.

Três anos volvidos, a 4 de fevereiro de 1978, uma nova cabeça de bronze, esculpida por um artista anónimo de Gulpilhares, em Gaia, voltaria a completar o busto. Mas nem um dia duraria, tendo sido de novo roubada. «O povo exige a cabeça no lugar», lia-se, na base da estátua, enquanto simpatizantes do ditador removiam as placas toponímicas da Praça 25 de Abril e da Rua General Humberto Delgado.

A refrega dessa época entre partidários da reposição da integridade da estátua e militantes da sua destruição, resultou em dias de alta voltagem. As bastonadas e tiros da GNR originaram 19 feridos e a morte de uma mulher. Um atentado à bomba faria mais tarde voar pelos ares o que restava do Salazar de bronze, que nunca mais seria repostado. No mesmo local, nasceria um outro monumento, também controverso, dedicado aos ex-combatentes do Ultramar.

Santa Comba Dão é terra que nunca viveu pacificada com a sua memória. Nem com os seus filhos. Desdobraram-se outras polémicas e intenções que passariam pela edificação de um museu do Estado Novo, com base num espólio entretanto cedido por um

sobrinho-neto de Salazar, mas o projeto não reuniu, até hoje, a unanimidade. Ou dinheiro suficiente.

Para trás, ficam insondáveis mistérios.

Um deles, quase lenda, relata o desaparecimento de um exemplar de *Férias de Salazar*, de Christine Garnier, da biblioteca local, por nele se encontrar inscrita uma dedicatória da francesa para o ditador que seria demasiado comprometedora.

Quando voltou ao Vimeiro na companhia da família, tudo estava mais calmo. Descontando as romagens anuais à campa do falecido por velhos e novos simpatizantes do antigo chefe do Governo, Rosália Araújo demorou a reconhecer os caminhos por onde passara em tempos idos.

«Onde está enterrado o doutor Salazar?», perguntaram então os filhos às gentes da terra com quem se cruzavam, enquanto tentavam adivinhar o percurso até ao cemitério do Vimieiro.

«Práli!», ouviram, com maus modos e gestos bruscos.

«Caramba!», espantaram-se. «Até parece que estamos à procura da campa do Hitler...»

Agradecimentos

Este livro não seria possível sem o contributo de algumas pessoas.

Tenho uma dívida de gratidão para com a dona Rosália, seus filhos e neta, que aturaram as minhas perguntas e dúvidas vezes sem conta, por telefone, por *e-mail* e ao vivo, sempre com uma amabilidade extrema. Além disso, acolheram-me - e aos meus amigos - por mais de uma ocasião em Favaios, honrando de forma inesquecível - e também à mesa - as tradições durienses de bem receber.

Deve-se ao empenho e boa vontade da *Visão*, nomeadamente da sua diretora-adjunta Cláudia Lobo e da repórter-fotográfica Lucília Monteiro, a amável cedência de algumas das fotos inseridas neste livro (além, claro, do incentivo de sempre).

À Florbela Alves, minha camarada de redação, por ter «esbarrado» na dona Rosália numa das suas reportagens e de a ter encaminhado para mim.

À Cristina Simões, Marta Vaz, Pedro Malaquias, Sofia Martins e Zaclis Veiga. Porque, além de estarem no meu coração, ajudaram, com a sua disponibilidade e curiosidade infinita, a fazer a história deste livro.

Ao Paulo Tremeceiro, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pela ajuda preciosa no garimpo do Arquivo Salazar.

Ao Francisco Camacho, editor da Oficina do Livro, por ter acreditado sempre - no início, até mais do que eu - no livro que têm em mãos. À Carla Matias, pela ajuda na pesquisa fotográfica, além da monumental compreensão pelos atrasos na vida de um jornalista.

Bibliografia consultada

- AAVV, *Retratos de Ontem* (1994), Editorial Notícias, Lisboa.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de Almeida (1983), *O Processo do Salazarismo*, Edições Avante, Lisboa.
- ANTUNES, José Freire (1993), *Salazar e Caetano - Cartas Secretas (1932-1968)*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- ASSAC, J. Ploncard d' (1989), *Salazar - A Vida e a Obra*, Verbo, Lisboa.
- BAPTISTA, Carla (2012), *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses - Do século XIX ao Marcelismo*, Escritório editora, Lisboa.
- BRANDÃO, Fernando de Castro (2011), *António de Oliveira Salazar - Uma Cronologia*, Prefácio, Lisboa.
- BRANDÃO, Maria de Lourdes (1984), *O Adeus de Salazar aos Portugueses*, edição de autor.
- BRASÃO, Inês (2012), *O Tempo das Criadas - A Condição Servil em Portugal (1940-1970)*, Tinta da China, Lisboa.
- BRAZ, Manuel Poirier (2008), *Salazar - A Cadeira do Poder*, Presença, Queluz.
- BROCHADO, Costa (1987), *Memórias de Costa Brochado*, Livraria Popular Francisco Franco, Lda., Lisboa.
- CABRITA, Felícia (2006), *Os Amores de Salazar*, A Esfera dos Livros, Lisboa.
- CAETANO, Marcello (2000), *Minhas Memórias de Salazar*, Verbo, Lisboa.
- CASACO, António Rosa (2003), *Servi a Pátria e Acreditei no Regime*, edição de autor, Lisboa.

- CASTRO, Paulo Jorge (2009), *Salazar e os Milionários*, Quetzal, Lisboa.
- COELHO, Eduardo / COELHO, António Macieira (1995), *Salazar, o Fim e a Morte - História de Uma Mistificação*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- DACOSTA, Fernando (2010), *Máscaras de Salazar*, Casa das Letras, Alfragide.
- DIAS, José, *Orgulhosamente Muitos...* (1979), Edições do Templo, Lisboa.
- GARNIER, Christine *Férias com Salazar*, Edições Fernando Pereira, s/d.
- GUIMARÃES, Manuel (2001), *À Mesa com a História*, Colares Editora, Lisboa.
- LOURENÇO, Gabriela / COSTA, Jorge / PENA, Paulo (2001), *Grandes Planos - Oposição Estudantil à Ditadura 1956-1974*, Âncora Editora/Associação 25 de Abril, Lisboa.
- MATHIAS, Marcello / Salazar (1984), *Correspondência (1947/1968)*, Difel, Lisboa.
- MEDINA, João (1977), *Salazar em França*, Ática, Lisboa.
- MENESES, Filipe Ribeiro de (2009), *Salazar*, Publicações Dom Quixote, Alfragide.
- MOREIRA, Adriano (2008), *A Espuma do Tempo - Memórias do Tempo de Vésperas*, Almedina, Lisboa.
- MOTA, Francisco Teixeira da (2011), *Henrique Galvão - Um Herói Português*, Oficina do Livro, Alfragide.
- MÚRIAS, Manuel Maria (Introdução e Coordenação) (1989), *Salazar, Edição do Centenário*, Referendo, Lisboa.
- NEVES, Monsenhor Moreira das Neves e outros (1971), *Para Um Retrato de Salazar: Breve «in memoriam»*, Astória, Lisboa.
- NOGUEIRA, Franco (1977-1985), *Salazar - Volumes I a VI - Atlântida Editora, Coimbra, e Livraria Civilização Editora, Porto.*
- NOGUEIRA, Franco (1987), *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Civilização, Lisboa.

- NÚCLEO de Estudos Oliveira Salazar (coordenação e edição) (2000), *Salazar - Antologia de Depoimentos*, Nova Arrancada, Lisboa.
- OLIVEIRA, César de (1991), *Salazar e o Seu Tempo*, Edições O Jornal, Lisboa.
- OTERO, Paulo (2008), *Os Últimos Meses de Salazar*, Almedina, Lisboa.
- PEREIRA, Pedro Teotónio (1973), *Memórias (Vol.I) - Postos em que Servi e algumas Recordações Pessoais*, Verbo, Lisboa.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2010), *Cardeal Cerejeira - O Príncipe da Igreja*, A Esfera dos Livros, Lisboa.
- PINTO, Jaime Nogueira (2007), *Salazar Visto pelos Seus Próximos (1946-1968)*, Bertrand Editora, Lisboa.
- PINTO, Jaime Nogueira (2007), *António de Oliveira Salazar - O Outro Retrato*, A Esfera dos Livros, Lisboa.
- RITA, Maria da Conceição de Melo / VIEIRA, Joaquim (2007), *Os Meus 35 anos com Salazar*, A Esfera dos Livros, Lisboa.
- RODRIGUES, José Paulo (2001), *Salazar - Memórias para Um Perfil*, Edições Pró-Homem, Lisboa.
- SALAZAR, António de Oliveira (1989) *Salazar - Pensamento e doutrina política - textos antológicos*, Verbo, Lisboa.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1985), *Marcello Caetano - Confidências no Exílio*, Verbo, Lisboa.
- SILVA, Paulo Neves da (organização) (2013), *Citações de Salazar*, Casa das Letras, Alfragide.
- TEIXEIRA, Marcelo (2012), *História(s) do Estado Novo*, Parsifal, Lisboa.
- TORGA, Miguel (1995), *Diário (IX - XVI)*, Coimbra Editora, Coimbra.
- VIEIRA, Joaquim (2010), *A Governanta - D. Maria, Companheira de Salazar*, A Esfera dos Livros, Lisboa.

Arquivos

Arquivo Nacional Torre do Tombo - Arquivo Oliveira Salazar

AOS/PP-2; AOS/PP-3; AOS/PP-4; AOS/CP-43; AOS/CP-57; AOS-CP-65; AOS/CP-241

Outras obras, documentos e artigos de imprensa

Monografia de Favaios, Alunos do 2.º ano, 2.ª fase, da Escola n.º 3 de Favaios, Vila Real, Minerva Transmontana, 1991.

O Palacete de São Bento, Residência Oficial do Primeiro-Ministro, Gabinete do primeiro-ministro, 2001.

Pedro Teotónio Pereira, Embaixador Português em Espanha durante as Guerras, Manuel Braga da Cruz, Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

Salazar, o ditador anti-português, retrato político e humano do «Tiraninho» António de Oliveira Salazar (1889-1970) como ditador autista, João Medina, Rumos e Escrita da História - Estudos em Homenagem a A. A. Marques de Almeida, 2006.

Os Anos de Salazar - volume 26 (1943-1945), Vários, Planeta Agostini, 2008.

Assim vivia o Dr. Salazar, Artur Silva, *Salazar - O Obreiro da Pátria* (www.oliveirasalazar.org).

«A queda de Salazar e a “primavera marcelista”», *Visão História* n.º 2 - julho de 2008 (artigos de Filipe Luís, Miguel Carvalho, Sara Rodrigues, Ana Margarida de Carvalho e José Carlos de Vasconcelos).

- «A morte do presidente Salazar», *O Século Ilustrado*, 01-08-1970.
- «Dos Jerónimos a Santa Comba - grande reportagem do funeral de Salazar», *Flama*, 07-08-1970.
- «A última pessoa que me chamou rapazinho», Mário Castrim, *O Jornal*, 29-05-1981.
- «As mulheres na vida de Salazar», Afonso Praça, *O Jornal*, 01-11-1985.
- «As paixões de Salazar», Handel de Oliveira, *Sábado* (1.ª série), 29-04-1989.
- «Salazar: a doença e a farsa», Afonso Praça, *Visão*, 29-07-1993.
- «A cândida cartinha da irmã de Salazar», Paula Oliveira, *Diário de Notícias*, 19-10-1997.
- «As despedidas políticas de Salazar», Joaquim Vieira, «Revista», *Expresso* 17-09-1988.
- «A pupila do senhor doutor», Joaquim Vieira, «Revista», *Expresso*, 17-09-1988.
- «Roland Faure: a última entrevista de Salazar», Ana Navarro Pedro, «Revista», *Expresso*, 17-09-1988.
- «Os sobreviventes ilustres», Fernando Gaspar / Joaquim Vieira, «Revista», *Expresso*, 22-04-1989.
- «Os 6 momentos capitais», José António Saraiva, «Revista», *Expresso*, 22-04-1989.
- «Os Diários Secretos de Salazar», Baptista-Bastos, *Cambio 16*, 27-09-1993.
- «Vícios Privados», Felícia Cabrita, «Revista», *Expresso*, 12-10-1996.
- «A Maria de Oliveira Salazar», António Valdemar, *Diário de Notícias*, 22-05-2001.
- «A vingança de dona Maria», Helena Matos, *Sábado*, 26-04-2003.
- «Orgulhosamente só», Luís Osório, «DNa», *Diário de Notícias*, 28-11-2003.
- «A filha adoptiva de Salazar», José Pedro Castanheira, «Actual», *Expresso*, 17-11-2007.

«Amália Rodrigues: a derradeira entrevista», Felícia Cabrita, «Tabu», *Sol*, 13-11-2009.
«Salazar era um doente afável e dócil. Tinha mais amigas do que amigos», José Pedro Castanheira, «Única», *Expresso*, 21-11-2009.
«Salazar acreditava que ainda era chefe do Governo», José Pedro Castanheira, *Expresso*, 31-07-2010.
«No funeral de Salazar lançaram-lhe cravos vermelhos», Luís Naves, *Diário de Notícias*, 10-09-2011.

Imprensa consultada

Diário de Notícias, O Século, O Século Ilustrado, Flama, Jornal de Notícias, Público, Expresso, O Jornal, Visão, Bem-Fazer, Notícias do Douro, Ordem Nova.

Vídeo

Salazar (6 episódios)

Realização: Margarida Pontes e Ana de Sousa, SIC Documentários, 1999

Copyright imagens

- © Arquivo pessoal Rosália Araújo: páginas 17; 111
- © Arquivo Nacional Torre do Tombo: páginas 26; 38; 53; 93; 140; 142; 175; 180; 211
- © D.R.: página 236
- © Diário de Notícias: páginas 183; 207
- © Lucília Monteiro: páginas 258; 262

Índice

[CAPA](#)

[Ficha Técnica](#)

[Introdução](#)

[Preâmbulo](#)

[I De Favaios a São Bento](#)

[II O homem das pequenas coisas](#)

[III A ditadura doméstica](#)

[IV Senhoras, cartas e o António delas](#)

[V À mesa em São Bento](#)

[VI O princípio do fim](#)

[VII «A luz apaga-se devagarinho...»](#)

[VIII Shakespeare em São Bento](#)

[IX As últimas palavras](#)

[X Depois do adeus](#)

[Epílogo](#)

[Agradecimentos](#)

[Bibliografia consultada](#)